

COLEÇÃO HISTÓRIA DO PARANÁ

textos introdutórios

Paraná: Política e Governo

MARION BREPOHL DE MAGALHÃES



9 788567 310268

Há bem pouco tempo, a História Política era escrita como uma forma de celebração dos heróis e do Estado, este, freqüentemente confundido com a nação. Nomes ilustres, datas e grandes feitos eram apresentados como única história possível.

Neste livro, o tema *política e governo* aponta para outra direção: procura-se evidenciar as relações entre Estado e Sociedade Civil, ambos compreendidos como um fenômeno que implica conflitos, consensos e mediações, a partir do que se desenvolve a ação pública. Como se verá, esta não se encontra em mãos de um único grupo ou em uma única instituição, mas dispersa-se no conjunto da sociedade.

Ao analisar a construção do Estado do Paraná, Marion Brepohl de Magalhães percorre diversos caminhos, que tornam a leitura do livro extremamente instigante: as primeiras greves, a luta entre as elites paranaenses pelo poder, a fabricação dos heróis locais, a construção da identidade paranaense, os movimentos sociais, as eleições.

Nestes capítulos da história, entram em cena os mais diversos atores, responsáveis por uma imensa rede de disputas pelo poder, e que constroem, segundo a autora, os governantes e seus governados.

SOBRE A AUTORA:

Marion Brepohl de Magalhães

nasceu em São Paulo, em 1956.

marionbrepohl.com.br

Professora Titular em História Contemporânea na Universidade Federal do Paraná e bolsista produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Doutorou-se em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Realizou pós doutorado nas Universidade Livre de Berlim e Universidade de Paris I – Sorbonne. É autora de *Pangermanismo e nazismo*; a trajetória alemã rumo ao Brasil e *Imaginação Literária e Política*; os alemães e o imperialismo.

MARION BREPOHL DE MAGALHÃES

**Paraná:
política e governo**

2ª edição eletrônica

**Curitiba
2017**

Sociedade de Amigos do Museu Paranaense

Créditos



Apoio

Governador do Paraná

Beto Richa

Secretário de Estado da Cultura

João Luiz Fiani

Diretora-Geral da SEEC

Jader Alves

Coordenador do Sistema

Estadual de Museus e

Diretor do Museu Paranaense

Renato Augusto Carneiro Junior

Editoração e preparação e-book

Roberto Guiraud – Designer

Sociedade de Amigos do

Museu Paranaense – SAMP

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

Presidente



Este livro foi reeditado com recursos do CNPq e Fundação Araucária.

Apresentação da Coleção

O presente exemplar integra uma coleção de 5 livros que foi originalmente publicada em 2001 pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, intitulada Coleção História do Paraná. O objetivo era propiciar aos educadores o acesso a conhecimentos e interpretações da História Regional, abordando diversos aspectos que conferiram identidade ao Estado.

Com o tempo, constatou-se que outros leitores se interessavam pela coleção: além dos professores, pesquisadores e estudantes, profissionais das mais diversas áreas procuravam obter os livros para saber mais sobre o Paraná; sua formação econômica, a população que ocupou o território, sua cultura, sua contribuição política à nação brasileira.

Esta foi a motivação que levou o Museu Paranaense, sempre dedicado à difusão da História sob uma perspectiva científica, a lançar uma segunda edição do material, que ora é denominada Coleção Paraná- Textos introdutórios.

A coleção é composta pelos seguintes títulos:

Paraná: Ocupação do Território, população e migrações,
por Sergio Odilon Nadalin;

Vida material, vida econômica,
por Carlos Roberto Antunes dos Santos;

Cultura e educação no Paraná,
por Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza;

Paraná: política e governo,
por Marion Brepohl;

Urbanização e Industrialização do Paraná,
por Dennison de Oliveira.

O leitor que apreciar estes conteúdos poderá conhecer não apenas os fatos e as conjunturas que revelam a trajetória social desta região, mas também familiarizar-se com uma rica bibliografia acadêmica que orientou a escrita de seus autores, todos eles, professores da Universidade Federal do Paraná.

Entretanto, longe de ser uma resposta definitiva, estes estudos ampliam as questões e os debates em torno do tema, procurando despertar a curiosidade intelectual de todos relativamente aos personagens, experiências, instituições e movimentos sociais que configuram a singularidade de nosso estado.

Que a presente coleção, ao sugerir fontes e métodos de estudos, estimulem trabalhos outros que venham a enriquecer a história como instrumento de conhecimento, de educação, de ensino.

Agradecimentos

Agradecemos à Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, à Fundação Araucária e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelos recursos destinados a esta publicação, a partir, respectivamente, da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura do Governo Federal e do Programa Núcleo de Excelência - PRONEX, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Federal.

Coleção Histórias do Paraná

Marion Brepohl de Magalhães

Presidente da SAMP

Renato Carneiro Jr.

Diretor do Museu Paranaense

Pesquisa

Lorena Beghetto

Revisão bibliográfica

Ligia Leindorf Bartz Kramer

Editoração Eletrônica e Capa

Amiraldo M. de Gusmão Jr.

Lilian Alcantara Soares

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Luzia G. Kintopp - CRB/9-1535
Index Consultoria em Informação e Serviços Ltda.
Curitiba - PR

M188 Magalhães, Marion Brepohl de
Paraná [recurso eletrônico] : política e governo /
Marion Brepohl de Magalhães. — Curitiba : SAMP,
2017.

Recurso on-line : PDF.

ISBN 978-85-67310-26-8

1. Paraná - História. 2. Paraná - Política e governo.
3. Movimentos sociais - Paraná. I. Título. II. Série.

CDD: 981.62

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

Ilustração da capa:

DEBRET, Jean Baptiste - Castro, 1827.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	007
LISTA DE SIGLAS	008
LISTA DE FIGURAS	010
INTRODUÇÃO	011
1 O GOVERNO PARA SI: A CRIAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ	023
1.1 O MANDONISMO LOCAL	025
1.2 O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO	030
1.3 ORDEM E SEGURANÇA	033
1.3.1 A GUERRILHA NA REGIÃO DO CONTESTADO: ORDEM NO CAMPO!	035
1.3.2 GREVES, MOTINS... EXPULSEM OS ANARQUISTAS!	037
1.4 1930, DIVISOR DE ÁGUAS?	046
1.4.1 O PARANÁ: ENTRE PODER CENTRAL E PODER LOCAL	048
2 O GOVERNO PARA OS OUTROS: PROSPERIDADE E MODERNIZAÇÃO	051
2.1 OS ANOS DOURADOS: A EXPANSÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA	055
2.2 OS CINQUENTA ANOS EM CINCO NO PARANÁ	064
2.2.1 O PROJETO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO	072
3 O GOVERNO DOS OUTROS: DO REGIME AUTORITÁRIO À ABERTURA	078
3.1 O PARANÁ SOB A DITADURA: O TRIUNFO DA TECNOBUROCRACIA	080
3.2 OS PARTIDOS DO REGIME	085
3.3 NAS FRESTAS DO REGIME	089
3.3.1 O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA	094

3.3.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL	096
3.4 DAS DIRETAS-JÁ AO NEOLIBERALISMO	098
3.4.1 O PARANÁ NO QUADRO DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	113
BIBLIOGRAFIA E FONTES RECOMENDADAS	120

LISTA DE TABELAS

1 CRESCIMENTO POPULACIONAL, EM CURITIBA E PARANÁ, 1854-1920.....	032
2 PRINCIPAIS FÁBRICAS E OFICINAS EXISTENTES EM CURITIBA, 1900	033
3 DESEMPENHO DOS PARTIDOS E COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR CANDIDATO E VOTO, EM, ABSOLUTO E PERCENTUAL NO PARANÁ, 1955	057
4 RESULTADOS ELEITORAIS PARA GOVERNADOR, POR NÚMERO DE ELEITORES E CANDIDATO MAIS VOTADO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO MESORREGIÕES DO PARANÁ, 1960	067
5 RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR NÚMERO DE ELEITORES E CANDIDATO MAIS VOTADO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO MESORREGIÃO, NO PARANÁ, 1965	070
6 POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO NO PARANÁ, 1940-80	082
7 RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO, POR CANDIDATO E PARTIDO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, NO PARANÁ, 1982	088
8 CADEIRAS CONQUISTADAS PELOS PARTIDOS NA CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ EM PERCENTUAL, 1982-90	104
9 RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR DO PARANÁ, POR PARTIDO/COLIGAÇÃO, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO - 1986-98	106
10 RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO PRIMEIRO TURNO, POR PARTIDO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO CANDIDATO, PARANÁ E BRASIL - 1989	109

LISTA DE SIGLAS

- ABI - Associação Brasileira de Imprensa
- AP - Ação Popular
- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- BADEP - Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná
- CCC - Comando de Caça aos Comunistas
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
- COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica
- CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
- CREAÍ - Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil
- DOI_CODI - Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
- DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social
- ED - Esquerda Democrática
- ESG - Escola Superior de Guerra
- FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- IBC - Instituto Brasileiro do Café
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro
- MST - Movimento dos Sem-Terra
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
- PCB - Partido Comunista do Brasil
- PC do B - Partido Comunista do Brasil
- PDC - Partido Democrata Cristão
- PDS - Partido Democrático Social
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- PFL - Partido da Frente Liberal
- PL - Partido Libertador

- PL - Partido Liberal
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
- PP - Partido Popular
- PPB - Partido Proletário Brasileiro
- PPB - Partido Progressista Brasileiro
- PR - Partido Republicano
- PRN - Partido da Reconstrução Nacional
- PRONA - Partido da Reedificação da Ordem Nacional
- PRP - Partido da Representação Popular
- PRT - Partido Republicano Trabalhista
- PRP - Partido Republicano Progressista
- PSB - Partido Socialista Brasileiro
- PSD - Partido Social Democrático
- PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
- PSP - Partido Social Progressista
- PT - Partido dos Trabalhadores
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- PTN - Partido Trabalhista Nacional
- PV - Partido Verde
- SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- SNI - Serviço Nacional de Informações
- TRE - Tribunal Regional Eleitoral
- TSE - Tribunal Superior Eleitoral
- UDN - União Democrática Nacional
- UDR - União Democrática Ruralista
- UNE - União Nacional dos Estudantes
- UPE - União Paranaense de Estudantes

LISTA DE FIGURAS

1	GENERAL GOMES CARNEIRO E SEUS COMPANHEIROS	029
2	PANTEON DOS HERÓIS	029
3	NOTÍCIA SOBRE GREVE EM CURITIBA	044
4	CHARGE ALUSIVA À DESTRUIÇÃO DO CAPITALISMO PELO ANARQUISMO	045
5	COMÍCIO DE NEY BRAGA EM LONDRINA	068
6	DOCUMENTO QUE ENSINAVA TÉCNICAS DE TORTURA E DE INTIMIDAÇÃO	093

INTRODUÇÃO

O tema política e governo, entendido seja no plano regional, nacional ou geral, requer o entendimento das relações entre Estado e sociedade civil, ambos compreendidos como um fenômeno que implica consensos e conflitos, a partir do que se desenvolve a ação política.

Ao se debruçar sobre esse objeto, o **Estado e suas relações com a sociedade civil**,¹ observa-se que as Ciências Sociais o trataram, até bem pouco tempo, como um bloco monolítico. Frequentemente, o Estado era conceituado como uma força estranha, ou até mesmo oposta, à sociedade, um poder dela destacado a exercer dominação sobre os diferentes interesses coletivos.

Principalmente no Brasil, país em que a experiência republicana² não propiciou a realização plena da cidadania, o poder político institucional é identificado com governo (com ênfase no poder Executivo), e este necessariamente coercitivo ou autoritário.

Dessa cultura política resultam duas atitudes básicas, que se refletem, dentre outras práticas sociais, no ensino da História, como descrito a seguir.

A primeira, cujas premissas se vinculam à escola de orientação positivista (e que se cristaliza nos livros didáticos tradicionais), consiste na eleição de dois sujeitos como protagonistas da história: o herói individual e voluntarista, membro da elite dirigente, ou a ela subordinado, e o Estado, agente de toda e qualquer mudança, *locus* privilegiado do poder. A nação, forma única de identidade coletiva, é percebida aí como um ente abstrato e universal, em nome de quem todos os demais interesses devem se subordinar.

A segunda, em rígida oposição à primeira, de inspiração marxista, tende a enxergar o Estado e as elites não como protagonistas da história, mas sim como opressores da sociedade, dotados de um poder

¹Por sociedade civil entendemos o conjunto da população de uma determinada região politicamente organizada, que expressa seus interesses, por diversos meios e organismos, de caráter privado, seja ao Estado, seja entre os segmentos da sociedade.

²Entende-se por experiência republicana o projeto liberal de democratização do poder por meio da participação dos diferentes segmentos de uma determinada sociedade no que se refere à coisa pública.

uniforme e unidirecionado. Nessa linha de análise, o Estado é visto como instrumento a serviço de uma classe privilegiada, que funciona de maneira decisiva ao intervir na reprodução das relações de produção e no desenvolvimento das forças produtivas.

Ambos os postulados, apesar de radicalmente opostos entre si, possuem, no limite, um denominador comum: o entendimento de que tal poder se encontra destacado da sociedade civil. No primeiro caso, também conhecido como enfoque idealista ou conservador, conduz os indivíduos a uma postura de submissão aos poderes constituídos, como se esses fossem os únicos e legítimos representantes do interesse geral, posto que autorizados, quer por herança ou por competência técnica, a administrar a coisa pública.³ No segundo, também conhecido como materialista ou progressista, e que enxerga tal liderança como fruto de uma urdidura de caráter ideológico,⁴ leva a que se entenda o Estado como violência organizada (seja de forma sutil ou explícita) em favor dos interesses econômicos de um grupo contra os demais. Estes são entendidos como explorados e oprimidos, situação que só pode ser alterada por uma mudança de caráter revolucionário, na qual o Estado é capturado por esse segmento social, que faz com que ele atue em seu favor. Enquanto o primeiro enfoque postula a manutenção da ordem, a vertente marxista é dominada pelo tema da ruptura da ordem, entendida como passagem de uma forma de produção (a capitalista) à outra (a socialista).

O divórcio entre o Estado e a sociedade civil, compartilhado por ambas as tendências explicativas, não se sustenta, do nosso ponto de vista, historicamente. Em primeiro lugar, porque no interior do Estado (e aí se incluem o poder Legislativo e o Judiciário) diversas forças e interesses estão representados; em segundo, porque as instituições que configuram os aparelhos de Estado são interpeladas continuamente pela sociedade civil, por meio de instituições como a Imprensa, as organizações sociais

³Coisa pública, bem comum, patrimônio público são termos que designam produtos, serviços, espaços e recursos naturais que são de uso comum ou a serviço da sociedade, ou ainda de interesse da sociedade, noção que se antepõe ao particular ou privado.

⁴Uma vez que o Estado não defende senão os interesses das classes dominantes, para que os dominados obedeçam, segundo autores dessa corrente interpretativa, faz-se necessário que sejam convencidos de que tal ordem é justa, para o que se estabelecem aparelhos ideológicos, tais como a escola, a imprensa, a política cultural.

(sindicatos, partidos, associações de interesse as mais diversificadas, Igreja e outros), sem contar os movimentos sociais espontâneos não institucionalizados, que também realizam⁵ pressão contra esta ou aquela deliberação de ordem política.⁵

Para melhor entender a complexidade inerente ao Estado – que não é um *locus* de poder, mas uma relação social por onde circulam diversos poderes –, faz-se necessário um esclarecimento preliminar acerca de nossa compreensão sobre as diferentes formas de poder exercitadas na sociedade, e que possuem pelo menos quatro dimensões:

- a) o **poder que alguém exerce sobre si mesmo (autodomínio)** – e que vem merecendo por parte dos historiadores contemporâneos atenção muito especial, principalmente em decorrência dos escritos de ELIAS (1990): o monopólio da violência por parte do Estado, que contribuiu para a substituição da violência social pela sociabilidade pautada na política, a criação de diversas organizações representativas, o autodomínio como condição para o exercício de poder na esfera pública;
- b) o **poder do homem sobre a natureza** – a capacidade que ele tem de transformá-la pela técnica; merecem destaque aí as reflexões de WEBER (1967) e de ARENDT (1993), o primeiro, enfatizando a importância da vocação na formação da sociedade do desempenho, que vai desde a Reforma protestante até a consolidação da expertocracia (o saber fazer), e o segundo, ressaltando o poder compreendido como a capacidade de iluminar o mundo, conforme a tradição do Iluminismo;
- c) o **poder social** – que consiste na capacidade de um homem ou grupo determinar o comportamento de outro homem ou grupo. Tal exercício está diluído em todo o tecido social, desde os ensinamentos mais rudimentares que um pai dá a seu filho, até as atividades do líder de um partido, de um empresário ou de uma comunidade religiosa;
- d) o **poder político** – aquele que, à diferença dos poderes sociais, é

⁵Referimo-nos aqui a motins, atos de protesto e manifestações diversas pautadas no protesto/rebelião, os quais, ainda que não se institucionalizem, ameaçam a estabilidade política dos governos. Para o aprofundamento dessa questão, ver THOMPSON (1979).

exercido com finalidades previamente definidas, visando à sua permanente conservação. Ou seja, enquanto o xamã, o médico ou o pai esgotam sua função quando exercem poder sobre o outro e chegam ao resultado pretendido, o rei ou o governante dominam ou, pelo menos, pretendem dominar todo o tempo, tendo por objetivo organizar uma determinada ordem (GIL, 1989, p.58 *et seq.*).

No entanto, ainda que distintos em sua natureza, entre poderes sociais e poder político estabelece-se uma estreita vinculação: são os poderes sociais, das mais diferentes instâncias, que configuram as representações políticas, as quais se vinculam, por sua vez, com o autodomínio e com o poder da técnica. A partir dessas múltiplas interações, constitui-se a **esfera pública**, entendida como o conjunto de instituições e entidades que, no mundo moderno, responsabilizam-se pela representação da vontade política. Essa representação se dá por meio do debate público, no qual a emissão da opinião de pessoas privadas é julgada entre os cidadãos, com o objetivo de realizar pressão sobre o poder público. Dentre todas as instituições, são os meios de comunicação o mais importante veículo da esfera pública moderna (HABERMAS, 1984).

São essas dimensões que problematizam as relações entre Estado e sociedade civil. Se estamos de acordo em relação a essa tensão, e mesmo que aceitemos que o desenvolvimento capitalista e a constituição do Estado moderno estiveram intimamente ligados, para o período atual, devido à ampliação de suas funções na sociedade, o Estado não pode mais ser entendido como mero instrumento de classe, mas como setor público, ou, na denominação de GRAMSCI (1992), como sociedade política.

Essa compreensão nos remete às reflexões de OFFE (1974). Recusando as interpretações instrumentalistas (de que as ações do Estado são fruto de decisões externas a ele) e as estruturalistas (de que o Estado é um mero aparelho ideológico), e pautando-se no conceito de hegemonia de GRAMSCI,⁶ OFFE (1974), advoga para o Estado um caráter de

⁶Segundo GRAMSCI (*apud* BOBBIO, 1992, p.580), primeiro autor marxista a colocar em questão o caráter subordinado do Estado, atribuindo-lhe um papel político, para que as classes subalternas aceitem a dominação, não é suficiente apenas a coerção, mas principalmente o consenso. Tal conceito centra-se na capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita

autonomia relativa. Isso porque o Estado possui os seus próprios aparelhos institucionais, sua própria burocracia e sustém ainda as normas que regulamentam as esferas pública e privada. Dados esses elementos constitutivos, ele se torna, gradativamente, mediador independente da luta de classes. Mediador porque, além de garantir a acumulação capitalista (cara aos interesses dominantes), ele precisa, ao mesmo tempo, garantir a sua própria legitimação.

O termo legitimação é um conceito chave nesse processo, e tentaremos esclarecê-lo mais detalhadamente.

Para OFFE (1974), desde finais do século XVIII, o Estado vem ampliando e diversificando suas funções como uma resposta às crises periódicas que são inerentes ao sistema capitalista. Estas são fruto, de um lado, da tendência à redução dos salários, devido ao avanço tecnológico que, ao dispensar mão-de-obra em virtude da automação, gera ainda desemprego em escala cada vez maior. De outro, o imperativo do consumo como estímulo à produção e à acumulação, o que não encontra correspondência do lado da demanda, em função do declínio do poder aquisitivo. Essa contradição básica levaria, conforme as previsões de Marx, a que o próprio sistema entrasse em colapso.

Para superar, ou pelo menos atenuar o efeito dessas crises (também chamadas de superprodução relativa), coube ao Estado, por delegação de ambas as classes fundamentais (a burguesia e os trabalhadores)⁷ administrar tais crises, com intervenções diretas e indiretas, as quais seus representantes postulam ser empreendidas em nome do bem-estar geral.

Ora, mas para que o Estado pudesse desempenhar esse papel, de gerenciador das crises inerentes ao sistema capitalista, fez-se necessário que preenchesse determinadas condições para viabilizar seu próprio funcionamento, o que se convencionou denominar por **governabilidade**.

Quais seriam essas condições?

Em primeiro lugar, construir uma máquina administrativa com

como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país. Para maior aprofundamento, ver também PORTELLI (1977).

⁷Excetuam-se, para essa tendência, os movimentos e organizações anarquistas, que propugnavam, em sua maioria, pela abolição do Estado. A esse respeito, ver LOPREATTO (1997) e RAGO (1985).

funcionários especializados para seu próprio fim. No entanto, uma vez que o Estado não é produtor de riquezas, sempre depende da arrecadação de riquezas produzidas por outrem (tanto proprietários como trabalhadores). Logo, favorecer a acumulação é uma necessidade não apenas dos proprietários, mas também do próprio Estado.

Em segundo lugar, para que essa máquina administrativa exista enquanto setor público, é necessário que se preencha uma outra condição: que sejam criados aparelhos institucionais, os quais têm a função de elaborar leis, códigos e instâncias reguladoras, o que resulta num repertório discursivo distinto daquele enunciado pela iniciativa privada.

Finalmente, para que o Estado possa intervir nos conflitos de natureza privada, e com isso produza consenso, precisa legitimar-se continuamente por meio de um mandato, vale dizer, que aqueles que o representam sejam reconhecidos como autoridades com o direito e o dever de exercer poder (OFFE, 1974).

Dessa maneira, enquanto o sistema capitalista precisa acumular continuamente riquezas para auto-reproduzir-se, ao Estado impõe-se acumular poder.

As **taxas de poder** de que necessita o Estado são um requisito fundamental para os diferentes níveis de intervenção. Por outro lado, essas taxas de poder não são auferidas (à diferença do mundo dos negócios) diretamente pelo dinheiro; a moeda corrente que importa ao Estado é o prestígio, que lhe confere legitimação.⁸

Como o Estado auferir taxas de poder?

A esse respeito, propõe WEBER (1996, p.172): para que haja probabilidade, interesse ou vontade de obediência por parte de um determinado grupo, a dominação daí decorrente carece ser legitimada. Para o autor, existem três tipos de dominação passíveis de lograr a referida legitimação:

- De caráter racional, que consiste na crença na legalidade de ordenações estatuídas e

⁸Não se está ignorando, nesse aspecto, o papel do dinheiro, principalmente no momento eleitoral, para a "fabricação do prestígio". Entretanto, mesmo que um político seja "produzido" pela propaganda, e esta comprada com dinheiro, sua imagem tem de estar carregada, ao menos no plano simbólico, de uma representação política que emule a noção de prestígio. Para aprofundar esse debate, ver BALANDIER (1983).

dos direitos de mando dos chamados por estas ordenações a exercer a autoridade (**autoridade legal**);

- De caráter tradicional, que consiste na crença cotidiana na santidade das tradições que regeram desde tempos remotos e na legitimidade dos designados por esta tradição para exercer a autoridade (**autoridade tradicional**);

- De caráter carismático, que consiste na entrega extra-cotidiana à santidade, heroísmo e exemplaridade de uma pessoa e às ordenações por ela criadas ou reveladas (**autoridade carismática**).

Embora esses três tipos de dominação legítima possam ser encontrados combinadamente num único líder ou instituição, suas origens são nitidamente distintas. A autoridade carismática advém do universo religioso, e seu representante deve possuir qualidades que o identifiquem como um enviado de Deus, dotado de poderes mágicos para transformar a realidade. Assemelha-se a este o guia religioso, mas também o caudilho, ou quaisquer líderes de governo que se sustentam praticamente com base em sua capacidade pessoal de exercer de atração sobre os governados. A dominação tradicional, por sua vez, é de origem tribal, sendo a obediência legitimada pelo costume; o líder, nesse caso, é semelhante ao patriarca que age segundo seu arbítrio em favor de sua família ou de seus súditos. Já a dominação legal, que nos interessa mais de perto, é específica da sociedade moderna, e pressupõe que o exercício da obediência resulta de um pacto acordado racionalmente, por ambas as partes, tendo em vista interesses predeterminados; a liderança, nesse caso, é exercida de forma impessoal, em nome de regras previamente estabelecidas.

Subjaz à autoridade legal, portanto, o critério de eficiência, a partir da qual a sua liderança e respectivos funcionários são continuamente avaliados pelos governados (WEBER, 1996).

Retornando a OFFE (1991), que se deixa orientar, em parte, por essa tipologia, o acúmulo de poder, que garante a governabilidade de uma determinada máquina administrativa, é continuamente posto à prova pelas organizações representativas da sociedade civil; em países em que a participação dos cidadãos na esfera pública é irrestrita e organizada, o serviço público tende a ampliar as suas funções em favor da maioria, uma vez que o voto é o mais importante critério de avaliação de suas instituições. No Ocidente, o mais alto grau conhecido de governabilidade foi atingido pelo chamado **Estado de Bem-Estar Social**, que teve seu ápice entre 1945 e 1980. Por outro lado, para que a governabilidade fosse alcançada, seu quadro

de funcionários (a burocracia) e suas instituições reguladoras ampliaram-se e diversificaram-se numa proporção tal que provocaram a hipertrofia do Executivo, o que podemos identificar como tecnoburocracia, a qual coloca em questão, no limite, as próprias instituições democráticas?

O que importa nesta introdução ao livro *Paraná: política e governo* é justificar essa opção teórica e metodológica: entender o Estado como alternativa de poder é uma linha de análise estratégica para o debate sobre o governo e a política. Primeiramente, por se escapar de um enfoque determinista, que enxerga todas as criações do Estado como mero produto dos interesses da classe dominante, permitindo-se ainda que se analise a constituição do Estado em sua historicidade, processo que se distingue segundo as diferentes experiências políticas de diferentes países, estados ou mesmo municípios; e, em segundo lugar, por revelar que as taxas de poder à disposição do Estado nunca são um dado definitivo; pelo contrário, a governabilidade é antes um desafio do que um ponto de partida para qualquer governante.

As especificidades do Estado brasileiro

As idéias anteriormente expostas sobre o funcionamento do Estado e da própria política não podem ser aplicadas, sem reservas, para o caso brasileiro. Tais reflexões tiveram como pressuposto principalmente o modelo europeu, em que o desenvolvimento do sistema capitalista contou, ao longo de toda a sua história, com a existência de organizações e movimentos sociais que pressionaram o Estado em favor da inclusão dos interesses das classes trabalhadoras nas deliberações de ordem política.

Na Europa, principalmente a partir de meados do século XIX, os movimentos sociais pressionaram os diferentes governos no sentido de incluir em sua pauta as reivindicações da classe trabalhadora, processo que resultou na ampliação da esfera pública.

Além disso, as instituições a partir das quais se formou o Estado moderno foram heranças culturais da própria Europa, o que já não ocorre nos países latino-americanos, nos quais, à cultura européia, somam-se

⁹Para um aprofundamento teórico sobre as críticas ao Estado de Bem-Estar, mencionemos um dos mais importantes de seus opositores: FRIEDMANN (1984), e sobre as críticas da esquerda, OFFE (1991).

ainda as diversas culturas africanas e indígenas.

Não pretendemos com isso afirmar que não estiveram presentes no Brasil movimentos de rebeldia ou contestação com objetivos semelhantes àqueles vivenciados na Europa, como advogam alguns cientistas sociais que afirmam carecer a América Latina de uma sociedade civil organizada, numa clara idealização ao que eles mesmos denominam de "Primeiro Mundo". Segundo tais autores, tanto de esquerda como de direita, no Brasil, devido às estruturas agrárias arcaicas, ou até mesmo feudais, inexistiam forças de oposição organizadas, donde a necessidade de se industrializar o país, para daí sim, com o surgimento da classe operária, modernizarem-se as relações entre Estado e sociedade,¹⁰ nos mesmos moldes observados na Europa ou na América do Norte.

Essa visão, além de ignorar a existência de movimentos sociais ao longo da história do Brasil (como as revoltas dos escravos, os movimentos camponeses de luta pela terra, a importância do anarco-sindicalismo no início da República e outros), subestima uma outra variável de extrema importância e que independe do estágio econômico em que se encontra uma sociedade: referimo-nos aqui ao nível de participação dos diferentes segmentos sociais na esfera pública.

Nesse sentido, é interessante acompanhar as idéias de LINZ (1980); segundo esse autor, o que confere especificidade à América Latina não é a inexistência de movimentos de oposição, mas sim uma contínua resistência das oligarquias em atender às pressões democratizantes, vale dizer, a ausência de interação institucional entre os diferentes segmentos da população e suas elites. A esse mecanismo, LINZ (1980, p.122 *et seq.*) denomina de "pluralismo limitado", que consiste no controle dos movimentos sociais em seu ponto de partida, e não em seu lugar de chegada.

¹⁰Segundo LINHARES (1979, p.35 *et seq.*), essas interpretações derivam das teses defendidas na III Internacional Socialista, e influenciaram intelectuais dos mais diversos matizes. Segundo estes, o arcaísmo de que se revestia o Brasil, devido às oligarquias latifundiárias, dificultava a modernização do país, esta a ser empreendida pela burguesia nacional (em oposição ao imperialismo), às classes médias urbanas e ao proletariado. Devido à fragilidade desses segmentos, caberia ao Estado promover a mencionada modernização, por meio do estímulo à industrialização. Nessa linha de raciocínio, o Estado é apresentado como demiurgo da História, e não como uma instituição que responde à esfera pública que lhe corresponde. Para o aprofundamento dessa temática, ver também CHAUÍ e FRANCO (1978).

Explicuemos melhor: enquanto em regimes democráticos observa-se uma ampla participação dos cidadãos nas decisões do Estado, por meio dos sindicatos, partidos políticos, associações, processo eleitoral, sondagem de opinião e outros, em regimes autoritários (inclusive aqueles em que esteja em vigência a democracia constitucional), as elites operam uma série de exclusões ao direito de participação, como, por exemplo, a proibição do voto ao analfabeto, às minorias étnicas ou à mulher; a restrição à organização de estrangeiros (leia-se, imigrantes); as imposições legais à institucionalização de diversas entidades civis e, finalmente, a manipulação da opinião pública por meio de referências a valores genéricos como patriotismo e nacionalismo, ordem, justiça, em nome do que são reprimidas diversas mobilizações sociais. Associe-se a esse comportamento, e isto é particularmente perceptível no Brasil, o uso maciço de propaganda política.¹¹

O maior ou menor estreitamento entre Estado e sociedade civil não está, portanto, diretamente condicionado ao estágio econômico em que se encontra um determinado país, mas depende do mecanismo por meio do qual diferentes instituições ou setores se tornam participantes do sistema.

Evidentemente, restrições à participação, o que equivale dizer, a seleção *ex ante* daquele que está ou não autorizado a realizar reivindicações formais ao governo só se torna plausível quando as elites possuem ao seu dispor instrumentos eficientes de coerção, seja legal, seja, o que é mais freqüente, da violência, presenciada com maior regularidade nos regimes autoritários.

Mas também esses não são, segundo nosso entendimento, resultantes unicamente do atraso econômico ou da incapacidade de organização das camadas menos privilegiadas. Segundo LINZ (1980), o autoritarismo aparece mais freqüentemente em sociedades em que são criadas instituições democráticas liberais, sem, contudo, contar-se com um sistema partidário capaz de atrair efetivamente a lealdade da população. Tal incapacidade reflete a persistência do poder latifundiário que atua

¹¹Não estamos afirmando que tal mecanismo inexista em outros países. No entanto, o baixo nível de escolaridade no Brasil favorece a que, para boa parte da população, o rádio e a televisão sejam as únicas fontes de informação acessíveis, e seu uso é rigidamente controlado pelo governo. Cite-se como exemplo o quase monopólio exercido pela rede Globo ao longo dos últimos 30 anos no Brasil. A esse respeito, ver MATTELART (1989).

junto ao Estado para se defender da mobilização social dos camponeses. É reflexo também da precária organização dos partidos, resultado das práticas clientelísticas, principalmente nos municípios do interior, que dependem, política e economicamente, dos governos estaduais.

Parece ser esse o diagnóstico apropriado para o modelo político brasileiro. Os movimentos sociais dificilmente contaram com uma organização partidária programaticamente consistente. Tal fragilidade levou, e ainda leva, a que a sociedade civil se confronte com o poder Executivo, que, na maioria das vezes, limita-se a adotar estratégias de controle social e político. Essa tendência é favorecida pelo próprio desenvolvimento político do país. Seu passado escravista ainda se encontra presente na mentalidade dos que estruturaram as relações de trabalho, os partidos políticos foram antes uma invenção dos governos do que da cidadania, as práticas clientelísticas e, finalmente, a ausência de uma política educacional de qualidade impedem o exercício da cidadania com consciência política.

É a partir desse quadro mais amplo que pretendemos compreender o desenvolvimento político do Estado do Paraná.

No primeiro capítulo, abordamos a constituição da máquina administrativa do Paraná, demonstrando como se formaram suas elites dirigentes. Enfatizamos também as primeiras políticas públicas então implementadas, que foram o povoamento do território e a criação dos dispositivos de segurança, pois entendemos que estas são de fundamental importância para a criação de um Estado de governo.

No segundo capítulo, detemo-nos no período que se estende de 1945 a 1964, época em que, no Brasil, elaborou-se um projeto nacionalista de desenvolvimento, o qual influenciou decisivamente as políticas estaduais, e que tem no "projeto paranaense de desenvolvimento" o seu momento mais fecundo. Finalmente, no terceiro capítulo, tratamos dos efeitos da ditadura militar sobre a política paranaense, bem como do período de transição democrática. Interessa-nos, nessa parte do livro, discutir as perspectivas do Paraná, tendo em vista o novo modelo político brasileiro e a sua subordinação à nova ordem mundial.

É importante ressaltar que os movimentos sociais apresentados em cada conjuntura não foram os únicos existentes na história política do Estado. As limitações metodológicas que se impõem à redação do livro levaram-nos a optar por selecionar apenas aqueles que tiveram maior repercussão política. Assim procedemos para ilustrar as relações entre Estado e sociedade civil.

Cabe ainda uma advertência: as notas de rodapé, bem como os exemplos escolhidos para a análise dos diversos processos políticos aqui contemplados são também sugestões bibliográficas ou documentais para que os professores possam utilizá-las como recurso didático em sala de aula.

Finalmente, gostaríamos de esclarecer que em nenhum momento pretendemos ter esgotado este tema; o livro deve servir como matéria para debate entre seus leitores, o que inspirará, certamente, novas reflexões e outras pesquisas.

Não podemos ainda deixar de expressar nossos agradecimentos a Dennison de Oliveira, coordenador do projeto, que, com paciência, firmeza e carinho, nos estimulou a aceitar o desafio de buscar o diálogo com os professores do Ensino Médio. De igual forma, agradecemos à Secretaria de Estado da Educação do Paraná pelo financiamento desta publicação. Esperamos que esta iniciativa seja a primeira de muitas que envolvam professores e pesquisadores em favor do aperfeiçoamento do ensino de História no Paraná.

1 O GOVERNO PARA SI: A CRIAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

A história política do Paraná, pode-se dizer, tem seu início com a emancipação dessa porção territorial da província de São Paulo, conquistada em 1853. Não que anteriormente a esse período inexistissem poderes e interesses de diversos grupos em disputa, ou mesmo ausência completa de governo. O que afirmamos é que somente com a emancipação o Estado, enquanto máquina administrativa (e, portanto, como mediador político da sociedade), foi constituído. Até então, por ser uma extensão da economia paulista, mantinha vínculos muito frouxos com seu governo. A esse propósito, um dos fortes argumentos dos oficiais da Câmara de Paranaguá, já em 1811, para que essa região se separasse da comarca de São Paulo, era:

O estado de indigência e miséria em que vivia a comarca pela ausência de governo que lhe animasse a agricultura e o comércio, aumentasse os rendimentos reais, bem como, na distância em que estava localizada, em São Paulo, a sede do governo alheado este aos interesses da Comarca, mor parte das vezes entregues a alguns comandantes filhos de instrução e perseguidos daquele que, porventura, reclamavam maior ação (BALHANA *et al.*, 1969, p.102).

Essa aspiração é consentânea ao "revolucionarismo brasileiro" do século XIX, segundo o qual, como já afirmou SAINT HILAIRE (*apud* BALHANA *et al.*, 1969, p.104), "os ideais do liberalismo no Brasil despertaram a vontade de derrubar todos os poderes que se sobrepunham ao pequeno poder local".

Por outro lado, com o crescimento do comércio de animais e a exportação da erva-mate, essa região passa a despertar o interesse do poder central, uma vez que tais atividades econômicas, se bem fiscalizadas, gerar-lhe-iam receitas. Porém, mais do que o fator econômico, a ameaça separatista, sugerida pela Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, desperta a atenção do governo imperial para o risco de alargamento da onda revolucionária até o Paraná, e daí, para a própria província de São Paulo.

Pode-se afirmar, portanto, que a emancipação foi uma concessão estratégica do governo imperial para aplacar o descontentamento dos liberais com a excessiva interferência do poder central nas províncias, bem como contra os impostos cobrados pelas exportações.

Após diversos embates com as elites paulistas, aprova-se, finalmente, em 1853, a emancipação da província, "em nome da segurança do Estado Brasileiro", e em atendimento às elites locais, que almejavam dirigir, com maior autonomia, as suas atividades econômicas.

Sob a gestão de Zacarias Goes de Vasconcellos, primeiro governador, as reivindicações dessas elites foram: emancipação financeira, criação de um sistema de estradas, instrução pública, transferência da feira de Sorocaba para Castro e beneficiamento e ampliação do mercado da erva-mate e da madeira (BALHANA *et al.*, 1969, p.110 *et seq.*). Observa-se, nesse aspecto, que a recém-criada máquina administrativa é formada pelos homens de comércio, que falam em nome do progresso de suas próprias atividades, criando, ou, pelo menos, procurando criar, um governo de si e para si, como era típico das oligarquias regionais em todo o Brasil desse período, ainda que em seus enunciados o progresso geral e o bem-estar da população fossem motes recorrentes.

Um outro desafio que se impunha às elites era o de atrair os governados para a sua administração, motivo pelo qual incluem em sua pauta a **instrução pública**;¹² com ela não apenas a mão-de-obra seria melhor formada, mas também o governo conquistaria maior visibilidade frente aos governados. Particularmente no Paraná, o ensino primário vinha atender à necessidade reconhecida pelos governantes de "abrasileirar" os estrangeiros – imigrantes que, ao se estabelecerem principalmente na região Sul (caracterizada pela baixa densidade demográfica), preservavam seus valores e costumes, bem como o idioma de origem. Essas subculturas sempre foram vistas pelas elites de origem lusa como uma ameaça à sua hegemonia.

Essas são as duas ênfases dos primeiros governantes da província do Paraná: o fortalecimento da economia e a instrução das camadas subalternas.

¹²Para o aprofundamento da ação do governo provincial do Paraná, no que se refere ao ensino, ver OLIVEIRA (1986).

1.1 O MANDONISMO LOCAL

Sob o ponto de vista institucional, a distribuição do poder obedecia, no Paraná, à Constituição de 1824 e ao Ato Institucional de 1834, que previam o sistema de eleições indiretas. Essas consistiam em limitar o direito à participação política a cidadãos com renda superior a 100 mil réis, que elegiam eleitores, os quais, por sua vez, podiam votar e eleger os deputados à Assembléia Provincial, à Câmara dos Deputados e ao Senado. Elegiam também, para o Executivo, uma lista tríplice que era enviada ao Imperador, o qual, exercendo o Poder Moderador, escolhia o Presidente das províncias.

Politicamente, as elites locais se dividiam em dois partidos, o Liberal e o Conservador, representações que irão vigir até o início do século XX, desprovidas contudo de qualquer programa que as distinguisse uma da outra. Tratava-se de oligarquias que escolhiam pessoalmente os **seus bacharéis** para representá-las no governo.

Segundo RIBEIRO (1982, p.71):

A alternância no poder que se dava na Corte repetia-se aqui. Os conservadores estavam no governo desde 1886. Em junho de 1889, com a queda do gabinete conservador de João Alfredo e a ascensão do gabinete liberal do Visconde de Ouro Preto assume, no Paraná, o principal líder liberal, Jesuino Marcondes de Oliveira e só que, junto a Manuel Alves de Araújo, formava a família dos Barões de Tibagi e dos Campos Gerais, "a mais poderosa" oligarquia local durante todo o período da província do Paraná.

O Partido Conservador era chefiado por Manuel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar) e por Manuel Francisco Correia (senador do império), ambos pertencentes também a poderosas famílias que no litoral controlavam o comércio importador e exportador da erva-mate. Portanto, em ambos os partidos predominavam as oligarquias tradicionais.

Esse caráter personalista de disputa pelo poder, também conhecido como coronelismo ou mandonismo local,¹³ justificou a frase de um

¹³Por mandonismo local ou coronelismo entendemos um tipo de exercício de poder de origem patrimonialista ou patriarcalista, assentado no prestígio pessoal do proprietário (que também dirige, de forma centralizada, as atividades econômicas locais). Ignorando os dispositivos legais, impõe suas vontades por meio de favores pessoais, da barganha e da violência direta. Para o entendimento mais profundo dessa prática política no Brasil, ver FAORO (1976) e WEBER (1996).

político da época, Joaquim Nabuco, que dizia que não há nada mais parecido com um liberal do que um conservador na oposição e com um conservador do que um liberal no poder.

Os chefes políticos locais tinham também o controle eleitoral, por meio do voto de cabresto (facilitado pelo voto em aberto) e pelo poder do dinheiro. Esse era exercido em nome do prestígio, bem como para obter vantagens pessoais do governo. Assim, os cargos públicos não eram senão uma extensão dos interesses privados.

Em virtude da manipulação nas eleições, os quadros de funcionários da máquina administrativa sofriam permanentes mudanças: os bacharéis (como eram identificados aqueles que atingiam um grau de instrução mais elevado), na maior parte das vezes filhos ou sobrinhos dos proprietários rurais e comerciantes, eram obrigados a deixar seus cargos quando o outro grupo político saía vitorioso nas eleições. Esse "jogar fora todo o mundo" da máquina administrativa impedia a continuidade de qualquer ação governamental, o que gerava instabilidade política. Para se ter noção de tal desgaste, em 36 anos de vida provincial sucederam-se 55 ocupantes do cargo de presidente da província (BALHANA *et al.*, 1969, p.146). E, mesmo com o sistema de eleições diretas, ainda que censitárias, o comportamento político daquelas elites não se alterou. Cooperou para isso o fato de carecerem os cidadãos, para usufruírem do direito ao voto, de uma renda anual superior a 200 mil réis, e, para ser eleito, quando candidato a senador, possuir renda de 1:600\$000 e deputado, de 800\$000.

Por essas razões, os partidos políticos não eram senão uma ante-sala do poder Executivo, e não agremiadores de interesses mais amplos. Eles só apareciam, inclusive, no período eleitoral.

Segundo o chefe da polícia, da época (1865), Manuel da SILVA, (*apud* BALHANA, 1969, p.151), "O espírito do partido, encerrado antes no círculo das afeições individuais do que dirigido por pensamento e fins políticos propriamente ditos (...) dá lugar a rivalidades e rixas locais, a que se pretende qualificar de política".

Mesmo com o movimento político que levaria à proclamação da República, esse quadro não se altera. O republicanismo, para RIBEIRO (1982), não logrou conquistar adeptos no Paraná; isso é comprovado pela rápida adesão do governo de Jesuino Marcondes, um liberal monarquista, à República, o que o fez em nome do "patriotismo" e da "ordem", pois sugeriu que seu partido assumisse doravante um novo nome, o de Partido Republicano Federalista.

Conforme RIBEIRO (1982, p.85), "A partir deste momento, todos os principais chefes políticos aderiram sem exceções. E os partidos republicanos – e é claro, com suas respectivas dissidências – proliferaram, cada um dizendo-se mais autêntico que o outro".

A atuação das elites do Paraná na Revolução Federalista não foi muito diferente do que na conjuntura anterior, quando inconformismos e disputas entre famílias se sobrepuseram aos ideais da "revolução".

Para que se entenda o comportamento político dos paranaenses nesse conflito, procuremos resgatar, ainda que sucintamente, aqueles acontecimentos.

Com a República proclamada, aumentam as expectativas das elites regionais com relação a uma maior autonomia perante a União, o que não se daria de forma imediata e sem resistências. O governo de Floriano Peixoto foi visto como um poder centralizador e autoritário, principalmente pela corrente liberal do Rio Grande do Sul, que se antagonizava também com o chefe local, o governador Julio de Castilhos, considerado também excessivamente centralizador.

Essa facção política, comprometida com o sistema parlamentarista de governo considerava que: "A República parlamentarista seria o antídoto ao autoritarismo republicano, que o presidencialismo de feições norte-americanas favorecera naquela quadra da política brasileira. Mas, acima de tudo, os políticos federalistas abominavam o ideário do positivismo de Augusto Comte, esposado por destacados líderes republicanos da época" (ÁVILA, 1997, p.8).

Se esse ideário era nítido entre os gaúchos, já em Santa Catarina, segundo PICCOLO (1997), as disputas configuravam muito mais lutas entre oligarquias locais, desprovidas, portanto, de qualquer plataforma.

A adesão, nesses estados, às forças legalistas, que se mantinham fiéis ao poder central – denominadas pejorativamente por seus adversários de pica-paus –, ou aos parlamentaristas – denominados pejorativamente por seus adversários de maragatos¹⁴ –, era decisão de momento, tomada ao calor dos descontentamentos com os grupos locais, ou pela hostilidade ou simpatia aos mandatários da União.

¹⁴Os maragatos, líderes da insurreição, eram assim apelidados por identificarem-nos com os homens do campo, posto que o termo vem da língua castelhana e significa, em tradução livre, "aqueles que arream os cavalos". Pica-paus era uma alusão ao pássaro que pica fundo e tudo destrói. Outro símbolo desses dois grupos era o lenço vermelho com a inscrição "viva a liberdade" entre os primeiros, e o lenço branco entre os segundos.

Para se ter idéia da situação caótica desse Estado, mencione-se que Paranaguá foi tomada pelas tropas revoltosas do Rio Grande do Sul, enquanto a Lapa resistia sob o comando do Coronel Gomes Carneiro. Curitiba recebera as facções revoltosas com entusiasmo, assim como mais tarde receberia com aplausos as tropas florianistas, que retomaram à cidade. A população, mesmo aquela que fora atingida, não tinha clareza sobre os motivos do conflito. Era a violência que, ao fim e ao cabo, tomava conta do movimento, uma verdadeira guerra civil.

A situação chega ao seu clímax em 1894, quando os federalistas recuam diante da ofensiva florianista, e, dado que não possuíam mais dinheiro para manter a luta armada, capitulam, retornando a situação, rapidamente, ao clima de normalidade: "A restauração da vida normal consolava agora os espíritos, portanto, pode-se dizer – que a população (...) não cogitou sequer um instante da hipótese de perseguições, de ação tendente a punir os culpados. Culpados não os havia. Houve até quem servisse a Revolução (...) como houve quem fugisse dela para não servi-la" (ROCHA POMBO, *apud* COSTA, 1997, p.21).

O Paraná que, segundo SANTOS (1997, p.81), acabou por se constituir no *locus* principal da luta armada, ocasionando um verdadeiro massacre à população civil, acomodou-se rapidamente à restauração da ordem, não se observando portanto significativas mudanças. Entretanto, é necessário ressaltar que a historiografia que se dedica a esse período pouco avaliou o nível de consciência revolucionária dos participantes, limitando-se apenas às ações de seus principais líderes. Não por acaso: a ênfase nos feitos dos generais, presidentes e empresários, a morte trágica de um, os atos heróicos de outro, valeram aos historiadores oficiais a possibilidade de fabricar os heróis de que necessitavam, elemento chave na produção do orgulho patriótico e do nacionalismo oficial. Afinal, é por meio da reverência a um passado mitificado, que se consegue conquistar a fidelidade ou mesmo o entusiasmo da sociedade para com seus governantes. Não por acaso, e independentemente de sua posição política naquele conflito, nomes como os de Joaquim Lacerda, Amintas de Barros, Dulcídio Pereira, Gomes Carneiro ou Barão do Serro Azul são inscritos como nomes de ruas, praças e monumentos. Todos heróis:¹⁵ todos a serviço da causa paranaense.

¹⁵Sobre a fabricação de heróis e o forjar das tradições, ver HOBBSAWM (1984).

FIGURA 1
GENERAL GOMES CARNEIRO E SEUS COMPANHEIROS



FONTE:

Escultura de João Turin, em homenagem aos participantes da revolução federalista - Lapa, Paraná

FIGURA 2
PANTEON DOS HERÓIS



FONTE:

Monumento erigido para abrigar os restos mortais do General Gomes Carneiro - Lapa, Paraná

1.2 O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO

Ainda que nenhum dos partidos existentes tanto na conjuntura do Paraná provincial como após a República, quando se transforma em Estado,¹⁶ possuíssem uma plataforma política que os distinguisse entre si, duas preocupações comuns a praticamente todos os governos podem ser observadas: **o povoamento do território e a segurança**.

A formação do mercado de trabalho constituiu peça fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas; no Paraná, o contingente de mão-de-obra escrava, que já não era muito numeroso, reduzira-se ainda mais devido à expansão da economia aurífera nas Minas Gerais e à cafeicultura do vale do Paraíba – que absorveram, por meio do comércio inter-provincial, aqueles trabalhadores.

Por outro lado, o discurso abolicionista e o excedente de mão-de-obra na Europa, em virtude da industrialização e da mecanização da lavoura, favoreceram a formulação da política migratista, processo que se responsabiliza pela vinda de um sem número de trabalhadores para o Brasil desde 1824.¹⁷

No Paraná, essa mesma política começa a adquirir um contorno mais nítido com a sua emancipação política.

Embora a política imigratista tenha sido originalmente projetada pelas oligarquias paulistas, que pretendiam substituir a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre européia, o que levaria, portanto, ao assentamento desse contingente nas grandes fazendas, a região Sul também foi contemplada, desde o Império, com recursos destinados à colonização, pela necessidade de se preencher os vazios demográficos das regiões de fronteira, garantindo assim a ocupação efetiva do território. Em seus desdobramentos, a colonização sulina desempenharia ainda um outro papel: o de produzir bens alimentares para abastecer as regiões em que as atividades econômicas eram prioritariamente dedicadas à exportação, como é o caso de São Paulo.

¹⁶Essa não é apenas uma mudança na nomenclatura. Em uma federação, como na que o Brasil se transformou após a República (pela Constituição de 1891), há uma delegação de poder, ou como no caso norte-americano, o governo federal recebe poderes delegados pelos estados, ou como no caso brasileiro, a União delega poderes aos estados federados, que são as antigas províncias.

¹⁷Sobre a política imigratista e os principais núcleos coloniais, ver SEYFERTH (1990).

Para o Presidente da Província do Paraná, em 1881, José PEDROSA (*apud* BALHANA, 1969, p.181), esse povoamento atenderia ainda à necessidade de se dispor de mão-de-obra para a edificação de obras públicas:

O governo deve estabelecer proximidades de povoações que por seu grau de prosperidade ofereçam ocupações remuneradas aos mesmos, quer em serviço da lavoura, quer nos diferentes misteres industriais, ou cumpre-lhe colocá-los nas localidades onde, por conta do Estado, executem-se obras importantes, em condições de aproveitarem os novos braços introduzidos no país (...) aqui na capital, noto que a colonização já vai excedendo dos limites naturais, isto é, a capacidade do mercado e a demanda de braços para os diferentes misteres da população. Se a empresa da viação férrea não vier alargar esses limites, faltará em breve lugar para maior número de imigrantes.

Essa política consistiu, no plano local, na propaganda para atrair novos contingentes populacionais e na criação de sociedades de migração. Coube ao Presidente Alfredo d'Escagnole Taunay, em 1885 e 1886, criar 12 localidades para assentar os imigrantes. Mas o número de ingressos, comparado ao do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, era ainda inexpressivo. Primeiro, pela escassez de recursos da própria máquina administrativa; segundo, pela sua baixa representatividade junto ao poder central. Por essas razões, somente no início do século XX é que tais contingentes adquirirão importância numérica, o que se evidencia no censo de 1900, no qual consta 13,6% da população como estrangeiros nesse Estado.

Segundo SEYFERTH (1990, p.16-17):

No século XX é para o Paraná que se dirige o fluxo migratório vindo da Europa, (...) engrossado por inúmeras famílias egressas de outras áreas coloniais mais antigas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ocorre também, com alguma constância, a saída de famílias e indivíduos das áreas coloniais para as cidades maiores como Porto Alegre e Curitiba, em parte motivada pelo esgotamento e parcelamento dos lotes coloniais, em parte pelas possibilidades de ascensão social na medida em que diminui a entrada de novos imigrantes no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Paraná se transforma no principal promotor da colonização com europeus no Sul do Brasil. É para este Estado que se dirigem imigrantes do Leste europeu, poloneses e italianos, e, em época mais recente, japoneses.

A importância política da imigração no Paraná é de duas ordens: a primeira, pelo povoamento do território, diversificação das atividades econômicas e decisiva contribuição à urbanização, fatores que cooperam para o crescimento das receitas públicas; a segunda, de se formar no Paraná, como de resto na região Sul como um todo, a primeira classe média do país (composta por pequenos proprietários rurais, artesãos e comerciantes), segmento que, pela sua simples presença, concorre para a democratização da propriedade e do poder. Distintos em seus interesses dos grandes proprietários, pressionariam, como é o caso dos imigrantes de origem alemã no Rio Grande do Sul, pelo direito de votar e de ser votado, pela concessão de direitos plenos aos cidadãos não católicos, pela universalização da escola pública, pelo aumento salarial e, em algumas regiões, pela reforma agrária.¹⁸ Constituir-se-iam também em formadores de opinião, criando, pela sua própria iniciativa, uma imprensa alternativa aos periódicos mantidos ou apoiados pelas camadas dominantes.¹⁹

Para se ter uma idéia do papel da política migratória para o Estado do Paraná, no que se refere ao seu contingente populacional e à diversificação das atividades econômicas, examinem-se as tabelas 1 e 2, a seguir:

TABELA 1		
CRESCIMENTO POPULACIONAL, EM CURITIBA E PARANÁ, 1854-1920		
ANO	CURITIBA	PARANÁ
1854	6.791	62.248
1872	12.651	126.722
1890	24.553	249.491
1900	50.124	327.136
1910	60.800	572.375
1920	78.986	685.711

FONTE: RIBEIRO (1985)

¹⁸Sobre essa atuação política dos imigrantes e seus descendentes, ver BREPOHL DE MAGALHÃES (1998, p.83 *et seq.*) e LOPREATO (1997).

¹⁹Sobre essa imprensa, ver BREPOHL DE MAGALHÃES (1998) e RAGO (1985).

TABELA 2
PRINCIPAIS FÁBRICAS E OFICINAS EXISTENTES EM CURITIBA, 1900⁽¹⁾

FÁBRICAS E OFICINAS	Abs.	%
Fábricas de barricas para erva-mate	100	22,83
Oficina de selzeiros	81	18,49
Olarias	41	9,36
Marcenarias	39	8,90
Fábricas para beneficiar erva-mate	25	5,70
Oficinas de alfaiataria	21	4,79
Serralherias	21	4,79
Carpintarias	19	4,33
Oficinas de funileiros	12	2,73
Moinhos de farinha	10	2,28
Serrarias	10	2,28
Curtumes	10	2,28
Fábrica de café moído	10	2,28
Oficina de carros	7	1,59
Fábrica de licores e xaropes	6	1,36
Oficinas de consertos de instrumentos	5	1,14
Fábricas de águas gasosas	5	1,14
Outros	16	3,60

FONTE: RIBEIRO (1985, p.130)

(1) Com relação às atividades econômicas, é preciso deixar claro que essas estimativas, cuja metodologia não é conhecida por ter sido extraída de um jornal da época, sem que se mencionassem as fontes utilizadas, permite apenas certa aproximação à realidade da época, pois não constam o tamanho das fábricas e seus respectivos números de trabalhadores.

1.3 ORDEM E SEGURANÇA

Segundo FOUCAULT (1986), o século XIX é por excelência o século da constituição da **sociedade disciplinar**. Para esse autor, é o período em que uma série de saberes e instituições são construídos com o objetivo garantir a "paz social", por meio de dispositivos de segurança e de controle social. A prática da disciplinarização dos corpos, do tempo e dos hábitos da população, viabilizada pela escola, a clínica, as prisões, as casas de correção, a polícia, os hospitais psiquiátricos, orfanatos e as fábricas, é consentânea ao surgimento da sociedade urbano-industrial, cujo funcionamento demanda uma nova ordem social.

A lógica do processo de trabalho mecânico, realizado em espaços confinados, submetido ao tempo do relógio, é totalmente distinta daquela regulada pelo tempo da natureza, submetido às variações sazonais, próprio do meio rural. Por outro lado, os baixos salários e os castigos impostos desestimulam os pobres a adentrar no espaço fabril, preterindo tal forma de subsistência em favor de outras práticas consideradas pela moral burguesa como desviantes, tais como a mendicância, os pequenos furtos, o comércio ambulante, o jogo, a prostituição (BRESCIANI, 1986, p.7 *et seq.*). Sem contar outras práticas de resistência, como a greve, o "fazer cera", os motins, a quebra de máquinas e as insurreições.

Mobilizações como essas provocaram, ao longo de toda a história do capitalismo, um intenso debate em torno da questão social. Médicos, filantropos, sanitaristas e o próprio aparelho policial se dedicam a produzir um conjunto de saberes e técnicas que visavam instrumentalizar as instituições públicas e privadas no sentido de exercer o controle sobre as camadas pobres, vistas como potencialmente perigosas, dada a ameaça das rebeliões e protestos, mas ao mesmo tempo "carentes" de cuidados por parte dos mais ricos e esclarecidos (BRESCIANI, 1982).

Se, de início, essas práticas são dirigidas pela iniciativa privada (como a Igreja), num segundo momento, caberá ao Estado, por delegação da própria sociedade, realizar essa tarefa, uma vez que os proprietários se vêem, gradativamente, incapazes de dar conta, pelos seus próprios meios de coerção, das inúmeras resistências à disciplina exigida no trabalho industrial.

É nesse contexto que surgem e se ampliam o policiamento nas ruas, as casas de correção, os orfanatos, as prisões, o combate à mendicância, ao meretrício, ao jogo, práticas antes consideradas toleráveis, e que doravante se inscreveriam sob a insígnia da delinquência.

A esses discursos, saberes e práticas estarão sensíveis as elites paranaenses, menos pela intensidade das mobilizações dos trabalhadores, sobretudo os trabalhadores urbanos, e mais pela solidariedade que mantinham com intelectuais, empresários e políticos da Europa e de outras regiões do Brasil.

Para ilustrar como os dispositivos de segurança encontraram ressonância no jovem Estado do Paraná, citemos pelo menos dois casos exemplares.

1.3.1 A Guerrilha na Região do Contestado: Ordem no Campo!

Escapa aos objetivos deste livro realizar uma análise exaustiva de tal movimento.²⁰ Interessa apenas enfatizar o papel desempenhado pelo Estado, não por ter sido o único movimento de protesto contra a ordem vigente, mas o mais significativo confronto político envolvendo as camadas pobres do Paraná na Primeira República.

Por volta de 1900, às margens dos latifúndios do Paraná ia se estabelecendo uma pequena economia de subsistência praticada por posseiros e intrusos, pessoal miserável que era dispensado, enquanto mão-de-obra, das grandes fazendas. Com o crescimento econômico do Estado, tal população era gradativamente, e não sem o uso da violência, empurrada por proprietários ou pela polícia para o sertão, onde recompunha suas unidades produtivas.

Esse processo se recrudescer quando, ao final do século, transferem-se as terras devolutas para a competência dos estados, o que resulta num controle mais intenso sobre esse segmento da população.

A pedra de toque que provocaria a **guerrilha do Contestado** foi a aquisição, inclusive por concessão do governo, de terras por parte da *Southern Brazil Lumber and Colonisation Company* (doravante denominada de *Lumber*), para a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.

Para a sua construção, contratam-se operários de diversas localidades do país, ao todo oito mil homens, que são despedidos logo após a construção da ferrovia. Além disso, uma vez finda a construção do trecho paranaense, a *Lumber* adquire mais 18 mil hectares de terras e desabriga milhares de famílias. Em estado de miséria e desespero, a população se deixa atrair pelo líder messiânico José Maria,²¹ um desertor do 14.º

²⁰Para um aprofundamento dessa temática, ver QUEIROZ (1966). Além desse livro, menciona-se que esse tema foi retratado no cinema pelo diretor paranaense Sylvio Back, em filme intitulado *A guerra dos Pelados*.

²¹O nome verdadeiro desse líder era Miguel Lucena de Boaventura, e havia participado da Revolução Federalista. O nome por ele adotado para liderar o movimento, José Maria, é justificado por afirmar ser o herdeiro espiritual de João Maria, outro líder messiânico que atuou na Revolução Federalista. Por messianismo entendemos movimentos sociais de caráter religioso milenaristas, ou seja, movimentos que anunciam o fim do mundo para breve e o retorno do Messias, que estabelecerá, por mandato divino, a justiça e a ordem em

Regimento de Cavalaria de Curitiba, que se apresentava como líder espiritual, defendendo ainda o retorno à Monarquia.

A crença no retorno à Monarquia como condição à restauração da ordem pode ser explicada pelo recrudescimento das disputas pela terra posteriores à República. Isso se infere pelo grafite inscrito numa parede: "O governo da República toca os filhos brasileiros de terrenos que pertencem à nação e vende para os estrangeiros, nós agora "estemo" disposto a fazer prevalecer nossos direitos" (BALHANA *et al.*, 1969, p.199).

A questão central não era portanto o sistema de governo, mas o protesto dos trabalhadores com relação à política fundiária.

No entanto, a *Lumber* possuía poder de governo na região, poder que era exercido de forma desproporcionalmente violenta em relação aos verdadeiros riscos existentes. Representava ela a polícia (podendo executar prisões), possuía o seu próprio exército, controlava os armazéns, proibia festas, bebidas, reuniões. Para se ter idéia da ausência de limites de tal poder, basta lembrar que o Vice-Governador do Paraná à época, Afonso Camargo, era advogado da empresa.

Em 1912, com a intensificação dos conflitos, a *Lumber* pressiona o governo central a interferir no processo contra aqueles "fanáticos", que punham em risco todo o empreendimento. Em resposta, o governo manda atacar a **Monarquia Celeste**, localidade onde os rebeldes estavam acampados. Logo, o prefeito de Curitibaanos (em Santa Catarina) denuncia ao Presidente da província de Santa Catarina o local e as atividades daqueles trabalhadores, argumentando que se tratava de uma ameaça monárquica à integridade da República: "A aldeia sagrada, que pretendia ser auto-suficiente, não pagava impostos ao governo e rompia o equilíbrio da sociedade local, recusando-se ao comércio e ao trabalho. Assim, a polícia é chamada para destruir o "quadro santo" (NOSSO século, 1980, p.38).

Para fugir ao ataque, José Maria se desloca, com o seu grupo, de Taquaraçu para Irati, próxima à cidade de Palmas, onde é atacado e morto pelas autoridades do governo do Paraná, ocasião em que morre também, em pleno combate, o comandante João Gualberto.

Seus liderados reaparecem, mais tarde, em Taquaraçu, já com três mil homens, prontos a atacar as forças de repressão. De lá, seguem para Caraguatá.

O movimento se alastra, chegando a dominar 25 mil quilômetros quadrados, força que lhes é garantida por novas adesões e pelos sucessivos ataques a diferentes aldeias e lugarejos.

Em 1914, começa a contra-ofensiva: são mobilizados 7 mil homens do Exército, até que, e somente em 1916, as forças de repressão oficial conseguem sufocar o movimento, num massacre sem precedentes. Ao todo, foram mortos 20 mil homens.

Para LINHARES (1999), as oligarquias rurais constituíram, durante a Primeira República, mecanismos garantidores da ordem agrário-conservadora, apoiadas, quer por omissão, quer pela intervenção direta do poder central, pela estrutura agrária pautada no latifúndio. Quando as divergências políticas entre poder central e poder local denunciavam conflitos entre grupos da mesma classe, como é o caso da Revolução Federalista, o poder central agia de forma a enfrentar, com as forças de Estado, tais elites; quando conflitos partiam das camadas pobres, os ajustes eram feitos em nome da "ordem", tal como pretendiam os senhores.

Esse massacre se justificou, portanto, por ter tal movimento de rebeldia, como semelhantemente o episódio de Canudos (1897), colocado em xeque o poder das oligarquias rurais no seu aspecto mais essencial: o monopólio da terra.

1.3.2 Greves, Motins... Expulsem os Anarquistas!

Nos nascentes centros urbanos do Paraná, a segurança e a manutenção da ordem também se constituíram, gradativamente, em questão de Estado.

Ainda que não se tenham verificado aí movimentos de protesto e resistência urbanos tão expressivos como o foram, por exemplo, as greves operárias de São Paulo, também far-se-ão presentes no Paraná manifestações de contestação à ordem burguesa, tanto quanto a intensificação dos mecanismos de controle social.

De início, esses mecanismos são adotados pelos próprios empresários; afinal, integra a utopia burguesa a convicção de que o

processo civilizador passa necessariamente pelo progresso técnico e pela educação, esta entendida, *grasso modo*, como a domesticação dos impulsos e dos sentimentos em nome de uma ação "racionalmente planejada".

No sentido de concretizar seu ideário, são postas em prática diversas medidas regulamentadoras do trabalho no interior das próprias unidades produtivas. A condenação ao alcoolismo, à prostituição e à vadiagem,²² a exigência de pontualidade, assiduidade, asseio, responsabilidade e obediência às autoridades são expedientes adotados como práticas saneadoras dos "vícios" ou maus costumes que obstaculizavam o progresso do próprio trabalhador.

Para tanto, o relógio-ponto, multas para erros cometidos ou atrasos, castigos físicos, uniformização do trabalhador no interior da fábrica, exigência de asseio e divisão espacial entre homens e mulheres passam a reger o cotidiano fabril.

Outros espaços são também objeto do olhar civilizador; isso porque, não apenas a burguesia, mas as classes médias urbanas passam a compartilhar desse ideal, não necessariamente com os mesmos objetivos da primeira. A instrução, o combate à violência social e a racionalização do tempo e do trabalho se solidarizam com os que aspiram criar códigos de sociabilidade pautados na lei, esta democraticamente sancionada, uma herança das correntes iluministas do século XVIII.²³

Nessa linha de raciocínio, entendemos que a universalização da escola pública foi resposta à disposição de se inculcar a disciplina nos indivíduos desde a infância, mas também ao atendimento a uma demanda das classes médias com relação à democratização do conhecimento. As prisões, a partir do século XIX, não se limitaram mais a apenas isolar o criminoso da sociedade, mas buscavam a sua regeneração moral; assim

²²Termos como prostituição, mendicância e vadiagem precisam ser lidos de acordo com o seu significado naquele período. Todo comportamento que não supusesse um alinhamento à moral vigente era considerado suspeito. Mulheres sozinhas, mães solteiras, desempregados, indivíduos que viviam de pequenos expedientes por não encontrarem lugar no mercado de trabalho formal, entre outros, passavam a ser alvo dos olhares vigilantes das instituições disciplinares, todos estigmatizados como potencialmente delinquentes (FOUCAULT, 1986).

²³Levando em conta essa aspiração das classes médias, discordamos de FOUCAULT (1986), para quem todo dispositivo de segurança e de disciplina foi acionado como elemento repressivo à sociedade.

procediam tendo em vista sua reinserção no mercado de trabalho, mas também pela exigência de um tratamento mais humano aos detentos. E, finalmente, o policiamento preventivo nas ruas, que objetivava dificultar outras estratégias de sobrevivência que não o trabalho nas fábricas, protegeu, ao mesmo tempo, os indivíduos contra a violência.

A sociedade paranaense não foge a essas formas de ordenamento da sociedade moderna. Médicos sanitaristas, professores e agentes de polícia, dentre outros, são personagens que se fazem representar no Estado desde meados do século XIX. A limpeza da cidade, seu embelezamento e planejamento, o combate a epidemias, ao crime e contravenções e aos "tumultos populares" são exemplos dessa natureza (RIBEIRO, 1987, p.100 *et seq.*).

Um fato novo, porém, responsabiliza-se pela intensificação dessas medidas, favorecendo inclusive um amplo debate sobre a questão social: as greves ocorridas nas primeiras décadas do século XX. Com elas, a resistência operária revela-se de maneira contundente e com elas, e não apenas nesse Estado, a questão do trabalho ultrapassa os limites da fábrica e transforma-se numa questão de governo (DECCA, 1983).

Concentremo-nos no caso do Paraná. A primeira greve que adquire relevância na imprensa é a greve dos sapateiros, em 1906. Considerada a primeira greve de Curitiba, sua importância reside no fato de ter aglutinado trabalhadores dessa e de outras categorias em torno de seus interesses de classe; para além de um movimento com reivindicações de caráter econômico, ele procurou articular uma proposta política que colocava em questão a ordem burguesa, com idéias trazidas do socialismo e do anarquismo europeus. É nesse período que se funda, na Sociedade Beneficente Giuseppe Garibaldi, a Federação Operária do Paraná, com a preocupação de doutrinar, organizar e fortalecer o movimento operário. Tais idéias eram trazidas pelos imigrantes europeus, os quais, como em seus países de origem, reclamavam por melhores salários, redução da jornada de trabalho, direito à organização e representação autônoma de seus interesses, proibição de trabalho aos menores de 14 anos de idade. Pretendiam, sobretudo, que as camadas pobres também fossem consideradas co-participes do universo de cidadãos do país.

A partir dessa data, são criadas diversas sociedades operárias, cujas reivindicações e organização irão culminar na grande greve de 1917.

O movimento teve início em São Paulo, tendo em sua pauta o combate à carestia, a redução da jornada de trabalho para oito horas e o aumento de salários. Logo, ele inspira outros movimentos, como é o caso de Curitiba. Aqui, a greve de 1917 foi organizada pelas sociedades operárias, no dia 1º de Maio, quando as entidades reúnem seus sócios na Praça Tiradentes (no marco zero da cidade) para ouvir os socialistas Octavio Prado, Bortolo Scargmann e Adolpho Silveira. Após 18 dias da comemoração do dia do trabalho, inicia-se a greve, a qual, dentre outras conseqüências, provocou a paralisação do trânsito e o corte no fornecimento de eletricidade (RIBEIRO, 1985).

Em princípio, a polícia intervém apenas no sentido de evitar perturbações de maior monta, argumentando inclusive serem justas as reivindicações dos trabalhadores. Mas a continuidade da greve levaria a uma rápida mudança nessa avaliação. Cooperava para isso um outro fator de ordem política: 1917 é o ano em que o Brasil ingressa na Primeira Guerra e que o cargueiro Paraná é torpedeado por um submarino alemão, o que motiva uma onda patriótica em todo o país: no Sul, a mera existência de imigrantes ou seus descendentes, que ainda preservavam seu idioma e mantinham vínculos com a pátria de origem, provocou inúmeras manifestações de desagravo contra esses segmentos sociais, o que intensificaria a tensão. Eram motins, quebra-quebras, comícios e brigas de rua, de iniciativa dos nacionais contra os estrangeiros – os imigrantes alemães e seus descendentes. *Viva o Brasil, morte à Alemanha* era um mote que parecia reeditar, nas ruas de Curitiba, o cenário europeu da Primeira Guerra. E Santa Catarina, Estado que possuía grande número de descendentes dessa origem, era considerada reduto dos conspiradores; suspeitava-se, inclusive, que a guerrilha do Contestado era fruto de inspiração separatista dos alemães.

Tanto a guerra, como a greve e a guerrilha do Contestado são identificados com o "perigo alemão"²⁴ – tratava-se de estrangeiros e subversivos a ameaçar a ordem interna do Brasil.

²⁴Para um melhor entendimento sobre o mito do perigo alemão, sentimento coletivo que se originou das propagandas francesa e inglesa, durante o século XIX, devido à expansão econômica da Alemanha, e que provocou uma série de discriminações aos imigrantes e seus descendentes no Brasil, ver GERTZ (1987) e BREPOHL DE MAGALHÃES (1998).

Dai à xenofobia, que consiste na hostilidade ao estrangeiro, apenas um passo. As perturbações à ordem passam a ser vistas como fruto da ação subversiva de inimigos externos, não apenas alemães, mas os de qualquer outra nacionalidade, como ilustra uma notícia dessa conjuntura:

Infelizmente, de um certo tempo para cá, elementos anarquistas andam trabalhando o nosso meio social, vinando assim a cabeça de nosso operário sempre cordato e calmo e obtendo as suas pretensões, quando justas, pelos meios pacíficos.

É bem de ver o mal que produz em cérebros pequenos e faltos de qualquer ilustração, essas idéias subversivas, pregadas por um rebotalho de anarquistas, gente vagabunda, que para aqui veio expulsa de outros centros, onde sua presença foi considerada nociva.

(...) A polícia deve agir, pois, com toda energia contra esses indivíduos, expulsando-os, mesmo, do nosso convívio social, para que os seus conselhos perniciosos não trabalhem a infeliz e sempre explorada classe operária (*O Diário do Paraná*, 21.07.1917, apud RIBEIRO, 1985, p.170).

É justamente sob essa acusação, o mito do inimigo externo, que a polícia e a própria imprensa encontram apoio de outros segmentos sociais de Curitiba para fazerem prevalecer a ordem. A greve é reprimida como um feito patriótico, após sete dias de duração; suas lideranças foram presas ou deportadas, medida resultante da aliança entre a polícia e os empresários.

Entretanto, após 1917, as relações entre o Estado e trabalhadores não será mais a mesma. O impacto da Revolução Russa, a presença dos partidos socialistas nos parlamentos europeus, as greves ocorridas em todo a Europa e América Latina, bem como os conflitos pela terra, alertam as elites quanto ao fato de não ser mais possível tratar o movimento operário como uma simples questão de polícia. Inicia-se, assim, em diversos países, o debate acerca de uma legislação trabalhista, ao mesmo tempo em que são criados os departamentos de polícia política, como é o caso no Brasil da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). No Paraná, esse departamento de governo foi criado justamente em 1917, para combater os anarquistas e o perigo alemão.²⁵

²⁵A polícia política ou serviço de inteligência, como é internacionalmente conhecida, não se limita à repressão dos movimentos sociais no momento de sua manifestação. Ela supõe um passo além: objetiva minucioso controle do caráter ideológico de cada organização, procurando, a partir da realização de um diagnóstico bastante rigoroso, esvaziar aquelas

A possibilidade de uma legislação trabalhista era discutida no Brasil pelo Congresso Nacional e, no plano internacional, pela Liga das Nações. Nesses debates, não se negava mais a existência do movimento operário, anteriormente estigmatizado como obra de "desordeiros", baderna, turba; pelo contrário, reconhecia-se sua dimensão política, tanto quanto a ameaça que representava à ordem constituída. Para enfrentá-lo, procurou-se, de um lado, contar com uma polícia especializada, como é o caso da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) no Brasil, e por outro lado, regular as relações entre capital e trabalho com um conjunto de normas que desse conta de realizar concessões aos trabalhadores, como, por exemplo, isonomia salarial entre homens e mulheres, direito à associação e proibição de trabalho ao menor, com o intuito de frear a onda revolucionária que assolava o mundo,²⁶ fruto não apenas da ação de "desordeiros", mas, como reconhecia a intelectualidade da época, da miséria e da exploração a que os trabalhadores eram submetidos.

Segundo um periódico do Paraná, contemporâneo a esse período:

O capitalista deve ser um procurador da coletividade, não um explorador dela. E porque o proletariado sente-se vítima dessa exploração, é que se revolta. Ora, senão melhor que as classes dirigentes, por sua iniciativa, opusessem desde já uma barreira a essa inundação que se aproxima do que ficar nos braços cruzados à espera do motim sangüinário, contra o qual não haverá polícia nem tropa que possa se impor... (*O Diário do Paraná*, 14.02.1919, apud RIBEIRO, 1985, p.189).

Como se pode depreender desse comentário, a intermediação do Estado nos conflitos entre capital e trabalho, traduzida no discurso burguês como "*Questão Social*", seja no campo ou na cidade, passa a ser

intensões de mobilização pela perseguição aos seus líderes e veículos de difusão. Aparelhos como esses foram criados em praticamente todos os países mesmo antes de 1917. Citem-se, como exemplo, a GESTAPO, na Alemanha, a CIA, nos Estados Unidos, a KGB, na União Soviética, o DOPS e, à época da ditadura militar, o SNI, no Brasil.

²⁶Embora se reconheça que a legislação trabalhista tenha concedido vantagens ao trabalhador, não se pode deixar de reconhecer que, na maioria dos casos, ela se constituiu em estratégia para a contenção do movimento operário. Entretanto, em muitos países, como na Alemanha, Dinamarca e Inglaterra, ela foi implementada com participação significativa da classe operária, que se fazia representar no parlamento pelos seus próprios partidos.

solicitada por diversos agentes da esfera pública. Reivindicações que terão de aguardar mais algumas dezenas de greves, de conflitos no campo e de embates parlamentares, até que fossem, em parte, atendidas. Referimo-nos aqui à ascensão de Vargas ao poder.

FIGURA 3
NOTÍCIA SOBRE GREVE EM CURITIBA

Paraná

CURITIBA — A burguezia desta cidade foi, ha dias, aba'ada fortemente por um movimento grévista por parte dos motoristas e condutores. Os jornais que deram a nova não nos dizem, porém, pozitivamente, sem rodeios, a quem coube a vitoria. No entanto o choque não foi equeno: quando maior não fosse ou quando não tomasse proporções assustadoras para com os exploradores, quando mesmo não os fizesse tremer julgando ser o ultimo instante do seu poderio, ao menos fez com que trabalhador e parazita se olhassem bem de frente com aque'e olhar altivo, superior e energico de João Valjean dos *Miseraveis*, ao enfrentar o policia Javert.

A lição ficou. Que sirva de estimulo a outras demonstrações em que se patenteiam o porque das revoltas na sociedade búrgueza.

FONTE:

A Voz do Trabalhador, Curitiba, Ano 6, n. 25, 15 fev. 1913

1.4 1930, DIVISOR DE ÁGUAS?

Golpe de Estado, era Vargas, modernidade, industrialização, o Brasil sob a proteção do "pai dos pobres", cinema de chanchada, Chico Alves, caudilhismo, nacionalismo, Volta Redonda, Petrobrás, fim do coronelismo,... 1930 evoca diversas imagens, produzidas, quer pela memória oficial, quer pelo prestígio que Vargas possuía junto à população em geral, imagens que apontam aquele acontecimento como divisor de águas na história do Brasil.

Sem pretender um balanço historiográfico exaustivo, citemos, para introduzir o tema e dizer de sua importância para o entendimento da política paranaense, algumas correntes historiográficas que orientaram as pesquisas sobre tal período.

Segundo MENDONÇA (1996), a primeira delas, que é orientada pelo marxismo ortodoxo,²⁷ identifica 1930 como uma efetiva "revolução"; de acordo com a evolução do capitalismo na Europa, a classe burguesa teria assumido o poder de Estado, responsabilizando-se pela superação das estruturas arcaicas ou semi-feudais (a economia agroexportadora) em favor da industrialização.

Reforçando essa interpretação, segundo a autora, temos ainda interpretações como a de SANTA ROSA (1978), para quem a industrialização observada nesse período favoreceu a que, pela primeira vez na história do Brasil, as classes médias ingressassem na política, por meio do movimento tenentista. Dadas as suas raízes nacionalistas, esses militares de média patente foram autores de um projeto modernizador para o país, não apenas sob o ponto de vista econômico, mas também

²⁷Por marxismo ortodoxo entendemos uma corrente de interpretação da história, produzida na maior parte das vezes por militantes do Partido Comunista, comprometidos com o estalinismo, que compreende a história de forma esquemática e teleológica, prevendo que todas as sociedades humanas atravessem cinco estádios de desenvolvimento: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo. O emprego e vulgarização dessa doutrina transformou-se em uma vulgar filosofia da história. Segundo CARDOSO, essa corrente entendia haver na história uma entidade metafísica que determinava, do exterior, o curso do devir histórico, não restando outro remédio aos dados concretos salvo entrarem, bem ou mal, no dito esquema. Assim, a pesquisa histórica passava a ser "ilustração" das "verdades" consagradas (1979, p.73). Orientados por essas correntes, muitos historiadores brasileiros periodizaram a História do Brasil a partir dos modelos europeus.

institucional, uma vez que lutaram contra a fraude eleitoral e as oligarquias locais, defendendo ainda o fortalecimento do poder judiciário.

Uma segunda tendência atenua, sem contudo superar, o emprego do conceito de "revolução", identificando 1930 como um rearranjo das elites, mas entendendo esse período como divisor de águas, à medida que é a burguesia, e não mais as oligarquias rurais, que comandará o processo político.

Para FAUSTO e WEFFORT (*apud* MENDONÇA, 1996, p.262):

O cume da crise brasileira localiza-se na cisão entre oligarquias agrárias, ao que se acresceu o potencial desestabilizador de um movimento militar, bem como a fraqueza política da burguesia industrial, propiciando um "vazio de poder" no pós 30 cuja expressão estatal foi uma recomposição intra-elite. No entanto, uma característica distinguiria nitidamente a nova estrutura política da anterior: ela não mais seria a expressão imediata da hierarquia social e econômica, nem dos interesses de uma só fração de classe, como durante o regime oligárquico. Residiria aí, justamente, a possibilidade da força pessoal do chefe do Executivo, em função da posição de árbitro em que se via colocado. Face a esta peculiaridade, abria-se a brecha para uma modernização conservadora, resultante do conteúdo de classe tradicional do novo Estado e da modalidade autoritária de sua intervenção.

Finalmente, uma terceira tendência, de autoria de DECCA (1981), desqualifica 1930 como marco revolucionário, ou como mero rearranjo das elites. Para o autor, no final da década de 20, a classe trabalhadora institucionaliza sua presença na política por meio do Bloco Operário Camponês (BOC), criado pelo Partido Comunista, o que provoca a reação imediata da burguesia industrial, já em 1928; dos desdobramentos desses embates inter-classes resultaria o golpe de Estado encetado por Vargas, de caráter contra-revolucionário, e que acionará diversos dispositivos repressivos em apoio à classe patronal. Ao Estado coube, a partir daí, a elaboração discursiva vitoriosa, na qual **Ordem, Nação e Progresso** conformaram idéias-força que buscaram apagar a memória dos vencidos. É por essas razões que já em 1931 os sindicatos serão compulsoriamente atrelados ao Estado e obrigatoriamente tornados corporativos, o que consolidou a representação por categoria profissional (MUNAKATA, 1984). E, como corolário dessas medidas, em 1937, é fundado, por Vargas, o Estado Novo, suprimindo-se as liberdades constitucionais e centralizando-se o poder federal à revelia dos governos estaduais.

Estabelece-se, a partir daí, segundo LINZ (1980), um regime autoritário que não se limitou apenas a restaurar a ordem reclamada pelas elites, mas optou por uma franca e pronunciada intervenção do Estado em favor da modernização econômica, contando, para tanto, com a cooptação de uma parcela significativa da classe trabalhadora e das classes médias por meio do corporativismo e dos apelos de caráter populista.

Esse período significou, portanto, o ascensão de um modelo político autoritário porém modernizador, sob o ponto de vista econômico, sem que se fizessem mudanças de peso no que se refere à modernização das relações sociais, vale dizer, das relações inter-classes. Com isso, estamos afirmando que, à diferença de diversos países que, nesse mesmo período, incorporaram a classe trabalhadora ao universo da participação política, no Brasil, tanto o salário como a democratização da terra não estiveram na pauta das mudanças que visavam ao progresso econômico.

1.4.1 O Paraná: entre Poder Central e Poder Local

Dissolvido o Congresso nacional e o Legislativo estadual, cassados os mandatos dos deputados e dos governadores, Vargas, em sua estratégia de centralização política, nomeia interventores em todos os estados, homens de sua confiança que possuíam, no entanto, certo respaldo das respectivas elites locais. Tal expediente procuraria acomodar as forças regionais aos interesses de planejamento e dirigismo político e econômico da política no plano nacional.

Segundo PINHEIRO MACHADO (1989), esse não foi, todavia, o caso do Paraná. O interventor Manoel Ribas, que administraria o Estado durante praticamente todo o período em que Vargas esteve à frente do Executivo, não estabeleceu aliança com as elites locais, fosse pela sua fragilidade em fazer valer seus projetos locais, fosse pela rápida liderança conquistada pelo interventor nomeado no Estado – situação confortável que lhe permitiu governar, de 1932 a 1945, de acordo com as prioridades exclusivamente do governo federal.

A prioridade de Ribas foi principalmente a seguinte: financiar a abertura de estradas para escoamento da produção, visando à ligação da capital e dos portos de mar aos principais centros produtores, aspiração antiga dos empresários paranaenses, uma vez que tal medida importava na

arrecadação de impostos para o Paraná e não para São Paulo (quando o escoamento da produção era feito pelo Porto de Santos). Por parte do governo federal, tal integração atendia à prioridade de incorporar o interior, os chamados "sertões", ao processo produtivo nacional pela expansão das fronteiras agrícolas.

O aumento do número de escolas, peça importante da Campanha de Nacionalização, iniciada em 1936 pelo governo federal, com o intuito de integrar, por meio do aprendizado do idioma e dos valores nacionais, os imigrantes, vistos como "estrangeiros", foi política daquele período.

Ribas dá continuidade também aos trabalhos de colonização – incorporando a região Norte, Oeste e Sudoeste, o que realiza com a distribuição de pequenos lotes –, medida que visava ao preenchimento da necessidade de se produzir bens alimentares para o mercado interno dos centros urbanos emergentes.

Essas iniciativas, ainda que regidas pelo governo federal, foram favorecidas pelo crescimento da economia cafeeira no Estado.

A respeito do "ouro verde", como foi chamado o café no Paraná, pelo fato de ter propiciado um longo período de prosperidade ao Estado, é necessário que se observe que o desenvolvimento dessa atividade não se deveu a uma política previamente desenhada pelo governo, ou mesmo pelas elites regionais. O que cooperou para a interiorização da economia cafeeira no Paraná, segundo CANCIAN (1981), foi a diversificação do mercado de capitais em São Paulo, pois, desde a crise de 1929, as atividades econômicas vinham se dedicando à indústria, tendência que se consolidaria a partir de 1945, com o advento da Segunda Guerra Mundial e a implantação do processo de substituição de importações.

De sua parte, no Paraná, os altos investimentos na colonização das terras do Norte Novo levaram o Estado e os grupos interessados em garantir a possibilidade de continuidade do plantio do café a se consorciarem na manutenção de tal política de incentivo, já não mais incorporada pela burguesia paulista.

Dada a estrutura fundiária daquela região, o café, diferentemente de São Paulo, será cultivado em pequenos lotes, contando com o emprego de mão-de-obra familiar, ao que se associava a alta fertilidade do solo, ambos os fatores cooperando para a redução de seus custos de produção.

Segundo CANCIAN (1981, p.90),

... ao entrar na fase de maior dinamismo, a cafeicultura paranaense determinou um aproveitamento cada vez mais intensivo do solo, arrastando consigo a dinamização das lavouras temporárias e pastagens, em face da urbanização crescente e do incremento populacional regional que aumentou entre 1920 e 1940 em 468%, de 1940 a 1950 em 286,2%, de 1950 a 1960 em 265,8% e de 1960 a 1970, 171%. A população das áreas cafeiras, abrangendo Norte pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo, em 1920, era de 72.627 habitantes, passando em 1970 a 4.428 habitantes, num incremento de 6.096,9%. De 1940 a 1970 cresceu em 1.300,6%. Em 1920 havia seis municípios cafeeiros no Norte do Paraná, em 1940 14, em 1950, 36, em 1960, 104 e em 1970 atingiam 192, incluindo o Extremo Oeste, por onde o café extravasou.

Escapa aos objetivos deste livro realizar estudo minucioso sobre o papel da economia cafeeira para o Estado do Paraná. O que nos interessa enfatizar, neste momento, é que, com o surto econômico propiciado por tal atividade, essa porção territorial sofre um adensamento demográfico extremamente significativo, o que implica o povoamento efetivo da região enquanto "objeto do poder" governamental; a prosperidade econômica, por sua vez, importa para a arrecadação de rendas públicas, o que leva ao fortalecimento da máquina administrativa; finalmente, o surgimento de uma nova elite, situada ao Norte do Estado, que exercerá poder alternativo às chamadas elites campeiras ou tradicionais, as quais exerciam exclusivamente o domínio sobre a máquina de governo e as relações com o poder central até então.

Esses três fatores conjugados, **adensamento populacional, surgimento de uma outra elite regional e fortalecimento da máquina administrativa** fazem de Manoel Ribas (1932-45), seu herdeiro político, Moysés Lupion (1947-51 e 1956-61) e mesmo o seu opositor, Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-56), agentes de uma prática de governo que, tal como no plano federal, enfatizará a modernização.

2 O GOVERNO PARA OS OUTROS: PROSPERIDADE E MODERNIZAÇÃO

Ao folhearmos revistas como *O Cruzeiro*, *Seleções* ou *Manchete*, da década de 50, divertir-nos-emos com as imagens ali encontradas: óculos *ray-ban*, brilhantina, *pyrex*, camisa Volta ao Mundo, *laqué*, óculos gatinho. A publicidade desses produtos se faz acompanhar por outras imagens, que refletem um novo estilo de vida, no qual consumo é sinônimo de felicidade. Não se veicula mais a imagem de uma família numerosa, da mãe laboriosa, obesa, de avental, disposta a qualquer sacrifício em favor de sua prole. Ao contrário, ela é sempre jovem, esquelética, alegre, mãe de dois filhos. Sabe dirigir, vai ao cinema, assiste televisão; em sua cozinha, uma infinidade de eletrodomésticos, enlatados e produtos de limpeza atestam o tempo poupado nos afazeres domésticos. E, na penteadeira, o segredo da beleza: uma montoeira de cosméticos e perfumes.

O marido é forte, vestido como os galãs de *Hollywood*, bem-remunerado; geralmente, possui um *bobby*, como a pesca, o futebol, a jardinagem.

As crianças – geralmente dois filhos, um menino e uma menina –, vão assiduamente à escola, esta repleta de insumos didáticos. Têm uma infinidade de brinquedos, e a reverência para com os pais, característica da geração anterior, é substituída pela espontaneidade e por atitudes carinhosas. Não brincam mais nas ruas, mas em seu quarto, ou se postam diante da televisão.

O retrato do que se concebe como "vida moderna" é permeado pelo consumo de bens industriais.

Viver bem – com saúde, educação, lazer, habitação e vestuário – passa a ser o sonho dourado das classes médias de todo o bloco ocidental,²⁸ todas elas inspiradas no *American way of life* (a maneira americana de viver), veiculada na imprensa, rádio, cinema e televisão.

Esse ideário foi apropriado no Brasil à época do governo Juscelino Kubitschek, designado como desenvolvimentismo ou modernização.

Tratava-se do período da Guerra Fria. Neste, devido à consolidação do regime soviético, diversos países do bloco ocidental passam a adotar

²⁸Entende-se por bloco ocidental os países que, durante a Guerra Fria, alinharam-se em torno da liderança dos Estados Unidos, em nome do combate ao "perigo comunista".

práticas de governo que procuravam demonstrar que o sistema capitalista, após ter sofrido diversas experiências autoritárias, era capaz de promover o bem-estar social com democracia. Segundo HOBBSAWM (1992), o impacto da Revolução Russa provocou, ironicamente, sensível melhoria nas condições de vida da população no bloco ocidental.

Segundo o autor:

Depois de 1945, a enorme expansão do bloco socialista e a ameaça potencial que apresentava fez com que os governos ocidentais se concentrassem especialmente sobre a importância da previdência social. O objetivo desta ruptura deliberada com o capitalismo de livre mercado não era apenas eliminar o desemprego em massa, mas também estimular a demanda. Desde meados dos anos 50, tornou-se evidente que ambos estes objetivos estavam sendo atingidos. Expansão e prosperidade tomavam possível custear o capitalismo de bem estar social (HOBBSAWM, 1992, p.76).

Na verdade, em que pese ao Estado de Bem-Estar Social ter se generalizado na maioria dos países ocidentais somente após a Segunda Guerra Mundial, ele já estava sendo gestado desde a década de 20 deste século, em virtude de concessão do direito ao voto a todos os cidadãos.

Com a universalização do voto, a democracia eleitoral se consolida, e ao poder político institucionalizado se impõe ampliar suas bases de sustentação. Ou seja, doravante, para que o governo se legitimasse, teria de contar com o apoio da maioria dos cidadãos, expresso no momento das eleições.

A esse processo OFFE (1974, p.360 *et seq.*) denomina "**democracia competitiva**" ou "**democracia de massa**", para distingui-la dos movimentos que se organizaram a partir dos partidos de classe.

Detanhamo-nos, ainda que rapidamente, nessas definições.

Historicamente, ao final do século XIX, os movimentos sociais organizados pelas camadas pobres foram gradativamente se estruturando em associações e entidades independentes do Estado e dos patrões, para representar politicamente os seus interesses, organizações que passaram a ser conhecidas genericamente como "partido dos trabalhadores".

Segundo BOBBIO (1992, p.900-901):

Os movimentos socialistas haviam surgido com o programa de promover um novo modo de convivência civil, de que seriam artífices as classes subalternas política e socialmente emancipadas. Para tal fim, era necessário educar as massas, torná-las politicamente ativas e conscientes do próprio papel. Para fazer isto não era suficiente uma genérica agitação política por ocasião das eleições nem tinha grande importância a atividade parlamentar. Ao contrário, era essencial que no país se desenvolvesse uma estrutura organizativa estável e articulada, capaz de enfrentar uma ação política contínua que envolvesse o maior número possível de trabalhadores e que atingisse toda a esfera de sua vida social, que acolhesse as suas demandas e exigências específicas e as transformasse num programa geral. (...) A extensão e complexidade desta rede organizativa indica como os partidos socialistas, pelo menos nos primeiros decênios de sua história, se preocupavam sobretudo com a mobilização permanente dos seguidores e pela conquista de espaços de influência cada vez mais amplos dentro da sociedade civil, na tentativa de aumentar o espaço e a intensidade da adesão ao seu projeto de gestão da sociedade. O momento eleitoral e a conquista de cadeiras no Parlamento eram sobretudo importantes para a etapa posterior de marcar presença entre as massas e como instrumento para a própria batalha política posterior, mas não constituía objetivo principal do partido.

A batalha posterior a que BOBBIO (1992, p.900-901) se refere era a "revolução", tal como fora imaginada por Karl Marx: um momento de confronto definitivo entre as duas classes fundamentais, em que o proletariado assaltaria o poder de Estado e, em nome da maioria, estabelecería uma nova ordem social, pautada na socialização dos meios de produção.

A força cada vez mais expressiva dessas organizações, bem como seus desdobramentos, é bastante conhecida entre os historiadores. De um lado, provocou mudanças radicais em países como a China, a Rússia ou Cuba; de outro, justificou a onda contra-revolucionária que tornou possível o nazi-fascismo, bem como outras ditaduras, como é o caso da Espanha de Franco ou o Estado Novo no Brasil.

Mas, dessa força resulta também o próprio Estado de Bem-Estar, que pode ser definido como um conjunto de habilitações legais que autorizam o Estado, por meio do voto e da tributação, a realizar a redistribuição da riqueza, por meio da manutenção de escolas, serviços de saúde, habitação, segurança, lazer e cultura; consiste no estímulo ao pleno emprego, não apenas para atenuar o conflito entre capital e trabalho, mas também para garantir o consumo de mercadorias produzidas socialmente.

Com estas iniciativas, o Estado de Bem-Estar Social oferece um modelo alternativo à Revolução e ao Liberalismo Econômico, o que se convencionou chamar de "via reformista".

Diferentemente da conjuntura política que lhe antecedeu, os partidos e as demais organizações dos trabalhadores não eram reprimidos, mas incorporados em suas reivindicações, especialmente aqueles que abandonaram qualquer apelo ao projeto revolucionário.

No entanto, segundo BOBBIO (1992, p.903):

Sendo por ela favorecida, esta integração cada vez maior do Estado nos setores mais diversos da sociedade e a conseqüente necessidade de princípios de planejamento econômico e social, ou em todo o caso, de uma mediação de interesses diversos, para a qual se requer a colaboração, clara ou tácita, dos partidos operários, especialmente quando eles podem contar com o apoio das mais poderosas organizações sindicais do país. Isto representou uma diminuição ou queda da pressão das massas mantidas antes à margem do sistema, e uma mudança na qualidade e no nível das suas exigências políticas. E, fato ainda mais importante, se assistiu na esfera social a profundas modificações que atingiram vastos setores da população tais como a consecução de um mínimo de segurança social, a difusão do consumo e de símbolos culturais homogeneizados, e o surgimento de tendências de tipo secular e privativo. Este conjunto de fatores implicou uma relativa estabilização das relações sociais, uma codificação mais ou menos compartilhada pela maior parte da população das regras de convivência civil e, conseqüentemente, uma menor intensidade na participação política com objetivos de tipo geral e totalizante.

Com o abrandamento do conflito entre as duas classes fundamentais, resulta a "desradicalização ideológica" dos partidos, e sua conseqüente homogeneização, uma vez que passam a organizar programas e campanhas com finalidade prioritariamente eleitoral.

A democracia competitiva obriga, por sua vez, o Executivo a responder às demandas da sociedade. O Estado passa a ser visto como um prestador de serviços, e não mais como um órgão repressivo. E os partidos políticos perdem a sua relevância política, tornando-se incapazes de agremiar as vontades coletivas, como desejava o seu maior teórico, Antonio GRAMSCI (1992), passando doravante a se constituir em antecâmara do poder Executivo.

É nesse contexto que entendemos as ações de governo do período pós-45 no Paraná. E mesmo com a ditadura, a partir de 1964, a liderança política dos estados deixou-se orientar por esse modelo, que só será questionado, como veremos mais adiante, nos anos 90.

2.1 OS ANOS DOURADOS: A EXPANSÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA

O período que se estende de 1946 a 1964 constitui a mais longa experiência democrática da República brasileira. Foi nessa conjuntura que se formou a maioria dos quadros que gerenciou, mesmo após o golpe de 64, a máquina governamental do Brasil. Os partidos, todavia, obedeceram à tendência observada anteriormente, qual seja, a de preparar quadros para o Executivo e não a de organizar as vontades coletivas.²⁹ Entretanto, há que se observar que mesmo não sendo os proprietários exclusivos do debate político, suas ações traduziam o campo privilegiado no que se refere à política institucional.

O processo de redemocratização do Paraná, em 1946, à semelhança de outros estados, não se caracteriza por mudanças profundas no quadro da administração pública.

O primeiro governador eleito, Moysés Lupion, valeu-se da imagem de Manoel Ribas, governador e interventor durante o Estado Novo. Sua ênfase na modernização do Estado, na política de distribuição de terras e abertura de estradas conferiu-lhe força para levar à vitória a seu herdeiro político. Na verdade, Getúlio Vargas é o grande condutor desse processo eleitoral, que levou Dutra à presidência, e influenciou nas eleições estaduais que se seguiram. O Partido Social Democrático (PSD), idealizado ainda no período estadonovista, em 1947, venceu em doze dos vinte e um estados, em especial, nos colégios eleitorais do Sudeste e Sul, excetuando-se Minas Gerais e Distrito Federal, onde venceu a União Democrática Nacional (UDN), e São Paulo, onde venceu o Partido Social Progressista (PSP).

²⁹Excetue-se para essa afirmativa o caso dos partidos Socialista, Comunista e, mais tarde, o Comunista do Brasil, os quais, apesar de sua inexpressividade numérica no Paraná, deixaram-se orientar por princípios ideológicos e de manutenção de estreitos vínculos com suas bases.

Moysés Lupion vence as eleições em 1947 no Paraná com 59% dos votos, deixando em segundo lugar Bento Munhoz da Rocha Netto, com 29%, o que garantiria a continuidade da política governamental de Ribas.

Portador de um discurso popular, habilidoso com outras facções à esquerda, líder de seu próprio partido, Lupion representava a renovação, uma vez que não pertencia às famílias tradicionais e buscava, continuamente, apoiar as cidades e interesses do interior.

Contudo, essa imagem será alterada pela campanha oposicionista em 1950, que fez de Lupion uma figura nacionalmente conhecida como um político inescrupuloso. Acusam-no também de estar cercado de homens públicos cuja honestidade é colocada sob suspeita.³⁰

Bento Munhoz da Rocha Netto, em 1950, utiliza-se, em sua campanha, das acusações a Lupion, identificando tal comportamento como inaceitável aos políticos e ao povo. Logrando articular as oposições em torno de uma coligação denominada Frente Democrática, composta pelo Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido da Representação Popular (PRP), Partido Social Trabalhista (PST) e UDN, vence as eleições para o Executivo, sem, contudo, fazer maioria no Parlamento.

A gestão de Bento é considerada pela maioria dos intelectuais da época como produtora de idéias. Confere ao Paraná sua primeira identidade e insere-o no contexto nacional, onde conquista ainda para o Estado dois cargos federais: a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil (CREAI) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Suas iniciativas não chegam a investi-lo de popularidade, particularmente no interior do Estado. Em face de uma rede de funcionários herdada de Ribas e Lupion e do crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sua gestão será considerada pela opinião pública como excessivamente elitista, porque fortemente dedicada à cidade de Curitiba, em prejuízo dos investimentos ao "homem do campo".

³⁰Essa propaganda se estende até os anos 60; no governo de Ney Braga, o judiciário abre um processo contra Lupion, procurando ater-se principalmente à sua segunda gestão (1955-1960). Desse inquérito resultou o confisco de seus bens, ainda que nem todas as acusações tenham sido esclarecidas.

Essa imagem, amplamente utilizada durante a campanha eleitoral de 1955, somada ao impacto do suicídio de Vargas, responsabiliza-se pelo retorno de Lupion ao governo, vitória menos acachapante que a primeira, mas que denota a fragilidade da repercussão das denúncias feitas contra o candidato quatro anos antes (tabela 3).

TABELA 3

DESEMPENHO DOS PARTIDOS E COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR CANDIDATO E VOTO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, NO PARANÁ, 1955

PARTIDO OU COLIGAÇÃO	CANDIDATO	VOTO	
		Abs.	%
PSD-PDC-PTN	Moisés Lupion	184.354	40,9
PTB-PR	Mário B. de Barros	130.388	28,9
UDN	Othon Mader	65.886	14,6
PSP	Luís Tourinho	45.525	10,1
PSB	Carlos Osório	407	0,1
Branco	-	18.295	4,0
Nulos	-	6.665	1,4
TOTAL	-	451.550	100,0

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral

Como se pode constatar por esses números, a soma dos quatro partidos antipessedistas, se não estivessem divididos, corresponderia a 53,6% dos votos, superando o percentual de Moisés Lupion, que se viu beneficiado por essa desunião, mas também pelo seu prestígio no Norte cafeeiro.

Essas três gestões, vistas em conjunto, e em que pese à rígida polarização entre os candidatos oponentes, não refletem conteúdos de governo muito distintos. No estilo sim, posto que Bento veicula imagem de estadista e intelectual, enquanto Lupion, a de homem do povo. Mas no que se refere às políticas de governo, como veremos a seguir, pode-se dizer que se trata de um mesmo partido ou programa.

Tanto Lupion quanto Bento Munhoz da Rocha Netto buscam evidenciar o surto do progresso dos anos 40 e 50, bem como o novo papel reservado ao Estado na economia nacional. Esse surto de desenvolvimento é definido por Bento como um verdadeiro "espetáculo de prosperidade", capaz de catalisar a confiança dos seus governados, especialmente no que se refere aos órgãos públicos, e de libertar "o Paraná

do seu confinamento provinciano" (ROCHA NETTO, 1954, p.xi). Nesse sentido, a condição de grande produtor de café – carro-chefe das exportações nacionais – assegura ao Paraná, pela primeira vez, uma participação decisiva na economia brasileira.

Essa participação se faz acompanhar pela elevação dos níveis de vida, o que dá ao Paraná prestígio nacional, ao mesmo tempo que atrai migrantes de diversas procedências. A prosperidade no plano material se coloca para o Executivo como uma questão essencial à vida moral, ao desenvolvimento da cultura e da democracia.

Mesmo quando esses políticos se referem a momentos de "intranquilidade" no Estado, como é o caso da revolta em Porecatu,³¹ fazem-no para denunciá-la como exceção, e não como regra. Lupion, por exemplo, refere-se à ocorrência de "intranquilidade" e esboços de agitações entre os lavradores do Norte cafeeiro – "nestes dias tão férteis em ânimo subversivo" (LUPION, 1957, p.163). Também registra a ocorrência de disputas por terras no Sudoeste, envolvendo posseiros, colonizadores e grileiros, insuflados por "políticos contrários ao governo (...), quando as paixões partidárias não respeitam nem as ânsias de progresso de uma gente laboriosa e ordeira como a nossa..." (LUPION, 1958, p.195).

A insistência em veicular a imagem de tranquilidade e progresso não ocorre por acaso; visa atrair capitais e mesmo mão-de-obra para o Estado, em franco processo de crescimento econômico.

O ritmo de crescimento natural da população implica o aumento da demanda de bens, que, por sua vez, requer novos e ampliados contingentes de mão-de-obra. Assim, produção e população aparecem como duas variáveis articuladas entre si – uma vez que esta cresce, aquela deve crescer e, para a produção crescer, o mesmo deverá ocorrer com a população. A partir desse princípio, estrutura-se um conjunto de medidas sob o imperativo da migração, o qual se faz acompanhar da criação ou reformulação de órgãos de administração direta, encarregados de divulgar as possibilidades econômicas locais e assistir os migrantes.

³¹Movimento ocorrido no meio rural, orientado pelo Partido Comunista, que lutava contra a ocupação das terras por empresários ligados à economia canavieira.

A escassez de mão-de-obra justifica o esforço do Executivo em atrair pessoas tanto nos outros estados como no exterior. No governo Bento, a Divisão de Imigração da Secretária da Agricultura firma convênios imigratórios em diversos países, atraindo braços para a lavoura e indústria.

As companhias particulares, ainda nos anos 30, tinham sob o seu controle as iniciativas de colonização, sendo muitas responsabilizadas por abusos contra os colonos. Dizendo pretender coibir tais abusos e defender os interesses do cidadão, os governadores sucessivamente foram trazendo para si tal responsabilidade. Para tanto, foram criados a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização (1947) e o Departamento Administrativo do Oeste (1948) – depois transformado em Departamento de Fronteira –, ligado diretamente ao Palácio do Governo. Por meio desses órgãos, o governo passa a ter condições de atuar no sentido de estabelecer uma colonização disciplinada e dotar a região ocupada de uma infra-estrutura básica capaz de propiciar o bem-estar da população que para lá se dirigia.

Para ilustrar a presença cada vez mais pronunciada do governo nessas regiões, observem-se os mapas 1, 2 e 3, os quais evidenciam a presença cada vez mais intensa da administração pública no Paraná. Essas novas divisões podem ser vistas sob dois aspectos: por um lado, como necessidade decorrente do próprio aumento demográfico da região, por outro – que de certa forma, complementa o anterior –, como fruto da política intervencionista que o Estado passava a assumir.

Uma outra preocupação que se coloca como imperativa para a modernização do Estado é a saúde pública: a Secretaria da Saúde desencadeia sucessivas campanhas de combate à malária, doença de chagas e, em particular, da erradicação da lepra e da tuberculose. Atua igualmente no campo da psiquiatria, visando ao "reajustamento material humano", e amplia a rede hospitalar.

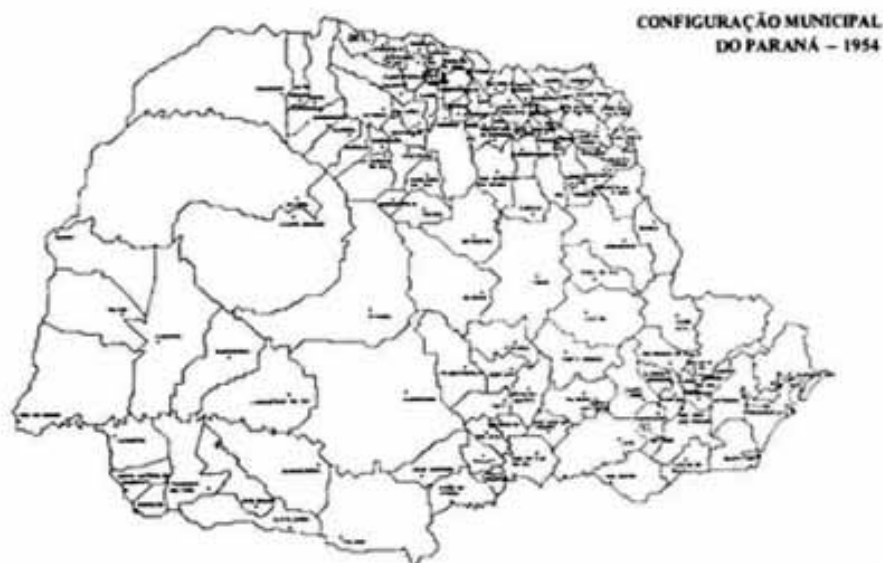
A essas medidas de saneamento, soma-se, ainda, a segurança pública, que visa igualmente disciplinar os contingentes populacionais que afluem ao Estado. Seu caráter vigilante se evidencia, dentre outros, no propósito de assegurar a presença da Polícia Civil e Militar em todas as regiões, municípios, ruas, etc. À medida que a população se multiplica e novos municípios são criados, é tomado o cuidado de dotá-los de delegacias – que simbólica e concretamente marcam o "estar presente" de um serviço orientado à garantia de tranquilidade e segurança.

MAPA 1
CONFIGURAÇÃO MUNICIPAL DA PARANÁ – 1950



FONTE:
BREPOHL DE MAGALHÃES et al., 1989, p.79.

MAPA 2
CONFIGURAÇÃO MUNICIPAL. DA PARANÁ - 1954



FONTE
BREPOHL DE MAGalhães et al., 1989, p.80.

MAPA 3
CONFIGURAÇÃO MUNICIPAL DA PARANÁ - 1958



FONTE:
BREPOHL DE MAGLHÃES et al., 1989, p.81.

O discurso da segurança é evidentemente um discurso da moralização dos costumes. Para tanto, Lupion e Bento tratam de executar reformas que vão desde a ampliação do quadro de pessoal até o reaparelhamento das unidades. Serviços de identificação são instalados em diversos municípios; novas delegacias especializadas são criadas, como Costumes (desdobrada de Segurança Pessoal), Furtos e Roubos (de Vigilância e Investigações) e Estrangeiros (de Política Social).

Por fim, tem-se a criação de uma densa malha viária, complementada com diversas obras de silos e armazéns, com o que o governo visa dotar o Estado de um sistema de transportes. A carência verificada no setor impede o escoamento da produção, levando a que esta seja realizada via São Paulo e Santos, gerando prejuízos à arrecadação fiscal – que acaba sendo drenada para fora do Estado, e ameaçando a unidade política do Paraná –, dado que o Norte estava mais dependente da administração paulista do que da paranaense, remetendo àquele Estado suas demandas e expectativas.

A política de transportes elaborada visa superar esses impasses de ordem econômica e social, ao mesmo tempo que se projeta além das efetivas possibilidades orçamentárias do Paraná. Esse setor é constantemente privilegiado nas dotações de verbas, que continuam sendo insuficientes. Em 1951, por exemplo, a Secretaria de Viação e Obras Públicas foi responsável por 41% das despesas estaduais, tendo, ainda, absorvido 58% das verbas suplementares; em 1954, esses percentuais são, respectivamente, 43% e 37%; em 1957, 32% e 43%; em 1958, 35% e 53%, e, em 1959, 32% e 57%.

Ao se considerar o caráter político subjacente às obras viárias, há de se perceber o significado da construção do Centro Cívico na Capital, no início dos anos 50. As estradas efetivamente convergem (e partem) para (de) Curitiba, que se firma como o centro administrativo do Paraná, porém ainda sem contar com uma infra-estrutura para esses novos e ampliados serviços. A construção dessa obra se coloca como um marco das potencialidades locais, da ação modernizadora do governo, que investe sobre a construção de um "lugar do poder". Esse empreendimento é composto por uma série de obras capazes de dizer por si só da existência de um governo, de um centro que administra as demais regiões. São elas: Palácio do Governo, Residência do Governador, Palácio da Justiça, Tribunal de Juri, Tribunal Eleitoral, Edifício das Secretarias, Plenário e

Comissões da Assembléia, Teatro Guaíra, Biblioteca Pública, Colégio Tiradentes, avenidas de acesso ao Centro Cívico, Praça do Centenário e Monumento do Centenário, edifícios para sediar o Legislativo.

Politicamente, tais iniciativas estão embutidas no interior de um mesmo conjunto de atos que investem sobre a questão da integração territorial e, ao mesmo tempo, sobre a população, remetendo-a ao foco administrativo instituído/instituinte.

Nesse território, considerado deficitário sob o ponto de vista demográfico, torna-se imprescindível que a gestão da "coisa pública" esteja pautada pelos princípios de superação de tal déficit. E, para estimular a migração, faz-se necessária uma política de integração e "saneamento". Integração, diante da possibilidade de desvinculação das novas áreas ocupadas da administração estadual. "Saneamento", em face da entrada daqueles considerados física e/ou moralmente desajustados, devendo o governo discipliná-los ou afastá-los do convívio dos demais. Materialização de um espaço de poder (a saber, Curitiba como capital), porquanto esses novos habitantes devem (re)conhecer os seus governantes. Essas medidas se apóiam, em seu conjunto, na noção de um governo científico e racional, governo que se pretende moderno e democrático, capaz de atrair migrantes, recursos, a afeição dos governados e, sobretudo, seus votos.

2.2 OS CINQUENTA ANOS EM CINCO NO PARANÁ

Como já foi mencionado, a conjuntura que se apresenta no Paraná nas décadas de 50 e 60 subordina-se ao modelo político adotado pelo governo central, conhecido como "era desenvolvimentista", cujo principal mecanismo de condensação foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), nos períodos Juscelino Kubitschek e João Goulart, o qual "tornou-se o arauto do nacionalismo brasileiro que congregava setores heterogêneos da sociedade, desde o proletariado urbano e rural até a burguesia industrial" (LINHARES e SILVA, 1979, p.127).

Nesse período, a sociedade brasileira experimentou um momento que não seria reeditado até os dias de hoje – experiência de prosperidade aliada à democracia e "ampliação da participação popular", por meio dos sindicatos, associações representativas e partidos, de um lado, e pela intervenção econômica de outro, acompanhando a tendência internacional já comentada.

Ao lado dessa onda de prosperidade, revela-se também, com bastante vitalidade, a questão agrária, vale dizer, o reclamo por parte dos políticos, intelectuais e trabalhadores rurais pela posse da terra, direitos trabalhistas e condições de produção e comercialização.

Finalmente, esse é o período também em que a "democracia competitiva" com seus respectivos partidos políticos de massa aspirando à representação da sociedade entra em cena e se fortalece, pelo menos até o golpe de 64.

Nesse curto período de existência (1946-1969), esses partidos conhecem seus anos dourados e, obedecendo à tendência inerente à democracia competitiva, homogeneizam seus discursos, organizam sua própria burocracia e apostam na propaganda. Assim, as campanhas eleitorais passam a ser o momento por excelência de divulgação da imagem dos partidos, seu momento mais importante, uma vez que é aí que os políticos saem dos bastidores e se apresentam ao eleitor.

Para conquistá-lo, elaboram estratégias com palavras e idéias-força as mais genéricas possíveis, como **Liberdade, Solidariedade, Futuro, Igualdade**, ao que se associam fortes apelos emocionais com bandeiras, hinos, fotos, etc.

Com o propósito de fazer-se identificar com cada eleitor, os políticos valem-se do que se convencionou chamar de "marketing político", que obedece, segundo TORRES (1958), a quatro fases distintas: penetração, expansão, decisão e consolidação:

- A fase de penetração consiste num trabalho inicial e doutrinário, de ação pessoal, de formação de um grupo de liderança comprometido com o candidato.
- A fase de expansão corresponde à de difusão máxima de idéias, visando convencer muitos eleitores a criar um ambiente favorável.
- A fase de decisão é o momento em que o candidato se apresenta diante dos homens, contando com um clima antecipado de vitória, capaz de entusiasmar os partidários e desestabilizar os adversários.
- A fase de consolidação, imediatamente posterior à vitória, pressupõe um grande número de adeptos, muitos deles provenientes do funcionalismo público, que adere ao candidato vitorioso. Cabe, neste momento, elaborar pacotes publicitários que mantenham o nome e o prestígio do candidato, doravante governante, em cena.

O desenvolvimentismo, a organização partidária, o advento do *marketing* político e o envolvimento das esquerdas com a questão agrária configuram o cenário que marcará o surgimento de um dos líderes mais populares que o Estado conheceu: Ney Braga.

Ney Amintas de Barros Braga nasceu na Lapa, em 25 de julho de 1917, filho de duas famílias tradicionais daquela cidade. Quando jovem, ingressa no Exército, mas logo deixa a carreira para tornar-se político. Foi chefe de polícia no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto (1952-54), também seu cunhado; elege-se, nesse último ano, prefeito de Curitiba. Em 1958, já na Presidência do Partido Democrata Cristão (PDC), e com o apoio da Igreja Católica, elege-se deputado federal, para em 1960 apresentar-se como candidato a governador.

Nessa campanha, vale-se de diversas técnicas do *marketing* político, como panfletos, *jingles*, cartazes e programas de rádio, o que o faz superar as dificuldades próprias de pertencer a um partido até então inexpressivo, como o PDC.

Para ilustrar suas técnicas de propaganda, cite-se a modinha que foi amplamente divulgada à época:

Quem é Ney é Jânio
 Quem é Jânio é Ney
 Vou votar nos homens certos
 O meu voto é Jânio e Ney
 Ele sabe, você sabe, Eu também sei,
 Nosso governador vai ser o Ney
 Pobre de nós os colono
 Que vive aqui no sertão
 Escutando a vida inteira
 Promessa e tapeação
 Eles só lembram da gente
 Quando é tempo de eleição
 Vão dá casa, vão dá jipe
 Sermente práis plantação
 Mas depois que a gente vota
 Que triste desilusão
 É mais uma mentira
 Mais uma tapeação

Mas agora nós já temos
 Candidato prá votá
 É Jânio e Ney pra mudá
 É pra vida melhorar
 Num prometem a ninguém,
 Mas vão de fato trabalhá
 Jânio Quadros e Ney Braga
 São dois homens de valor
 Um vai sé o presidente
 E o outro governador
 Pra melhorar a vida
 Desse povo sofredor
 Pra terminar estes versos
 Que eu mesmo inventei
 Vou pó um fim na conversa
 Lembrando que já falei:
 Vamos votá nas urnas
 Na dobradinha Jânio e Ney.

A associação de seu nome ao de Jânio Quadros parecer ter sido uma estratégia acertada, de vez que logra a vitória, ainda que por uma margem de votos pouco expressiva (tabela 4). Cooperou para esse resultado o falecimento de Souza Naves, candidato do PTB. Seu suplente, Nelson Maculan, não logrou fazer valer a preferência pelo PTB, ficando em segundo lugar.

TABELA 4

RESULTADOS ELEITORAIS PARA GOVERNADOR,
POR NÚMERO DE ELEITORES E CANDIDATO MAIS VOTADO,
EM ABSOLUTO E PERCENTUAL,
SEGUNDO MESORREGIÕES DO PARANÁ, 1960

MESORREGIÃO	N.º DE ELEITORES		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	Nome	Partido	N.º de Votos	% por Mesorregião	% no Estado
Oeste Paranaense	82.369	11,5	Nelson Maculan	PTB	29.001	35,2	4,0
Paraná Tradicional	112.834	15,7	Ney Braga	PDC-PL	44.598	39,5	6,2
Região de Curitiba	144.698	20,20	Ney Braga	PDC-PL	56.928	39,3	7,9
Litoral	17.146	2,4	Ney Braga	PDC-PL	5.636	32,9	0,8
Norte-Centro	366.972	50,2	Ney Braga	PDC-PL	123.130	33,6	17,0
TOTAL	724.019	100,0	Ney Braga	PDC-PL	255.328	35,3	35,3

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral

FIGURA 5
COMÍCIO DE NEY BRAGA EM LONDRINA



* FONTE:

BRAGA, Ney. *Tradição e mudança na vida política*. Curitiba: Edição do Autor, 1996

Ao assumir o governo em 1961, Ney Braga busca estabelecer um equilíbrio de forças no Legislativo, pois a bancada de seu partido era pequena; para isso, busca atrair membros de outros partidos e se depara com o crescimento de partidos caracterizados como populares, como é o caso do PTB e do PSP, e com a emergência de diversos movimentos sociais, dos quais boa parcela contava com a ingerência do PTB (ala sindicalista) e do PCB, que atuava na clandestinidade. Tais movimentos estavam localizados principalmente no meio rural, na luta pela propriedade da terra e pela conquista dos direitos trabalhistas já presentes no meio urbano. Some-se, ainda, o fato de que essa mobilização ocorria onde Ney e seu partido praticamente não tinham penetração, principalmente no Oeste Paranaense (ver tabela 4).

No plano administrativo, Braga enfrentará graves problemas financeiros, pois o governo de Lupion deixara o Banco do Estado do Paraná em uma situação pré-falimentar. Além disso, Lupion não dera prosseguimento à expansão dos serviços públicos, havendo carência de estradas, energia elétrica e equipamentos urbanos em cidades cada vez mais populosas.

Para captar recursos que permitissem solucionar o caos administrativo do Estado e, ao mesmo tempo, honrar sua promessa de campanha de não aumentar impostos, sua equipe cria o Fundo de Desenvolvimento Econômico. E, para além de suas ações, investe pesadamente na sua imagem pública, como líder competente, bom pai de família, honesto, trabalhador e, sobretudo, católico fervoroso.

O prestígio de Braga em face dos quadros administrativos nacionais favorece a que ele indique o senador paranaense Amaury Silva, do PTB, para o Ministério do Trabalho. Ainda, em 1962 o PDC conquista nove cadeiras na Câmara Federal e doze na Assembléia Legislativa. Esse desempenho político partidário favorece a projeção de Ney Braga no cenário nacional, chegando inclusive a ser cogitado para a Presidência da República.

Ele mesmo ambicionava candidatar-se às próximas eleições; apoiou o golpe de 1964 acreditando ainda ser viável a realização de eleições diretas para o Executivo. Como estratégia de campanha, lutou para que seu mandato fosse prorrogado por mais um ano, o que lhe daria tempo não apenas para preparar sua candidatura, como também para enfraquecer Paulo Pimentel, uma liderança nova que poderia ameaçar a de Ney no Estado.

Não havendo prorrogação dos mandatos, em 1965 é eleito governador Paulo Pimentel, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). Esse político não pode ser considerado como adversário do braguismo; ao contrário, fora Secretário da Agricultura, de 1961 a 1965. Entretanto, pela escolha pessoal de Ney Braga, seu sucessor seria Afonso Camargo, mais fiel ao ideário da Democracia Cristã. No entanto, Paulo Pimentel consegue lançar-se antes que a convenção do PDC se realizasse e, em face da ameaça representada pela candidatura de Bento Munhoz da Rocha Netto, Braga acaba por associar seu nome ao de Paulo Pimentel, que vence as eleições, conforme demonstra a tabela 5, a seguir.

TABELA 5

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR NÚMERO DE ELEITORES E CANDIDATO MAIS VOTADO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO MESORREGIÃO NO PARANÁ, 1965

MESORREGIÃO	N.º DE ELEITORES		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	Nome	Partido	N.º de Votos	% por Mesorregião	% no Estado
Oeste Paranaense	139.800	13,8	Paulo Pimentel	PTN	73.015	52,2	7,2
Paraná Tradicional	133.802	13,2	Bento M.Rocha	PRP-PTB-PR-PSP	65.325	48,8	6,4
Região de Curitiba	184.064	18,1	Bento M.Rocha	PRP-PTB-PR-PSP	99.683	54,2	9,8
Litoral	25.559	2,5	Paulo Pimentel	PTN	12.362	48,4	1,2
Norte Cafeciro	532.085	52,4	Paulo Pimentel	PTN	290.913	54,7	28,7
TOTAL	1.015.310	100,0	Paulo Pimentel	PTN	518.935	51,1	51,1

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral

Como Ney Braga, Pimentel também lançará mão do *marketing* político para se eleger. Utiliza *slogans* tais como "o chapéu de palha contra a cartola" (ele, oriundo do Norte cafeeiro e ex-Secretário da Agricultura, contra Bento Munhoz da Rocha, estigmatizado como representante das elites), "Para o Paraná não parar" (associando seu nome à gestão Braga) e "Com Paulo você tem mais futuro" (promessa de uma renovação ainda maior). Apresenta ainda uma foto símbolo extremamente esclarecedora: Paulo Pimentel, sentado à mesa de trabalho, diante de inúmeros papéis, cercado por um produtor rural, de chapéu de palha, e por um vaqueiro com roupas gaúchas, ambos de pé, e um militar de baixa patente, o único que se assenta a seu lado e observa atentamente o que escreve. Como legenda, a frase: "Que problema você gostaria de ver resolvido?"; os dois homens do campo (o caipira recém-emigrado de São Paulo e o gaúcho do Sudoeste do Paraná) são os clientes privilegiados do governo; o militar sentado ao lado supervisiona os planos de Pimentel. Fica evidente sua identificação com o novo regime, representado por Castello Branco.

Ao assumir o governo, mantém um duplo diálogo: com o poder central, cujas decisões na maioria das vezes intervêm diretamente em sua gestão, e com os seus governados, de quem pode depender seu futuro político. De um lado, preserva um estilo popular para com o eleitorado: de outro, fora desses limites, incorpora posições tecnocráticas, próprias do regime ao qual seu novo partido, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), passou a pertencer.

E será Paulo Pimentel quem irá liderar a política paranaense pelo menos até o ascensão da "linha dura" do regime militar: isolado por Braga e pelos presidentes militares, mantém-se como homem público numa condição periférica, ainda que desfrutando de uma imagem bastante popular no interior do Paraná.

2.2.1 O PROJETO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO³²

Ney Braga (1961-65) e Paulo Pimentel (1966-71), conforme referências anteriores, chegam ao governo por meio de partidos políticos pouco expressivos no cenário político nacional – PDC e PTN, respectivamente. Por outro lado, obtiveram expressivas votações em Curitiba e Norte Cafeeiro, regiões de maior peso demográfico, eleitoral e econômico. Com tal apoio e desvinculados de partidos fortes, apresentam-se como indivíduos conduzidos ao cargo pela competência de seus trabalhos na administração pública (ambos foram ex-Secretários de Estado e Ney, ex-Prefeito de Curitiba). Produzindo a imagem de "administradores competentes", condenam as administrações anteriores, principalmente no que diz respeito à política de colonização.

Nos governos Bento e Lupion, o imigrante, principalmente procedente do Sul do país, foi encarado como elemento fundamental para o desenvolvimento do Paraná. O tipo de conhecimento e experiência com a terra, anteriormente adquirido, e o tipo de propriedade que se implantou – isto é, a pequena propriedade – tornavam-no elemento de grande importância para esse processo. Entretanto, nos governos Ney e Pimentel esse mesmo elemento se torna indesejável à medida que a pequena propriedade, segundo o novo discurso, não atende mais às necessidades de um Paraná em desenvolvimento ininterrupto. Os imigrantes passam a ser identificados como "elementos originários dos Estados sulinos que, sem documentação alguma, se estabelecem desordenadamente na terra, motivam tensões provenientes da disputa com relação ao domínio, provocando, muitas vezes, a formação de minifúndios prejudiciais ao progresso das áreas atingidas" (PIMENTEL, 1970, p.149).

Tal discurso contrasta com a defesa da pequena propriedade e da colonização gaúcha feita pelos governadores do período anterior, que viam nesse processo de ocupação das terras a reafirmação da verdadeira vocação do Paraná – terra de pequena propriedade e policultura.

³²Designação do modelo político adotado na gestão de Ney Braga, que visava à industrialização e à modernização do Estado do Paraná.

Tal política de ocupação do território paranaense é condenada como prejudicial, não só pelo tipo de propriedade que gerou, mas também por ter deixado como "herança" inúmeras irregularidades.

Sobre essas irregularidades, é necessário explicar que o governo está se referindo principalmente ao Oeste e Sudoeste. Essas regiões haviam ficado à margem da ocupação territorial, sendo, mais tarde, consideradas, por serem faixa de fronteira, como terras da União, nelas sendo criado, inclusive, o Território Federal do Iguazu.

Sua ocupação espontânea com população gaúcha provocou a concessão de terras pelo governo do Estado para a venda de glebas aos recém-emigrados. Ocorre que muitas dessas terras tinham até mais de um proprietário legal, com títulos emitidos pelo Estado, pela Província, pelo Império e pela União. E Lupion, por sua vez, facilitou novas concessões nessas mesmas terras.

Resulta dessas irregularidades uma rebelião dos posseiros, a qual só será dirimida com a intervenção do Exército, pela primeira vez a favor daquele segmento social.³³

Para BRAGA (1970, p.43), esse conflito foi resultado da corrupção do governo Lupion: "na ânsia de agradar amigos e subverter consciências e de manter posições, a administração anterior ultrapassou tudo o que se possa imaginar. O que foi feito na titulação de terras devolutas no Paraná é verdadeiramente espantoso".

Devido ao gerenciamento desse conflito, Ney Braga reforça sua imagem de eficiência, afirmando ter o Paraná se antecipado à reforma agrária, acabando com velhos conflitos e garantindo a posse pacífica a muitos agricultores.

Para além da "questão agrária", esses governantes enfatizam a necessidade de ampliação da rede estadual de ensino.

Tal discurso visa reproduzir a idéia de eficiência. Em 1961, por exemplo, quando Braga afirma que a educação é entre todas a mais importante função de governo, faz também uma avaliação negativa de como foi encontrado esse setor no início de sua gestão.³⁴ Assim, visando

³³Para um aprofundamento sobre o conflito no Sudoeste do Paraná, ver COLNAGHI (1984).

³⁴Segundo Ney BRAGA (1962, p.55), a rede de ensino paranaense não chegava, nessa época, a atender a uma grande parte das crianças em idade escolar, e dos que se

superar os problemas não resolvidos pela gestão anterior, Ney Braga cria a *Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação* e o *Plano Estadual de Educação* (1962), ambos com o objetivo de organizar um sistema de ensino ajustado às "necessidades quantitativas e qualitativas do nosso desenvolvimento" (BRAGA, 1962, p.57).

Além das questões referentes à rede de ensino, o analfabetismo é uma preocupação de governo. Ao perceber uma estreita relação entre analfabetismo e marginalidade, essa é tratada como um problema de educação. Cria-se, então, uma campanha denominada Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (MECA).

Pimentel, por sua vez, preocupa-se com as causas da repetência e da evasão escolar e lança também uma campanha com o *slogan*: "Nenhuma criança sem escola e nenhuma escola sem professora".

Também o setor de segurança pública é contemplado por esses governantes.

Mas a ênfase maior, que irá marcar a diferença em relação aos governos anteriores, diz respeito à temática da industrialização. Ambos os governadores abandonam o discurso da vocação agrícola do Paraná pelo da industrialização, conformando-se à política iniciada por Juscelino Kubitschek, enxergando no Estado o indutor dessa mudança. Para tanto, torna-se necessário racionalizar a máquina administrativa e dotá-la de mecanismos eficientes, capazes de atender às novas exigências que se apresentam.

Dentro desse "espírito" são criados órgãos públicos, destacando-se a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR),³⁵ fundada em março de 1962. À CODEPAR cabe a administração Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), Instituído pela Lei n.º 4.529, de 12.01.62. Para constituir os recursos do FDE, foi criado um empréstimo compulsório nos impostos sobre vendas, consignações e transações, equivalente ao valor de 1% dessas operações, durante cinco anos, a partir da vigência da Lei. Em fevereiro de 1964, a Lei n.º 4.826 elevou o adicional para 2% do IVC.

matricularam nas escolas primárias, uma percentagem mínima chegava a concluir a quarta série. Além disso, um terço dos que freqüentavam as escolas primárias estava matriculado em escolas isoladas das zonas rurais, carentes de recursos e de professores habilitados.

³⁵Sobre a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, ver AUGUSTO (1978).

Os recursos arrecadados deveriam ser destinados ao financiamento de investimentos públicos no setor de energia elétrica, construção de rodovias e de empreendimentos da iniciativa privada nas áreas industriais consideradas essenciais à política de industrialização incentivada pelo governo paranaense. Tomando o corpo da lei, observa-se seu caráter nacionalista: os empréstimos somente serão concedidos a empresas com controle acionário majoritariamente nacional. Tem-se, pois, em Ney Braga um modelo empresarial pautado nos princípios do Estado de Bem-Estar Social, isto é, o governo promove o desenvolvimento econômico, sem pretender estatizar a economia.

Por meio dos recursos do FDE, segundo Ney BRAGA (1965, p.xvii), foram beneficiados "ramos de atividade de comprovada essencialidade", com empresas nos grupos de minerais não-metálicos, metalurgia em geral, produtos de origem florestal, agrícola e animal, produtos químicos e manufatura em geral.

Os critérios adotados incidiram sobre a expansão harmônica do setor primário e ampliação e diversificação do parque industrial estadual, de modo a propiciar a gradativa substituição das exportações dos produtos brutos ou semi-manufaturados. Consideravam-se, também, as possibilidades de expansão do emprego de mão-de-obra industrial e de mobilização da poupança gerada internamente, a incorporação de modernas técnicas de produção, a competitividade técnica e de preços no mercado e a capacidade de aperfeiçoar o processo de utilização de matérias-primas.

Combinados esses critérios com a diferenciação entre atividade de importância básica ao desenvolvimento econômico e empreendimentos tradicionais – muitos dos quais em franca decadência –, são definidos, pelo poder público, quatro graus de essencialidade. O primeiro abrange os setores de cimento, laminação, fundição, indústria mecânica, papel, celulose, óleos vegetais, frigoríficos, laticínios, calçados e outros. O segundo grau compreende os setores complementares, incluindo indústria de louças e porcelanas, vidros, manufatura de roupas e borracha, utensílios domésticos e móveis de aço.

Setores não enquadrados na política de incentivo, salvo em condições especiais, são aqueles ligados a artefatos de madeira, massas alimentícias, vinho, aguardente, fumo, perfumaria e gráficas. Finalmente, setores não passíveis de financiamento são as pedreiras, telhas e tijolos, beneficiamento elementar de produtos agrícolas, moinhos de trigo, matadouros e jornais.

Posto isso, fica evidente a importância que o FDE assumiu no encaminhamento da proposta modernizadora dos governantes desse período.

Prosseguindo no discurso sobre a modernização do Paraná "via industrialização", há que se considerar a ênfase dada à necessidade de ampliação e instalação de uma infra-estrutura básica, notadamente rodovias e energia elétrica.

Procurando assegurar a produção energética estadual pelos seus próprios sistemas, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) conclui a Usina Mourão I, Salto Grande, Júlio de Mesquita Filho e a Central Hidrelétrica Capivari-Cachoeira. Desse modo, em 1970, dos 467.000 KW disponíveis, somente 50.000 eram adquiridos de terceiros. Ainda, o governo passa a investir numa política de eletrificação rural, contando com a ajuda das Cooperativas de Wittmarsun, Marechal Cândido Rondon, Campo Mourão, Entre Rios, Arapoti, Maripá e outras. Finalmente, o maior salto qualitativo do Programa é a previsão de conclusão da Usina Hidrelétrica de Salto Osório, para 1975, com 1 milhão de KW.

No setor rodoviário, por sua vez, é destacada como obra de fundamental importância a Rodovia do Café, entre Paranaguá e Paranavai. Segundo Ney Braga, representa a via básica da economia paranaense. Cabe acrescentar o início de duas outras obras fundamentais: a Rodovia do Sudoeste e a Transversal do Paraná, entre Paranaguá e Foz do Iguaçu, integrante da Transversal Pan-Americana.

Uma vez encaminhada a questão da infra-estrutura, a industrialização paranaense necessita de mão-de-obra qualificada, cabendo ao governo a tarefa de suprir as demandas nesse setor. Logo, justifica-se a prioridade estabelecida a outros setores da administração, como educação pública. Ney Braga investe no ensino médio, visando dotar os jovens, de determinada faixa etária, de uma preparação adequada e diversificada, coerente com a política de mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento.

Dessa forma, são criadas não apenas escolas do tipo acadêmico, orientadas na preparação para o ingresso em cursos superiores, mas também aquelas preocupadas em dar habilitação ao exercício de profissões de nível médio, ampliando as perspectivas de emprego especializado.

Essa política se faz acompanhar pelo aumento do quadro do funcionalismo, o que, associado à melhoria da escolaridade e às indústrias

aqui instaladas, responsabiliza-se pela ampliação das classes médias, alterando, em parte, a imagem do Estado: não mais uma região meramente agrícola, mas industrial, de serviços, de lazer tipicamente urbano, como os cinemas, os restaurantes, teatros e, sobretudo, hábitos de consumo diversificados.

O binômio industrialização/bem-estar da população, ainda que não tenha atingido a totalidade da população paranaense, confere grande popularidade a Ney e Pimentel. Tanto assim que, mesmo com a adesão de ambos ao governo militar, eles permanecem, junto à opinião pública, como os políticos mais abalizados para exercer a liderança do Estado. Principalmente Ney Braga, que desempenhará papel de destaque nos governos militares: enquanto Pimentel, apesar de ter ingressado na ARENA, não logra senão uma cadeira na Câmara de Deputados, Braga ocupa os cargos de Ministro da Agricultura (1965-66), Senador da República (1966-74), Ministro da Educação (1974-78) e de Governador (1978-82), dessa vez eleito pela via indireta.

3 O GOVERNO DOS OUTROS: DO REGIME AUTORITÁRIO À ABERTURA

Se os anos que sucederam à Segunda Guerra Mundial podem ser considerados como "os anos dourados do capitalismo", uma vez que, em diversos países do Bloco Ocidental, observa-se um crescimento econômico associado, em maior ou menor medida, ao desenvolvimento social, isso não quer dizer que as tensões provocadas pela Guerra Fria e pelos movimentos sociais tenham sido superadas. A "polarização mundial" imposta pelos países líderes, tanto do bloco socialista quanto do bloco capitalista – União Soviética e Estados Unidos – levou à eclosão de várias guerras e conflitos. Na América Latina, as ideologias de direita influenciaram pesadamente o cenário político, e explicam, em boa medida, a emergência das ditaduras militares, tais como as do Chile, Argentina, Uruguai e Brasil.

O regime instaurado com o golpe de Estado em 1964 no Brasil, responsável por censura, torturas, cassações, exílio, extinção dos partidos políticos até então existentes, mutilação da Constituição de 1946, centralização política e concentração da renda em níveis até então desconhecidos, reflete a fragilidade das instituições democráticas brasileiras. Resulta também da crise econômica que afetava o país e do avanço dos movimentos sociais que reivindicavam "melhores salários e reforma agrária".

A crise política se manifesta, de forma mais aguda, com a renúncia de Jânio Quadros.³⁶

Em seu lugar, assume o Vice-Presidente, João Goulart, do PTB. Já se pode observar nesse processo a intolerância das elites para mudanças de caráter social. Goulart não era accito por elas e pelos militares, por ter concedido, em 1954, quando nomeado Ministro do Trabalho, 100% de aumento do salário mínimo aos trabalhadores. Tentam inclusive declarar impedimento do Vice-Presidente, mas sofrem pressão do Governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul e de Mauro Borges, de Goiás.

³⁶Eleito pela UDN e com o apoio do PDC, com a promessa de recuperação econômica e de austeridade, não manteve contudo qualquer fidelidade ao partido que o elegeu, procurando ainda governar independentemente do Congresso Nacional. Inconformado com as limitações constitucionais a seu governo, renunciou sete meses depois, na tentativa de despertar apoio popular para retornar e conseguir implementar medidas de fortalecimento do poder Executivo.

O Deputado Tancredo Neves, de Minas Gerais, apresenta então uma proposta conciliatória ao Congresso Nacional, estabelecendo, por meio de ementa constitucional, o parlamentarismo.

Goulart, por meio de um plebiscito, restabelece, após 16 meses, o presidencialismo, e tem de enfrentar a pressão por aumento salarial e pela reforma agrária. Para tanto, o Presidente, com o apoio dos sindicatos, da ala esquerda do PTB, dos nacionalistas e de outros partidos de esquerda anuncia, em comício realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março, as Reformas de Base. Estas visavam, em linhas gerais: estender os direitos trabalhistas ao trabalhador do campo, a reforma agrária, a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o apoio aos sindicatos urbanos em prol de melhorias salariais.

Tais reformas, é importante salientar, denunciadas como "comunistas", atendiam, na verdade, a uma política de fortalecimento da indústria nacional. Segundo LINHARES (1979, p.127), o processo de industrialização encontrava-se num impasse em face da concorrência norte-americana, da escassez de divisas e da inflação dos preços. Para superar tais impasses, ou se expandia o mercado interno (daí a aposta na reforma agrária e no aumento salarial), ou se reequipava o parque industrial com capitais estrangeiros, debate conhecido, no plano político, como "nacionalismo" *versus* "entreguismo".

Com a ascensão dos militares, a segunda opção – de equipar e reequipar o parque industrial com capitais estrangeiros –, sem a reforma agrária, foi a que prevaleceu. Não foi apenas uma opção de natureza econômica: ela reflete o aniquilamento da "política externa independente", encetada nos anos anteriores, em favor do alinhamento, de forma subordinada e dependente, do Brasil aos Estados Unidos.

A presença ideológica daquele país no jogo político dos anos 60 é atestada também pela influência que exerceu na criação da Escola Superior de Guerra (ESG), já em 1947. Desde então, a questão da segurança nacional (tendo em vista o perigo comunista) começou a representar um dos carros-chefes do pensamento e da mentalidade dos militares. Foi na ESG que se criou a Doutrina da Segurança Nacional, que justificou as inúmeras repressões de que seriam alvo os brasileiros que fizessem oposição ao novo regime.

Com o advento da ditadura militar, os governos estaduais sofreram, como era o esperado, profundas transformações; também suas lideranças políticas serão afetadas, porquanto cada vez mais subordinadas ao regime e ao governo central.

Vejamos, a seguir, como o Paraná irá se adequar ao novo quadro político brasileiro.

3.1 O PARANÁ SOB A DITADURA: O TRIUNFO DA TECNOBUROCRACIA

Com a ditadura, como já mencionamos, os poderes locais perdem boa parte de sua autonomia, sendo suas ações subordinadas às prioridades da União. Cooperou para essa mudança, dentre outros fatores, a centralização financeiro-administrativa nacional e a ascensão de um grupo de tecnoburocratas³⁷ – como Antonio Delfin Netto, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Golbery do Couto e Silva e outros. Estes, autorizados pelo sucesso aparente do "milagre econômico", desenharam, a partir de 1970, um modelo de gerenciamento da coisa pública dito empresarial. É nesse contexto que se encontram as experiências mais acabadas de planejamento, representadas pelo I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I e II PND). Doravante, às políticas regionais impunha-se o ajuste àqueles planos, de modo que as práticas de governo apontassem num único sentido. Para isso, contribuíram os mecanismos eleitorais estabelecidos, capazes de assegurar a liderança ao bloco governista (eleição indireta, cassações, clientelismo, censura e propaganda oficial, dentre outros).

Como se não bastassem tais mecanismos para ajustar as práticas de governo estaduais às federais, aqueles só receberiam verbas para iniciativas inseridas em programas de ação vinculados aos nacionais.

Na definição do perfil do administrador público prevalece, por sua vez, a idéia de um analista, planejador, realizador. É no campo da competência técnica, e não da política, que ele busca fundamentar sua legitimidade. Os defensores da "tecnocracia" partem da suposição que a eficiência do Estado é determinada por critérios científicos, e não pela vontade política da sociedade civil. Nesse sentido, a política de "planejamento técnico" estabelece um divórcio entre população e governo, pois rompe com o princípio de cidadania, transformando a população em mera cliente do Estado.

Coerentemente com esse novo modelo de gerenciamento da coisa

³⁷Para o aprofundamento dos estudos sobre a tecnocracia, ver DREITZEL *et al.* (1975).

pública, cite-se o planejamento no Paraná. Com o Decreto n.º 1.389, institui-se a Coordenação de Planejamento Estadual como órgão central do sistema de planejamento, diretamente vinculado ao Executivo e responsável pela elaboração do Plano de Governo e Coordenação dos Planos Setoriais, e com o Decreto n.º 2.935, instituem-se os Grupos de Planejamento Setoriais como órgãos do Sistema de Planejamento nas Secretarias.

Tais planos, entretanto, têm eficácia limitada, dado seu tempo de execução. A gestão Parigot de Souza, que substituíra a de Leon Peres, forçado a renunciar por acusação de corrupção, foi interrompida com sua morte, e a de Emílio Gomes se caracterizou como um período de transição, de preparação para o governo seguinte. Mesmo assim, em seu governo foi promulgada a Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, definindo uma nova estrutura organizacional básica para cada Secretaria e preparando o plano de governo de Jayme Canet Junior. Esse pode ser tomado como principal expressão de racionalização administrativa e seu programa, *Objetivos e Metas de Desenvolvimento*, como um exemplo de adequação da gestão estadual à federal: "a feição empresarial que se procura imprimir à ação do governo como uma necessidade da própria modernização administrativa; para se manter em dia com os interesses da coletividade, tem caráter complementar em relação à iniciativa particular" (PARANÁ, 1973, p.75).

Finalmente, há de se colocar o plano elaborado para a segunda gestão de Ney Braga – *Diretrizes Globais* –, que possui as mesmas marcas dos anteriores, e que foi assim dividido: "Diretrizes globais voltadas ao aumento da renda pessoal", de "incremento e difusão espacial do bem-estar", de "aumento da participação do Paraná no esforço nacional de desenvolvimento" e de "aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica e social para o desenvolvimento ulterior".

Além desse comprometimento com os princípios tecnocráticos, observam-se ainda referências aos avanços propiciados pela Revolução de 64, evidência de adesão à doutrina que orientava o regime:

A filosofia revolucionária que preside a ação governamental, no plano federal, tem servido para nós de fonte permanente de inspiração e atua como bússola orientadora dos rumos que temos procurado imprimir ao governo do Paraná (SOUZA, 1973, p.xv).

... quer quanto ao ritmo de crescimento de sua economia, quer quanto ao clima de paz,

união e harmonia política reinantes. Essa conjuntura favorável lhe está permitindo aproveitar os frutos da ação operosa da Revolução, no decurso de três governos fecundos, que estão transformando a fisionomia do país (GOMES, 1974, p.vi).

Contudo, tal otimismo tende a desaparecer, bem como as referências diretas à Revolução. Terminada a euforia do "milagre", o governo volta a se referir aos grandes problemas nacionais, como manutenção das taxas de crescimento dos produtos e empregos, melhoria da distribuição de renda ou redução do ritmo inflacionário.

Podem-se constatar que, mesmo com as liberdades institucionais coibidas, os governos estaduais consideram diversas questões que estão a exigir resposta. Principalmente porque, já em meados dos anos setenta, o "fim do milagre" também se faz sentir nas urnas.

Dentre elas, uma das mais referidas é de ordem demográfica: a composição e distribuição da população alterou-se sensivelmente, pressupondo novas iniciativas públicas. Até a década de 60, o Paraná se caracterizava como uma área de atração dos fluxos migratórios; no final daquela década, essa posição começava a se inverter: os fluxos partiam do Paraná em direção ao Centro-Oeste e Amazônia. Nos anos 70, essa situação toma proporções maiores, a ponto de reduzir sensivelmente a taxa de crescimento demográfico, como mostra a tabela 6, a seguir.

TABELA 6
POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO NO PARANÁ, 1940-80

ANO	TOTAL DA POPULAÇÃO (Abs.)	TAXA DE CRESCIMENTO DECENAL (%)
1940	1.235.849	-
1950	2.112.893	70,0
1960	4.268.239	102,0
1970	6.929.868	62,0
1980	7.063.466	10,0

FONTE: IBGE

Além dessa forte queda de crescimento populacional, observa-se outra mudança quanto à sua distribuição, qual seja, seu deslocamento para os centros urbanos. Se, em 1950, apenas 25% da população paranaense era urbana, em 1970, esse contingente será de 36% e, em 1980, de 55%.

Quais as causas dessa mudança no perfil sócio-demográfico do Paraná?

Sem dúvida, ela é fruto da concentração fundiária e da mecanização da agricultura. Analisemos alguns dados.

Ao se tomar o índice de Gini,³⁸ observa-se que este salta de 0,687, em 1960, para 0,736, em 1980 (BREPOHL, 1982). Essa mesma tendência se faz acompanhar em todo o Brasil, onde se observa um grau de concentração ainda maior (de 0,841, em 1960, para 0,859, em 1980). O segmento da população que perde suas terras migra para as cidades, num ritmo cada vez mais intenso e acelerado.

Em paralelo a essa mudança, observa-se também, segundo MAGALHÃES (1999, p.150), "o rápido crescimento e diversificação do setor industrial, a crescente interdependência entre este e o setor agrícola, e os problemas sociais causados pelo processo como um todo".

Há portanto uma inversão no que se refere às atividades econômicas paranaenses. Enquanto a participação do setor industrial quase duplicou em 1975 (de 18,77% para 32,35%), a da agropecuária caiu de 31,12% para 20,11%. O Paraná se transforma, pois, em uma sociedade urbana.

Cooperam decisivamente para essa expansão os investimentos do Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP, banco de fomento oficial estadual criado em 1962, e a participação do grande capital, principalmente o estrangeiro. Cabe ressaltar a implantação, na cidade de Araucária, da refinaria Presidente Vargas, a instalação ou ampliação de plantas de empresas como a SANBRA (beneficiamento de oleaginosas), a SADIA (carne suína e aves), a Volvo (caminhões e chassis para ônibus), New Holland (colheitadeiras) e Phillip Morris (cigarros) (MAGALHÃES, 1999, p.157).

É importante ressaltar ainda que as relações de trabalho no campo também se alteram. Em 1970, os assalariados corresponderiam a 20% do total dos que trabalhavam no campo. Dez anos depois, eles passam a representar 33% do total.

³⁸O índice de Gini é utilizado para medir o grau de concentração de renda ou da terra, sendo 1,0 correspondente à concentração máxima, e 0,0, à igualdade total.

Esses dados indicam que, ao lado do avanço tecnológico por que passou a economia paranaense, intensifica-se o empobrecimento dos estratos inferiores da população. Surgem aí, com maior expressividade do que nas décadas anteriores, os trabalhadores volantes (ou bóias-frias), os favelados, os meninos de rua, os subempregados.

Se estamos corretos em afirmar que a modernização implicou a exclusão a um contingente significativo da população (fosse pelo desemprego, fosse pela perda de suas propriedades, fosse pelo arrocho salarial), como explicar a aparente passividade de tais segmentos sociais?

As mudanças ocorridas no Paraná e no Brasil a partir de 1964 só se tornaram possíveis pelo modelo autoritário então adotado. Contudo, esse não é um caso que possa ser analisado de forma isolada. Conforme CRUZ (1983), as mudanças observadas nesse período se explicam também pelas exigências do sistema econômico.

Segundo este autor:

O capitalismo contemporâneo, requerendo a crescente participação do estado na produção de mais-valia e na reprodução da força de trabalho, exige as reformulações das esferas pública e privada, assim como a dos mecanismos institucionais e ideológicos, que se articulam entre si. A proeminência que vem sendo adquirida pela burocracia estatal (civil e militar), pelos meios eletrônicos de comunicação de massa, pelo discurso tecnocrático, pelos direitos sociais, pelos valores atinentes à segurança do Estado, necessariamente coloca em crise os partidos políticos, o parlamento, o conceito de lei, os processos autônomos de formação da opinião pública, as liberdades civis e os direitos políticos do cidadão (CRUZ, 1983, p.15).

É a partir dessa constatação que podemos entender o intrincado jogo entre a sociedade civil e o Estado brasileiro: o quase monopólio da opinião pública exercido pela rede Globo, a propaganda oficial do governo que difundia o crescimento industrial como "milagre econômico", a censura e o discurso tecnocrático impuseram, de forma direta ou indireta, o silêncio à sociedade civil. Leve-se em conta também que, no período de expansão econômica, as classes médias conseguiram efetiva elevação dos seus padrões de vida: é a época em que o sonho da casa própria, dos dois carros na garagem e da televisão em cores, somado ao Brasil tricampeão de futebol, às telenovelas difundindo a imagem de um país decididamente urbano e moderno e à propaganda

anticomunista, constitui elemento capaz de afastar muitos indivíduos da política, em nome da "ilha de tranquilidade"³⁹ garantida pelo regime. Um período que não resistiria senão até os primeiros sinais de esgotamento do modelo econômico adotado. A partir de 1978, as oposições, bem como os conflitos internos do próprio governo, preparam os movimentos em prol da democratização.

Examinemos, a seguir, o comportamento dos partidos políticos e dos movimentos sociais no Paraná.

3.2 OS PARTIDOS DO REGIME

O bipartidarismo no Brasil não foi imposto em 1964. Ele se deve, entre outros fatores, aos resultados das eleições de 1965 para governador. A vitória do PSD em dois estados importantes – Minas Gerais e Rio de Janeiro – é compreendida como perigosa à estabilidade pretendida. Esse resultado, somado às pressões de diversos segmentos pelo retorno à normalidade democrática, concorre para a derrota da ala civilista,⁴⁰ encabeçada por Castello Branco, que cede à linha dura, liderada por Costa e Silva. Conforme LAMOUNIER (1986, p.61 *et seq.*), essa mudança configura um segundo golpe, à medida que os civis são alijados dos mais importantes cargos executivos. Por meio de atos institucionais, as eleições para governador e presidente da República foram transformadas em indiretas e o sistema pluripartidário, extinto.

Dois organismos são criados para representar o Legislativo: um partido oficialmente de situação, outro, oficialmente de oposição: respectivamente a ARENA e o MDB.

A inserção de Ney Braga nesse processo de centralização merece destaque. Apesar de ter se caracterizado como um líder popular e, no plano estadual, ter aglutinado o PTB, PDC e UDN, em 1966, é ele quem organiza a ARENA no Paraná. Toda a bancada do PDC, PTN e UDN

³⁹Termo adotado pelos assessores de propaganda da gestão Médici para produzir a seguinte imagem: enquanto diversos países se viam ameaçados ou pela miséria ou pela agitação subversiva, o Brasil experimentava uma fase de prosperidade e paz social.

⁴⁰Por ala civilista, entendemos o grupo de militares que, apesar de terem apoiado o golpe militar, tinham a intenção de devolver o poder aos civis tão logo se restaurasse a "ordem".

nela ingressa, com exceção de José Richa, Alencar Furtado e Cirilo M. de Souza. Para se ter uma idéia da articulação política em favor do regime, observe-se o quadro 1, a seguir:

QUADRO 1		
PARTIDOS EXISTENTES ATÉ 1965 E NÚMERO DE REPRESENTANTES, NÚMERO DE FILIAÇÕES À ARENA E AO MDB PARLAMENTARES DOS TRÊS NÍVEIS DO LEGISLATIVO*		
PARTIDOS EXISTENTES/ NÚMERO DE REPRESENTANTES	NÚMERO DE FILIAÇÕES	
	ARENA	MDB
Partido Democrata Cristão - 8	6	2
Aliança e/ou Coligação Partido Democrata Cristão - Partido Trabalhista Nacional - União Democrática Nacional - 9	8	1
União Democrática Nacional - 10	10	-
Partido Social Democrático - 8	6	2
Partido Trabalhista Brasileiro - 15	3	12
Partido Trabalhista Nacional - 1	1	-
Partido Social Progressista - 2	1	1
Partido Republicano - 1	1	-
TOTAL DE FILIAÇÕES	36	18
FONTE: IPARDES, 1989, p.149		

*Levam-se em conta nesse cálculo apenas aqueles que continuaram em sua carreira como parlamentares.

Fica evidenciada aí a adesão da maioria dos políticos paranaenses, sob a liderança de Ney Braga, ao regime militar. Ela foi útil também por acomodar os políticos descontentes com a linha dura no Legislativo, atuando enquanto "oposição consentida".

Como já mencionamos, esse é um período de esvaziamento político tanto do Legislativo como do Judiciário: observa-se a partir daí centralização do poder nas mãos do Executivo, militarizado, autônomo e sustentado pela tecnoburocracia, de um lado, e pelos órgãos de repressão, de outro.

No Paraná, observa-se uma padronização do comportamento político em favor da ARENA, desde 1966 até 1970.

Com o fim do milagre, no entanto, essa situação se inverte. Nas eleições de 1974, o MDB vence para o Senado e a Câmara Federal, perdendo para a ARENA apenas na eleição para a Assembléia Legislativa, como em quase todos os estados.

Em reação, é promulgada a *Lei Falcão*, que proíbe a propaganda eleitoral nos meios de comunicação de massa, numa tentativa de deter o avanço do MDB. A renovação de um terço dos senadores, em 1978, é feita de forma indireta, assegurando ao governo a maioria nessa casa.

Para atenuar esse quadro, Ney Braga retorna aos quadros da política estadual, o que parece ter sido uma medida estrategicamente acertada para os interesses da situação. No ano de 1978, quando Braga retorna ao governo, a ARENA, apesar de obter uma pequena diferença, vence as eleições para a Assembléia Legislativa (0,7% de votos a mais que o MDB) e para a Câmara Federal (1,5% de votos a mais que o MDB), ainda que seja derrotada na eleição para uma das vagas do Senado (porquanto a outra foi preenchida de forma indireta).

As sucessivas vitórias da oposição, sempre mais significativas nas grandes cidades, leva à promulgação do chamado "Pacote de Abril", em 1978, que, dentre outras medidas, eleva a representação dos estados do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, situacionistas e, à exceção do último, de menor peso eleitoral urbano.

Esses rápidos comentários sobre o comportamento eleitoral são aqui realizados para demonstrar, em primeiro lugar, as manobras realizadas pelo governo para manter a maioria no Legislativo. Em segundo, para apontar uma tendência que contribuiu em favor do processo de "abertura". O MDB, visto até 1970 como um partido ilegítimo para representar as oposições, conquista, gradativamente, a opinião pública descontente com a política governamental.

Já em 1979, é decretado novo conjunto de reformas que, dentre outras, extingue a ARENA e o MDB, e estabelece as eleições diretas para governador, permitindo ainda o pluripartidarismo⁴¹, e extingue o bipartidarismo, numa clara intenção de dividir a oposição. Contudo, o comportamento eleitoral reproduz, em quase todos os estados, a disputa bipartidária, agora ordenada em torno do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrático Social (PDS).

No Paraná, esse comportamento se evidencia com a vitória de José Richa, como apresenta a tabela 7, a seguir. Com ele, inicia-se o processo

⁴¹Com essa medida, são criados o PMDB (que nada mais era do que o próprio MDB); o Partido Popular (PP); o PDS (antiga ARENA); o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em torno da figura de Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores (PT).

de abertura,⁴² o qual se consolida somente em 1989, com a eleição de Fernando Collor para a presidência da República.

TABELA 7

RESULTADOS ELEITORAIS PARA O GOVERNO DO ESTADO, POR CANDIDATO E PARTIDO, EM ABSOLUTO E PORCENTUAL, NO PARANÁ, 1982

CANDIDATO	PARTIDO	ABS.	%
José Richa	PMDB	1.716.370	53,5
Saul Raiz	PDS	1.218.649	35,2
Hamilton Magalhães	PTB	30.207	0,9
Edesio Passos	PT	12.025	0,2
Edson As	PLDT	6.680	0,2
Branco		239.907	7,5
Nulos		74.536	2,3
TOTAL		3.208.374	100,0

FONTE: TRI/IPARDIS

O comportamento político-partidário não é todavia o único a responder pela opinião pública naquele período. Outras organizações, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Igreja e os chamados "novos movimentos sociais" – dos quais se destacam o Novo Sindicalismo, em São Paulo, o Movimento dos Sem-Terra, originário da região Sul e o Movimento Estudantil, em todo o Brasil, interferem em favor da abertura. Examinemos, ainda que em linhas gerais, o seu papel naquela conjuntura.

⁴²O termo "abertura", criado pelos próprios militares, é pouco preciso e carece de definição conceitual. Foi empregado pela primeira vez por Ernesto Geisel, segundo presidente da ala civilista ou linha branda da ditadura. Comprometeu-se em conduzir o Brasil à normalidade constitucional, sem que a ordem econômica sofresse quaisquer mudanças.

3.3 NAS FRESTAS DO REGIME

O Paraná é considerado, pelo senso comum, como um Estado conservador, e sua população é tida como "pacata e ordeira".

Terra de forasteiros, os diversos emigrados aqui chegados, procedentes de diferentes regiões e em momentos históricos distintos, pretendiam "fazer a sua América", sem se importar com projetos coletivos ou mesmo com a política.

Quando se conhece, todavia, o arquivo do DOPS⁴³ essa imagem é colocada em dúvida: ou bem a resistência ao regime militar foi muito expressiva, ou bem a repressão se tornou uma prática obsessiva, independentemente do risco efetivo oferecido pelos indivíduos ali indiciados. Advogados, jornalistas, estudantes, parlamentares, donas de casa preocupadas com o custo de vida; sindicatos, associações, cooperativas, universidades, todos colocados sob suspeita pela polícia política, que radiografava, com riqueza de detalhes, as ações e palavras dos paranaenses.

A perseguição aos "comunistas" chegou às raias do absurdo; indiciou-se um jardim da infância por ser suspeito de estar difundindo a ideologia comunista entre crianças de menos de 7 anos,⁴⁴ acusou-se um grupo de escoteiros, somente por ser composto de filhos de imigrantes ucranianos,⁴⁵ de ser comunista; suspeitou-se do *rock and roll* como tática de aliciamento de jovens para aquele credo.⁴⁶

Em 1975, o Comandante da Quinta Região Militar, General Samuel Alves CORRÊA (*apud* HELLER, 1988, p.369), declara:

Os órgãos de segurança, em sua permanente vigilância, acumulam indícios, cada dia mais evidentes, da atuação do PCB no Paraná, toda ela clandestina e ilegal, que se insere no contexto da crescente atividade desenvolvida pelo comunismo no Brasil, com sua ação de infiltração e de proselitismo, e que constitui crime previsto na Lei de Segurança

⁴³Acervo sob a guarda do Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP). Desde 1991, por força do Decreto n.º 577, do governador Roberto Requião, foi extinto esse organismo e a documentação tornou-se pública.

⁴⁴Trata-se da Escola Oficina, já fechada há mais de dez anos. Sobre esse processo, ver Casa da Memória - Fundação Cultural de Curitiba, Dossiê *Escola Oficina*.

⁴⁵DEAP/DOPS. Dossiê *Oksana Boruzenko*.

⁴⁶DEAP/DOPS. Dossiê *Movimento Estudantil*.

Nacional (Decreto 898 de 29 de outubro de 1969). Para neutralizá-la planejaram a Operação Marumbi, que desarticulou completamente o dispositivo subversivo-comunista no Paraná. Pode estar certa a família paranaense de que os órgãos de segurança continuariam vigilantes na sua missão de garantir a tranquilidade e a ordem indispensáveis ao trabalho profícuo, fator imprescindível ao progresso do Paraná e do Brasil.

É difícil precisar as prisões efetuadas por essa operação; segundo o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, de 1964 a 1969 ocorreram 2.726 detenções e 975 prisões foram efetuadas no Paraná, além de 97 depois de 1975. Afora as prisões, houve interrogatórios, invasões de domicílio, apreensões de objetos pessoais, vigilância a reuniões e repressão a manifestações públicas.

Sindicatos, estudantes e militantes políticos eram o alvo privilegiado dos agentes da repressão, todos suspeitos de pertencerem ao Partido Comunista. O "comunista", considerado como elemento "feroz e nocivo ao Bem-Estar comum" (como parodiou Chico Buarque de Holanda em uma de suas canções (HOLLANDA, 1977), era perseguido de forma obsessiva: para a Ideologia da Segurança Nacional, era ele o principal inimigo da nação.

É preciso ressaltar que as torturas, prisões e intimidações não funcionavam apenas como caça aos comunistas. Serviam também para intimidar os militantes em potencial. A notícia do desaparecimento de um estudante, ou de que alguém tinha sofrido maus tratos, afastava muitos outros dos movimentos. Pelo menos essa foi a aposta do regime, segundo Adyr Fiúza, que esteve à frente do DOI-CODI⁴⁷ entre 1972-74:

O medo é o grande auxiliar do interrogatório. Os ingleses, por exemplo, recomendam que só se interrogue o prisioneiro despido, porque, segundo eles, uma das defesas do homem e da mulher é a roupa, e tirando a sua roupa, fica-se muito agoniado, num estado de depressão muito grande (...) depois (de um interrogatório) grande parte abandona suas atividades e retorna boa vida de pequeno burguês (FIUZA, *apud* D'ARAÚJO, 1994, p.64-66).

A intimidação tinha dupla função. Se, de um lado, notícias sobre torturas levavam ao enfraquecimento dos movimentos sociais, por outro, a propaganda do governo contra os "subversivos", denunciados como terroristas, drogados ou libertinos, gerava hostilidade para com tais movimentos. Cite-se, como exemplo, um caso extremo, o Comando de

⁴⁷Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações e Defesa Interna, aparelho extra-institucional do Exército, que, aliado ao DOPS, era responsável pelas torturas aos presos.

Caça aos Comunistas (CCC), organização privada que combatia os seus adversários com truculência semelhante à do poder oficial.

Esse clima de medo – contra o governo e contra as manifestações de oposição – inspirara diversos artistas e intelectuais. É o caso de Carlos Drummond de ANDRADE (1973, p.49), que escreveu o seguinte poema:

Congresso Internacional do Medo

Provisoriamente não cantaremos o amor
 que se refugiou abaixo dos subterrâneos
 Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
 Não cantaremos o ódio, porque este não existe,
 existe apenas o medo, nosso pai e companheiro
 O medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos
 O medo dos soldados, o medo das mães, o medo das Igrejas,
 cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
 cantaremos o medo da morte e de depois da morte,
 Depois morreremos de medo
 E sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.

Ou a canção de Chico Buarque de Hollanda e de Gilberto Gil (HOLLANDA, 1978),

Cálice

Pai
 afasta de mim este cálice
 afasta de mim este cálice
 afasta de mim este cálice
 De vinho tinto de sangue
 Como é difícil beber desta bebida amarga
 Tragar a dor, engolir a labuta
 mesmo calada a boca, resta o peito
 Silêncio na cidade não se escuta
 Pai, afasta de mim este cálice...
 De que me vale ser filho da santa
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morta
 tanta mentira tanta força bruta

Pai, afasta de mim este cálice...
 Como é difícil acordar calado
 Se na calada da noite eu me dano
 Quero lançar um grito desumano
 que é uma maneira de ser escutado
 Este silêncio todo me atordoia
 Atordoado eu permaneço atento
 Na arquibancada pra qualquer momento
 ver emergir o monstro da lagoa
 Pai, afasta de mim este cálice...
 De muito gorda a porca já não anda
 De muito usada a faca já não corta
 Como é difícil pai abrir a porta
 Esta palavra presa na garganta.⁴⁹

⁴⁹BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. São Paulo : Polygram, 1978.

A ação repressiva, somada à propaganda sobre o "milagre" e à indústria do lazer, realizada principalmente pela rede Globo, que desviava a atenção do público dos problemas sociais e econômicos do país, pode ter sido a causa do refluxo dos movimentos sociais. No entanto, principalmente a partir de 1976, a sociedade volta a se manifestar com maior visibilidade. Assinalem-se as ações da Igreja Católica contra a tortura e o seu comprometimento com o movimento pelo custo de vida,⁴⁹ o ingresso de muitos militantes do PCB, do PC do B e da Ação Popular (AP) no MDB, graças ao abandono, por parte dessas organizações, da estratégia da luta armada; a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia; as greves no ABC paulista, resultantes da ação de uma liderança sindical que rompe com as práticas clientelísticas; o movimento dos Sem-Terra e o movimento estudantil. Comentemos, com mais detalhe, esses dois últimos movimentos, que tiveram presença relevante no Estado do Paraná.

⁴⁹A Igreja Católica e a Igreja Luterana desempenham papel de destaque nesse processo, graças à sua reorientação teológica em favor dos pobres, o que se conhece como Teologia da Libertação. A esse respeito, ver ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO (1985) e GERMAN (1989).

FIGURA 6
DOCUMENTO QUE ENSINAVA TÉCNICAS DE TORTURA
E DE INTIMIDAÇÃO



FONTE:
Departamento Estadual de Arquivo Público - Acervo DOPS

3.3.1 O Movimento dos Sem-Terra

A concentração fundiária no Paraná se processou, como já mencionamos, em paralelo à repressão política. Mas, além dessa, diversas organizações foram influenciadas com projetos tais como o Mobral e o Rondon, na tentativa de reduzir a prática reivindicatória em favor da assistencialista.

A partir de 1970, algumas reivindicações são feitas por lideranças políticas dos municípios – na maioria, do partido de oposição.

Somente a partir de 1977 é que os jornais apontam para a eclosão de movimentos mais persistentes, em virtude das desapropriações para a construção de barragens para as usinas hidrelétricas (LIBARDI *et al.*, 1991, p.87).

O mais expressivo desses conflitos se deu com a construção da Itaipu, projeto que exigiu a desapropriação de 6.263 parcelas com tamanho médio de 13ha. O valor das indenizações foi considerado extremamente baixo pelos produtores, ademais porque não se calculava para tanto o valor das benfeitorias. A politização do processo se dá com o concurso da Igreja Católica e pela inserção do sindicato no movimento.

Em 1980, eles se reúnem por 16 dias em frente do escritório da Itaipu e iniciam negociações por uma indenização mais justa. As negociações prosseguem, no plano jurídico, até o ano de 1982. Mas, o principal resultado desse processo foi o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Oeste do Paraná (MASTRO), que se estruturou com o apoio do Movimento Justiça e Terra do Paraná.

No Noroeste, a Eletrosul também exigia uma série de desapropriações para a construção da barragem de Ilha Grande. Os pequenos produtores exigem, em 1978, o pagamento justo das indenizações e, o mais importante, em 1983, requerem indenizações pelos prejuízos causados pela enchente naquele ano, pois entendem que essa foi agravada pela área alagada da empresa.

Segundo LIBARDI *et al.* (1991), os movimentos passam a partir daí a recusar as medidas paliativas, exigindo do governo uma reestruturação da política agrícola. Essa nova pauta ganha maior força com a vitória eleitoral das oposições, entre 1978-82.

Desde então, esses movimentos se ampliam e adotam uma nova tática; não apenas o processo jurídico, mas as ocupações de terras improdutivas (sejam públicas ou particulares).

Nesses acampamentos, as famílias também produzem, instalam escolas e serviços de saúde. Só para se ter uma idéia do que representam tais atividades, cite-se o caso da Fazenda Anoni, situada no município de Marmeleiro do Oeste, onde, em 6 meses de trabalho, com padrão tecnológico rudimentar, tiveram uma colheita de 4.122 toneladas de grãos, além de hortaliças, em 2.183 ha. (LIBARDI *et al.*, 1991, p.90). Segundo eles, esse procedimento constitui uma alternativa efetiva à falta de emprego, às deficiências no abastecimento e às dificuldades de moradia.

Note-se ainda que a renda média das famílias assentadas, no ano de 1991, na região Sul, é de 5,62 salários mínimos, muito acima da média dos trabalhadores urbanos (LINHARES, 1999, p.210).

O que eles querem hoje? "A integração dos excluídos ao processo de cidadania. Esta é a revolução que as elites mais temem. Não é preciso pegar em armas".⁵⁰ O MST entende que a Reforma Agrária é a melhor estratégia para se lograr a distribuição de riqueza, e oferece como exemplo os seus acampamentos, com alta produtividade, escola, açudes, represas, pontes e estradas (LINHARES, 1999, p. 211).

O MST, que é composto atualmente por cerca de 150.000 famílias em todo o Brasil, sendo 5.846 famílias no Paraná, é o maior movimento social do Ocidente. Conta com o apoio de sindicatos, alguns governos estaduais e administrações municipais, parlamentares e outras entidades, mesmo do meio urbano. E conta com um ferrenho opositor: A União Democrática Ruralista (UDR), cuja bancada no Congresso realiza pressões contra a reforma agrária.

Apesar da redemocratização do Brasil, no tocante ao governo, omissão e violência têm sido a resposta a esse movimento. Observa-se aí, mais uma vez, a procedência das constatações de LINZ (1980), quando afirma que a participação política nos países com tradição autoritária é realizada a partir de um "pluralismo limitado", em que diversos movimentos são excluídos do jogo político. No caso do MST, apesar de reconhecido por diversas instâncias da sociedade civil, ele vem sendo criminalizado, seja pela polícia, seja por alguns órgãos da imprensa.

⁵⁰Gilmar Mauro, líder do MST. *Jornal do Brasil*, 23 jul. 1996.

3.3.2 O Movimento Estudantil

Peçamos o impossível, é proibido proibir (COHN BANDIT)

Em 1968, o mundo ia explodir. Agitações e passeatas se sucediam em todos os continentes. Nem os burocratas que dominavam Praga, nem os americanos, nem os sisudos gaullistas franceses ou os moderados governantes alemães pareciam seguros. (...) Contestadores e contestados, eles lutavam em todas as frentes para destruir o velho e impor o novo (NOSSO século, 1980, p.8).

Depois de 1964, a União Paranaense de Estudantes foi, conforme HAGEMeyer (1998), uma das entidades mais duradouras do movimento estudantil, tentando atuar na semiclandestinidade, por causa da Lei Suplicy,⁵¹ que colocou a UNE na ilegalidade.

Não que a UPE representasse, anteriormente ao golpe de 64, uma força política de expressão, mas era ali, como em todo o Brasil, que os jovens discutiam, faziam amigos, trocavam experiências.

Mas já em 1966, a UPE começa a contar com uma liderança de esquerda, quando organiza uma greve para criar um "fato político".⁵² Em 1967, tem lugar outra manifestação, esta a favor do aumento de vagas na universidade. E, nesse mesmo ano, inicia-se um movimento contra a implantação do ensino pago, que resultará em uma das manifestações mais conhecidas do período.

Em primeiro lugar, assinalemos, seguindo as afirmativas de HAGEMeyer (1998, p.105), qual a tendência política do Movimento Estudantil no Paraná:

Ao invés da infiltração de agentes de Moscou, o que houve foi uma tendência estudantil própria, já desde 1964 avessa à União Soviética e ao Partido Comunista, uma esquerda não apenas nacionalista, mas latino-americana e terceiro-mundista. A opção pelos pobres, pelos fracos e pelos oprimidos é a lógica que orienta o super-herói das histórias em quadrinhos e o "mocinho" dos filmes de *awfey*. É o que teria feito Che Guevara, sem dúvida um herói consensual da luta antiimperialista do movimento

⁵¹Essa lei é assim conhecida por ser de autoria de Flavio Suplicy de Lacerda, tido como "carrasco dos estudantes". Reitor da Universidade Federal do Paraná, foi nomeado Ministro da Educação e depois voltou a ocupar, em 1967, esse mesmo cargo no Paraná.

⁵²A estratégia do "fato político" era, segundo HAGEMeyer (1998), voz corrente no Movimento Estudantil. Ele consistia em criar um pretexto para atrair a opinião pública e fazer propaganda contra o governo.

estudantil.

Para se manter no poder, a ditadura militar procurava disseminar o medo do comunismo, a partir de uma imagem assustadora, capaz de provocar o pânico e a delação. O fato é que o Partido Comunista Brasileiro, com suas constantes cisões e dissidências, perdia cada vez mais sua influência junto ao movimento estudantil.

A teoria do foco guerrilheiro da Revolução Cubana encontrava, no Brasil, um grande apoio nas dissidências estudantis do PCB, já organizadas na época em vários estados. Ao que tudo indica, essa foi a tendência hegemônica nas entidades estudantis paranaenses. Atuava ao lado da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop), afeita às discussões teóricas e principal sistematizadora da proposta "Universidade crítica". O que unificava as duas tendências era a ênfase nas reivindicações específicas dos estudantes. E Curitiba foi um campo fértil de ação.

Os fatos políticos tinham, coerentemente com essa lógica, forte apelo para o social. Daí a insistência contra o ensino pago, visto como elitizante.

Na verdade, a tentativa de se implantar o ensino pago (e o Paraná serviria de plano-piloto), era uma recomendação dos Estados Unidos, consubstanciada no Acordo MEC-USAID, para reduzir os custos de financiamento da educação no país.

Os estudantes realizam uma série de manifestações que ganham visibilidade nacional; a mais importante delas, conforme HAGEMEYER (1998), foi um ato até então inédito: a tomada da Reitoria, que representava simbolicamente a tomada do poder – ato que será utilizado, mais tarde, em outras universidades.

O ensino pago não foi implantado. Vitória dos estudantes. Mas a partir de 1970, esse movimento será um dos mais perseguidos pela DOPS do Paraná. Ainda assim, prossegue com suas reivindicações pontuais (como verbas para o Restaurante Universitário, isenção de pagamento na expedição de diplomas, mais verbas para a educação), sem contudo ganhar as ruas.

Mas aquela experiência calou fundo na memória dos jovens. E muitos, como Roberto Requião, Frederico Marés de Sousa, Nilson Sguarezzi e Fabio Campana, ingressarão na carreira política. Outros, mesmo que não optando por ela, identificar-se-ão, talvez, com seus próprios filhos, os *caras pintadas*, quando saem às ruas, em 1992, para exigir o *impeachment* de Fernando Collor.

3.4 DAS DIRETAS-JÁ AO NEOLIBERALISMO

Dois anos depois da vitória de Richa no Paraná, bem como de mais oito candidatos da oposição em outros estados economicamente importantes do Brasil, uma grande parcela da sociedade, incluindo o PT, o PMDB e o PDT e outras entidades, realiza o maior movimento popular desde a instauração da ditadura: o movimento "Diretas-já".

A primeira manifestação é organizada em Curitiba, na Rua XV de Novembro, com o palanque montado de frente para a Boca Maldita, local historicamente conhecido como cenário de eventos políticos. Contando com a presença de artistas e de lideranças políticas locais e nacionais, a população se concentrou em torno de holofotes e câmaras de televisão para reclamar o retorno das eleições diretas para presidente, o que se repetiria em todos os estados do país.

Um simples folhear em revistas que noticiaram a campanha, revela-nos o caráter pluralista e pacífico daquele movimento, que unia as mais diversas organizações: viam-se cartazes e bandeiras levantados com inscrições que representavam mais a esperança do que a revolta contra o regime militar.

A presença de Luís Inácio da Silva se destaca; um torneiro mecânico, que representava o "novo sindicalismo", aquele que se tornou independente das práticas clientelísticas e que, desde 1974, sob sua liderança, promove diversas greves, rompendo com o cerco da política salarial imposta pelo governo; e que, em 1980, ao lado de outros líderes sindicais e de intelectuais, fundou o Partido dos Trabalhadores. Para além de sua importância política, Lula simbolizava o brasileiro pobre que naquele momento era ouvido pelas elites. Destaca-se ainda a presença de Leonel Brizola que, recém-chegado do exílio, fundara o PDT e, no mesmo ano que Richa, elegeu-se governador do Rio de Janeiro.

Artistas como Ruth Escobar e Beth Mendes – ambas, eleitas deputadas –, Milton Nascimento e Chico Buarque de Hollanda, entre outros, animavam a "festa" pelas eleições diretas.

No Paraná, além da presença constante de José Richa, Álvaro Dias e membros do recém-criado PT local, foi montada uma exposição itinerante sobre a história das eleições diretas no Paraná pela Secretaria de Estado da Cultura.⁵³

Fotos do "*Senhor eleições diretas*" (como apelidaram Ulysses Guimarães), o entoar, pela cantora Fafá de Belém, do hino nacional com uma melodia popular e as inúmeras bandeiras da UNE com a inscrição "Eu quero votar para presidente" eram sinais do encontro entre a sociedade civil e os políticos que elegeira como oposição.

É necessário ressaltar que não foi apenas essa mobilização que cooperou para o fim da ditadura. Isso porque o próprio modelo econômico adotado pelos militares entrara em colapso. O endividamento externo atingia seu ápice; o modelo de substituição de importações, que teve sua origem no entre guerras e que foi o principal fator de desenvolvimento do país desde os anos cinquenta, chegara ao seu limite; crises internas no interior do grupo político que apoiara o regime enfraqueciam-no dia após dia.

Entretanto, embora fossem tantos os participantes desse movimento, a Emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas para presidente em 1985, é derrotada no Congresso Nacional – e a transição democrática dar-se-á pela via indireta, com Tancredo Neves, o que significou, politicamente, a incorporação de políticos mais conservadores no processo.⁵⁴

Com o seu falecimento, às vésperas da posse, assume o Vice José Sarney, ironicamente, político identificado com o governo anterior, uma vez que fora presidente da ARENA e do PDS, embora tivesse rompido com os militares e criado o Partido da Frente Liberal (PFL). Assim, a Presidência – representação maior da política brasileira – seria exercida, pela primeira vez desde 1964, por um civil, ainda que identificado ao regime anterior.

⁵³O material utilizado nessa exposição encontra-se sob a guarda do Museu da Imagem e do Som do Estado do Paraná.

⁵⁴Embora tenha se oposto ao regime desde o início, Tancredo Neves se desliga do MDB em 1978 para fundar o Partido Popular, que agremiou não apenas os membros mais conservadores de seu partido como também membros da ARENA e do PDS. O retorno do PP ao PMDB em 1981 implicou a adesão de diversos políticos à "Nova República", os quais eram mais aceitos pelas elites conservadoras.

No conjunto dessas mudanças, Ulysses Guimarães, como Presidente do Congresso Nacional, assume a presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

A ampla mobilização das oposições e da sociedade como um todo em torno desse processo, somada às dificuldades enfrentadas pelo governo Sarney,⁵⁵ em virtude da inflação e dos compromissos que o Presidente se via obrigado a manter com sua efetiva base de apoio configuraram um clima de descontentamento que se desdobrará na vitória de Collor em 1989.

Por que o fenômeno Collor deve, em nossa opinião, ser entendido como resultado do descontentamento popular em relação ao governo Sarney? Em primeiro lugar, como já se mencionou, por não ser ele de uma agremiação identificada com as oposições. Além disso, as inúmeras greves, a força da UDR no Congresso Nacional, a realizar diversas pressões contra os assentamentos rurais, o aumento de preço dos serviços públicos e a acusação de corrupção generalizada geram um clima de desnorreamento coletivo que será capitalizado por Fernando Collor de Mello.

Centralizando seu discurso no combate aos "marajás",⁵⁶ conseguiu persuadir a opinião pública de que os altos ganhos do funcionalismo público eram a origem de todos os males. Com isso, Collor "elegeu" o inimigo público número 1 do Brasil. Assim como no período militar o grande inimigo da nação era o "comunista", agora era o "funcionário público", visto como corrupto, passando a ser alvo do ódio da população.⁵⁷

⁵⁵Excetue-se, para essa conjuntura, o meteórico sucesso do Plano Cruzado (1986) que, congelando os preços, permitiu uma melhoria na distribuição de renda. Porém, tendo em vista as eleições de 1986, o governo não iniciou o descongelamento dos preços, o que provocou o retorno da inflação. Sobre esse plano e seus desdobramentos, ver SOLA (1994).

⁵⁶Segundo SILVA (1996, p.351), a expressão "marajá" foi criada pelos jornalistas para designar os funcionários públicos que acumulavam vários salários ou multiplicavam os benefícios recebidos, além de se valerem de residências, carros e de serviços públicos.

⁵⁷Sobre a importância de se provocar o ódio à população no jogo político, ver ARENDT (1978, p.45 *et seq.*).

Some-se a isso o fato de que Collor não tinha, aparentemente, um passado político.⁵⁸ Figura praticamente desconhecida até então, apresentava-se como antítese do político profissional. Não pertencia aos partidos mais conhecidos, não participara da campanha das Diretas, tampouco do governo Sarney. Acusava Lula e Brizola (seus principais concorrentes na campanha) de comunistas, exatamente no momento em que o mundo assistia à queda do muro de Berlim. À imagem de Ulysses, com mais de 70 anos de idade (também concorrente naquele pleito), antepunha a sua, de jovem e saudável, praticante de *jogging* e de *jet ski*.

Alertando ainda para o fato de que não governaria com os partidos e nem com os políticos profissionais, mas com "sua gente" e com sua própria disposição de "vencer ou vencer", valendo-se do apoio da rede Globo e da imprensa, adotando gestos histriônicos e, ainda, no final da campanha, realizando diversas acusações sobre a vida pessoal de Lula, Collor vence as eleições.

Aos olhos da população, a transição democrática se completava. No que se refere à política econômica, o neoliberalismo se imporia ao Brasil, como já vinha ocorrendo em outros países. Inaugura-se aí uma nova etapa na história política nacional, a qual podemos denominar de enxugamento da máquina estatal, ou, como prefere HABERMAS (1998), a falência do Estado de Bem-Estar Social.

⁵⁸Collor fora prefeito biónico de Maceió em 1979, indicado pela ARENA e Deputado Federal, em 1989, pelo PDS. Em 1985 é eleito governador de Alagoas pelo PMDB. Para candidatar-se à Presidência da República, funda o Partido da Reconstrução Nacional - PRN, na verdade, uma mera sigla de aluguel, de vez que não tinha chances de vencer na convenção do PMDB.

3.4.1 O PARANÁ NO QUADRO DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES

Segundo MAGALHÃES (1999, p.230):

Com a redemocratização, ficaram explícitas as consequências das três linhas de ação, (...) que eram características do autoritarismo militar brasileiro: o enfraquecimento político e financeiro dos estados federados diante do poder central; a desqualificação dos partidos como canais privilegiados da representatividade política (...) e a questão da supremacia do técnico sobre o político.

Essas considerações nos parecem de fundamental importância para entendermos a política paranaense no período posterior à redemocratização.

Analisemos como esses três desafios – as relações de poder entre a União e o Estado, a perda de representatividade dos partidos políticos e o discurso tecnocrático foram enfrentados no Paraná.

Richa assume o governo em 1982, tendo como um dos principais compromissos a democratização do poder. Para realizar esse intento, propõe uma gestão participativa. Realiza, a partir de suas secretarias, uma série de encontros e debates com as organizações sociais, para então estabelecer as prioridades de sua gestão. Quando publica seu plano de governo, salienta que esse foi fruto de suas *Diretrizes* (redigidas e divulgadas durante a campanha) e do debate com a sociedade civil:

Foi como que um resgate da cidadania, estimulado a partir dos aparelhos de Estado, que dessa forma se inseriam nos debates que os atores sociais organizados faziam antes apenas nos limites de suas próprias organizações. Seu resultado mais importante foi a desmistificação do caráter tecnocrático das políticas públicas e de suas próprias organizações (MAGALHÃES, 1999, p.167).

Mas não foi somente o estilo que mudou. A reincorporação da questão social nos atos de governo foi especialmente enfatizada. Este passou a promover a defesa do patrimônio histórico e arquitetônico, a defesa do meio ambiente, o apoio à pequena produção rural, à saúde pública e à segurança. No que se refere à política econômica, o carro-chefe de suas ações foi o fomento à agroindústria, cujos resultados positivos aumentaram a receita do Estado, favorecendo o ganho de autonomia em

relação ao poder central. Leve-se em conta também que, devido a seu prestígio junto à opinião pública local, Richa foi um dos governadores que se projetou, graças à mídia, na política nacional.

A aprovação popular ao governo Richa deveria fortalecer o seu partido, como de fato, pelo menos no plano eleitoral, ocorreu, o que se depreende pelas duas vitórias ulteriores – de Álvaro Dias e de Roberto Requião, ambos do PMDB. Entretanto, dadas as alianças realizadas antes das eleições, o Executivo foi estruturado de maneira a satisfazer todas as facções internas do partido, o que desagradou tanto os peemedebistas históricos (ou autênticos) quanto os conservadores. A partir desses conflitos:

O PMDB assumiu novas características. Em primeiro lugar, há que se destacar a ênfase atribuída ao crescimento organizacional; em segundo, passou a prevalecer dentro do partido uma política de atração, que levou inúmeros militantes de outros partidos a se filiarem no PMDB. As questões doutrinárias foram relegadas a um plano secundário, prevalecendo a preocupação com questões mais práticas e mais diretamente eleitorais. Essa disposição do PMDB em aceitar todos os que se dispusessem a entrar para o partido provocou uma grande evasão no PDS, partido tradicionalmente governista (OLIVEIRA, 199-, p.64).

As adesões ao PMDB prosseguiram ao longo dos governos Richa e Álvaro Dias. Isso porque, como esclarece OLIVEIRA (199-) a dependência financeira dos pequenos municípios em relação ao governo estadual e a despolitização da população favorecem a adesão dos prefeitos ao partido governista.

Além desse mecanismo, saliente-se que os políticos conservadores desfrutavam de mais prestígio junto ao governo Sarney do que os autênticos, o que levou a que Richa optasse por incorporá-los a seus quadros partidários.

Entretanto, com a falência do Plano Cruzado, logo após as eleições de 1986, a credibilidade do PMDB foi seriamente afetada. Primeiro, porque foi essa agremiação quem mais defendeu o plano; segundo, porque as medidas de descongelamento foram anunciadas imediatamente após as eleições, quando o PMDB havia vencido em todos os estados, à exceção de Sergipe. Tal decisão foi julgada pela opinião pública como uma prática eleitoreira. Resulta daí, como se evidencia na tabela 8, a seguir, o esfacelamento do Partido.

TABELA 8
CADUÍRAS CONQUISTADAS PELOS PARTIDOS NA
CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ,
EM PERCENTUAL, 1982-90 (%)

PARTIDO	CÂMARA FEDERAL			ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA		
	1982	1986	1990	1982	1986	1990
PDS	41	41	2	..
PMDB	59	80	23	59	68	30
PTB	7	..	4	9
PDT	..	3	7	..	9	11
PT	10	..	2	5,5
PEI	..	17	10	..	15	11
PSDB	13	9
PRN	30	18,5
PL	4
PSB	2
TOTAL	100	100	100	100	100	100
ABS.	34	30	30	58	54	54

FORNTE: OLIVEIRA (199-, p.78)

NOTA: Sinal convencional utilizado: não se aplica dado numérico.

Essa conjuntura não revela apenas o esfacelamento de um único partido político. A própria organização partidária, bem como a sua linguagem perdem credibilidade enquanto instrumento de mediação entre Estado e sociedade civil. A infidelidade aos programas, a dependência política e financeira dos pequenos municípios ao governo, ou dos governos estaduais ao federal (o que leva ao afastamento do programa ou mesmo da agremiação pelos quais os prefeitos e ou governadores foram eleitos), as práticas clientelísticas, as mudanças sucessivas de agremiação, o baixo nível das campanhas são acontecimentos que produzem instabilidade política e perda de representatividade; o Partido passa a ser entendido como mera sigla, mero artifício para lançar candidaturas. Tal processo provocou, na história recente, o retorno do personalismo, ou mesmo do patriarcalismo no jogo político. Foi essa a razão, segundo nosso entendimento, que favoreceu, como já mencionado, a vitória de Collor, como de tantos outros nesse mesmo período.

No entanto, se o partido se torna uma mera sigla, não se pode afastar, por completo, a hipótese de que o eleitorado possa levar em consideração as opções ideológicas dos candidatos. Afinal, por mais caóticas que as alianças possam parecer, no multipartidarismo as agremiações tendem a se fazer representar (pelo menos, na campanha eleitoral), pela polarização **direita/esquerda**. Não nos referimos aqui a propostas anti-sistema (como seria o caso dos partidos revolucionários ou dos movimentos golpistas), mas àquelas que apresentam soluções políticas dentro dos regimes constitucionais.³⁹ Para compreendermos o que os partidos constitucionais concebem, no Ocidente, como direita e esquerda, lancemos mão do esquema proposto por Luís Fernandes (quadro 2):

QUADRO 2
ELEMENTOS PRINCIPAIS DA DIFERENCIAÇÃO ESQUERDA E DIREITA

ESQUERDA	DIREITA
1. Ênfase na perfectibilidade e educabilidade dos seres humanos.	1. Ênfase na ação das autoridades estabelecidas para controlar seres humanos intrinsecamente limitados.
2. Confiança na influência de instituições racionalmente concebidas sobre a conduta humana.	2. Confiança apenas em instituições já consolidadas e evoluídas, dotadas de autoridade natural.
3. Afirmação da prioridade dos direitos e necessidades sociais sobre as individuais.	3. Afirmação da prioridade dos direitos e necessidades individuais sobre os direitos sociais.

FONTE: Luís FERNANDES, *apud* SILVA (1996, p.374)

No Brasil, a direita constitucional identificou-se com os ideais do livre mercado, respeito irrestrito à propriedade privada e Estado mínimo. A esquerda constitucional, com a reforma agrária, políticas sociais e o Estado desenvolvimentista.

³⁹Para um aprofundamento do estudo sobre o multipartidarismo constitucional, ver SARTORI (1982).

Tais noções são evocadas, em todas as campanhas eleitorais, de forma moderada ou radical, com uma linguagem ora populista, ora técnica, ora elitista, e com programas de ação ou mesmo na ausência deles.

Posto isso, se observarmos o comportamento eleitoral da população paranaense após a redemocratização (tabela 9), constataremos que, à parte das escolhas feitas devido à propaganda, os acordos clientelísticos e a maior ou menor organização partidária, os candidatos vencedores foram os que se pautaram, tendencialmente, em discursos identificados com posições partidárias de centro-esquerda.

TABELA 9
RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR DO PARANÁ,
POR PARTIDO/COLIGAÇÃO,
SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO - 1986-98

CANDIDATO	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	1986		1990**		1994		1998	
		Abc.	%	Abc.	%	Abc.	%	Abc.	%
Alvaro Dias*	PMDB/PND	2.347.795	57,1						
Alencar Furtado	PDT/PFL/PMB/PJ	797.292	19,4						
José Carlos Maronez	PRN/PFL/PSC/PDC			1.129.191	25,7				
Roberto Requião*	PMDB/PMN/PT do B			1.073.926	24,4				
José Richa	PSDN/PCB/PC do B			677.714	15,4				
Henrique Pizzolato	PT/PSB			192.264	4,4				
Jaime Lerner *	PI2T/PTB/PFL/PV/PSDB					2.070.970	43,7		
Alvaro Dias	PPR/PMDB/PMN/PP					1.455.648	30,7		
Jaime Lerner *	PPB/PTB/PSL/ PST/PTN/PSC/ PL/PPS/PFL/ PRN/PSB/PSD/ FRP/PT do B							2.031.290	40,3
Roberto Requião	PDT/PT/PMDB/PCB/PAN/ PV/ PRTB/PSN/ PMN/PC do B							1.786.149	35,3
Outros		176.007	4,3	63.808	1,5	249.211	5,3	72.974	1,4
Branco		608.021	14,8	591.669	12,1	690.208	14,5	678.968	13,5
Nulos		184.782	4,5	725.708	16,5	277.767	5,9	466.305	9,3
TOTAL		4.113.897	100	4.238.091	100	4.743.804	100	5.035.686	100

FUNTE: Tribunal Regional Eleitoral

*Candidato eleito.

**Resultado do primeiro turno.

Com esses resultados, podem-se fazer as seguintes constatações: no ano de 1986, os dois candidatos mais votados (Álvaro Dias e Alencar Furtado) representavam agremiações e discursos de centro-esquerda do espectro político brasileiro. Álvaro representava a continuidade do governo Richa e Furtado,⁶⁰ além de ter se lançado pelo PDT (marcado pelo seu líder, Leonel Brizola), pertencera à chamada "ala autêntica" do MDB. Juntos, eles perfizeram 76,5% dos votos.

No ano de 1990, a disputa se deu entre Martinez (do PRN, cujo líder era Collor), Richa, do PSDB (partido que se formara como uma dissidência do PMDB, identificando-se com a social-democracia européia e com o parlamentarismo), Requião (ala autêntica do PMDB) e, ainda que com pouca expressividade numérica, mas com forte organização partidária, o PT. Esses três últimos perfazem 44,2% dos votos contra 25,7% de Martinez. E, no segundo turno, Requião vence com 44,3% dos votos, contra 35,1% conferidos a Martinez.

No ano de 1994, vence, já no primeiro turno, Jaime Lerner, inscrito pelo PDT, e identificado naquele momento com Leonel Brizola, além de gozar de grande popularidade por ter sido o prefeito que se responsabilizou por um arrojado projeto urbano na capital.⁶¹ Coopera também para a sua vitória o apoio do PSDB. E esse é o ano em que Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB, vence as eleições para presidente, tendo como carro-chefe de sua campanha a estabilização da moeda (conquistada pela intervenção estatal) e um programa inspirado no ideário social-democrático. No Paraná, ele obtém 50,2% dos votos.

Finalmente, tem-se a reeleição de Lerner, desta vez já filiado ao PFL, programaticamente de direita, contra Requião, candidato que representava a união das esquerdas naquele momento, ainda que arcando com o ônus do esfacelamento do PMDB. Pode-se observar que, embora vitorioso, a margem de votos em relação ao seu opositor foi menor. Além disso, dessas quatro campanhas, este foi o ano de maior número de votos brancos e nulos.

⁶⁰É de se estranhar, nessa aliança, a presença do PFL. Considere-se, no entanto, que isso faz parte do jogo das alianças localistas, próprias do sistema político-partidário brasileiro, compostas para finalidades eleitorais. A esse respeito, ver OLIVEIRA (199-).

⁶¹Em que pese a Jaime Lerner ter sido membro da ARENA e, como tal, nomeado Prefeito de Curitiba na década de 70 pelas elites ligadas ao regime militar, sua carreira política foi de certo modo independente. Graças ao planejamento urbano de Curitiba, teve seu nome reconhecido em todo o Brasil, nome esse dissociado do regime então vigente. Sobre sua imagem pública, ver OLIVEIRA (199-, p.37 *et seq.*).

Esse quadro nos autoriza a afirmar que a população paranaense apresentou, nesse período, um comportamento eleitoral tendencialmente favorável ao que denominamos como centro-esquerda.

No entanto, mesmo com a aprovação do que foi enunciado no governo Richa por "novo estilo de desenvolvimento", no final de sua gestão, Álvaro Dias, sob os imperativos da "nova ordem mundial", redirecionará seu discurso e suas práticas de governo.

A "nova ordem mundial", que designa a imposição do neoliberalismo em todo o Bloco Ocidental e o desaparecimento do Bloco Socialista como tal, traduz-se por uma negação das políticas características do capitalismo organizado e um retorno às funções que os estados desempenhavam no século XIX. Isso significou a flexibilização da legislação trabalhista, a retirada do Estado não só dos setores produtivos, mas de grande parte dos investimentos em políticas sociais (o que se dá de forma mais intensa nos países subdesenvolvidos), abertura ampla das economias nacionais à concorrência internacional e ao investimento estrangeiro. Essas medidas atendem aos interesses do capital financeiro e dos exportadores de produtos e tecnologias avançados, ou seja, dos países industriais desenvolvidos. Para os países subdesenvolvidos, como o Brasil, isso se traduzirá em políticas de redução da presença do Estado (enxugamento da máquina pública por meio das privatizações) e submissão da política monetária aos padrões estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).⁶²

A adoção desse modelo no Brasil se deve, em boa medida, à pressão internacional. Mas sua legitimação política se materializou com a propaganda de Collor contra os "marajás" e a favor da privatização das empresas e serviços estatais. Tal modelo não foi citado de forma direta, quer dizer, mesmo Collor não se apresentou como um neoliberal, mas como alguém que prometia restabelecer a moralidade. Afirmou inclusive que "ao contrário do que pensam os adeptos do Estado reduzido, o fim da interferência estatal indevida não significa um estado fraco" (COLLOR, *apud* BREPOHL DE MAGALHÃES, 1999, p.258).

⁶²Para o aprofundamento do estudo sobre o neoliberalismo, bem como de seu impacto no Brasil, ver ANDERSEN (1995) e MAGALHÃES (1999, p.241-249).

Não foi, pois, a plena aceitação do ideário neoliberal que levou Collor ao poder. Os resultados daquele pleito refletiam muito mais o efeito do enorme *marketing* político daquele candidato, o qual, entre outros *slogans*, contrapunha os "salários nababescos de todo o funcionalismo" à situação miserável dos "descamisados": "Não venho em nome dos que têm fome de poder, mas sim em nome dos que têm sede de justiça (...) serei a voz dos inconformados (...) o aposentado precisa de justiça e não de caridade" (Collor, campanha presidencial de 1989, *apud* MAGALHÃES, 1999, p.258).

Essa propaganda repercutiu positivamente junto à população votante do Paraná, conforme se evidencia na tabela 10, a seguir. Fica demonstrado que Collor obteve no Estado 10 pontos percentuais a mais do que no Brasil como um todo.

TABELA 10
RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO PRIMEIRO TURNO,
POR PARTIDO, EM ABSOLUTO E PERCENTUAL,
SEGUNDO CANDIDATO, PARANÁ E BRASIL - 1989

CANDIDATO	PARTIDO	BRASIL		PARANÁ	
		Votos		Votos	
		Abs.	%	Abs.	%
Fernando Collor	PRN	20.611.011	28,62	1.738.065	38,46
Luís Inácio Lula Silva	PT	11.622.673	16,08	353.828	7,83
Leonel Brizola	PDT	11.168.228	15,45	616.127	13,64
Mário Covas	PSDB	7.790.392	10,78	325.625	7,21
Paulo Maluf	PDS	5.986.575	8,28	319.920	7,08
Ulysses Guimarães	PMDB	3.204.932	4,43	144.675	3,20
Roberto Freire	PCB	769.123	1,06	30.021	0,66
Aureliano Chaves	PFL	600.838	0,83	23.683	0,52
Ronaldo Caiado	PSD	488.846	0,68	53.284	1,18
Afonso Camargo	PTB	379.286	0,52	86.053	1,90
Branco e nulos	-	16.180.352	18,00	869.788	17,24
TOTAL	-	82.074.718	100,00	5.045.626	100,0

FONTE: TRE/TSE/IPARDES

A mudança no discurso de Álvaro Dias se dá justamente nesse contexto. Político que pleiteara, na convenção do PMDB, a candidatura para a Presidência da República (tendo sido derrotado por Ulysses Guimarães), Álvaro, que esteve atento ao poder da mídia no processo eleitoral, passou a adotar as mesmas técnicas de propaganda: vende a residência oficial do governador, fecha órgãos públicos, reúne e fotografa carros oficiais em frente ao Palácio Iguazu, anunciando que os mesmos seriam vendidos, liquida o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP); e, ao fado dessas ações, adere ao mesmo discurso moralista de Collor:

... Sabemos como a impunidade, o desperdício, a incúzia e a incompetência fizeram com que a administração pública fosse olhada com distância e desconfiança pela grande maioria da população (...) extinguímos secretarias, vinculadas e inúmeros órgãos descentralizados (...) foram extintos aproximadamente 9.000 cargos (...) demitimos cerca de 10.000 funcionários (...) eliminamos os ociosos, os inoperantes... (DIAS, 1989, p.ii-iii).

Com essas ações e palavras, inicia-se a redução dos serviços e investimentos públicos do Paraná, bem como, novamente, a perda de seu poder relativo frente à União, reflexo, é bom salientar, não apenas das opções de Álvaro Dias, mas também da subordinação da política e dos políticos brasileiros aos imperativos da "mão invisível do mercado".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos os principais aspectos da História Política do Paraná, com ênfase na construção e consolidação de sua máquina estatal, optamos por dividi-la em três diferentes conjunturas, posto que demarcam diferentes formas de interação com a sociedade.

Na primeira, que designamos como **o governo para si**, analisamos o esforço de construção, por parte das elites paranaenses, de um lugar de poder a partir do qual exercessem sua dominação. Coerentes com o discurso liberal, provêm de mão-de-obra seu território, com vistas ao desenvolvimento da economia local. Para tanto, ordem, segurança e educação são as prioridades mais nítidas.

Na segunda conjuntura, **o governo para os outros**, constata-se que os políticos se solidarizam às práticas inspiradas no Estado de Bem-Estar Social. Estradas, serviços públicos, investimentos oficiais em favor da industrialização, mediação dos conflitos sociais por meio de políticas públicas que atendam à necessidade de redistribuição de renda e geração de empregos tornam-se a sua principal pauta, a partir do que alcançam a sua legitimação. E é nesse período que o próprio Paraná se torna mais visível aos paranaenses, também no plano simbólico: monumentos, museus, bibliotecas, praças e ruas com nomes dos "heróis" do Paraná configuram lugares de memória a partir dos quais uma determinada identidade social será construída.

A partir dos governos autoritários, que demarcamos como terceira conjuntura, **o governo dos outros**, a relativa autonomia de que gozava o Estado é seriamente afetada; a vida partidária e os movimentos sociais, que passaram a configurar os canais de mediação entre Estado e sociedade, são silenciados, e a ordem tecnocrática se impõe; no entanto, ainda que de forma subordinada, o governo mantém sua máquina administrativa em funcionamento, apoiando o crescimento econômico.

Todavia, nos anos que se seguiriam, essa máquina sofrerá sensível redução, tanto quanto a liderança política do Estado se enfraquece aos olhos de seus eleitores.

Estão em curso dois processos políticos: a redemocratização e a contestação do Estado de Bem-Estar.

Para os adeptos do neoliberalismo, há que se promover o crescimento econômico de livre mercado, reduzir o custo da força de trabalho e do gasto público social. Tais recomendações, dirigidas principalmente pelos Estados Unidos aos países da América Latina (e depois, para o Leste Europeu) foram assumidas pelo governo do Estado do Paraná, bem como pelas gestões de Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso.

O impacto dessa **Nova Ordem Mundial** pôde ser rapidamente percebido: o aumento da miséria e do desemprego, fato reconhecido pelo próprio Banco Mundial (INTERNATIONAL..., 1990), instituição internacional, mas predominantemente dirigida pelos países mais ricos. Esse mesmo organismo alerta, em 1990, para o fato de que o consenso social mínimo, necessário à democracia, está sendo colocado em risco pelo aumento da violência e pela crise de representatividade dos partidos políticos.

Da parte da sociedade civil, intensificam-se os movimentos sociais, que não apenas reclamam por melhor distribuição da riqueza, mas também pelo respeito aos direitos humanos. Temas como os direitos das minorias étnicas, igualdade entre os sexos, a dignidade da vida e o respeito ao meio ambiente somam-se àqueles que denunciam a ausência de uma política soberana para os seus países, em que o desenvolvimento científico e tecnológico e a autonomia cultural sejam contemplados.

Esses são os desafios para o século XXI. E esse é o desafio que se apresenta para os governos, sejam locais ou nacionais, porquanto é desse território que depende a sua legitimação. Ademais, a História nos ensina que é nas crises que o "novo" acontece, e, com ele, novas perspectivas se abrem para as sociedades. Ministrando essa matéria, nos diferentes níveis de ensino, é um importante passo nessa direção.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.9-23.
- ANDRADE, Carlos Drummond. Sentimento do mundo. In: _____. **Reunião**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973. p.49
- ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDT, Hannah. **O sistema totalitário**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná)**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- AVILA, Elisa. Revolução Federalista em Santa Catarina. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. (Org.). **Revolução Federalista**. Curitiba: SBPH, 1997. p.7-11.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: EDUNB, 1983.
- BALHANA, Altiva Pilati. et al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BOBBIO, Norberto. (Org.). **Dicionário de política**. 4.ed. Brasília: EDUNB, 1992.
- BRAGA, Ney Amintas de Barros. **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa**. Curitiba, 1962.

- BRAGA, Ney Amintas de Barros. **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa**. Curitiba, 1965.
- BRAGA, Ney Amintas de Barros. **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa**. Curitiba, 1970.
- BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1998.
- BREPOHL, Marion Dias. **Arrendantes e arrendatários no contexto da soja**. Curitiba, 1982. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- BRESCIANI, Maria Stela. **Lógica e dissonância: sociedade de trabalho: lei, disciplina e resistência operária**. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 11, p.7-44, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stela. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CANCIAN, Nadir. **Cafecultura paranaense: 1900-1970**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CHAUI, Marilena.; FRANCO, Maria Sylvia. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.
- COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná**. Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. **Ildefonso P. Correia, Barão do Serro Azul: empresário schumpeteriano e a Revolução Federalista**. In: WESTPHALEN, C. M. (Org.). **Revolução Federalista**. Curitiba: SBPH, 1997. p.19-25.

- CRUZ, Sebastião velasquez. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, B. et al. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- D'ARAÚJO, Maria Celina et al. **Os anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DECCA, Edgar de. Ciência da produção: fábrica despolitizada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 6, p.47-79, set. 1983.
- DECCA, Edgar. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DIAS, Álvaro. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Curitiba, 1989.
- DREITZEL, Hans-Peter et al. **Tecnocracia e ideologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FRIEDMANN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GERMAN, Christiano. Igreja *versus* governo: opções políticas na transição democrática brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 10, n. 18/19, p.235-160, 1989.
- GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GIL, José. Poder. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi: estado-guerra. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989. p.58-103.

- GOMES, Emílio Hoffmann. **Mensagem à Assembléia Legislativa.** Curitiba, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. **Après l'Etat Nation.** Paris: Fayard, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAGEMEYER, Rafael. 1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **1968 faz 30 anos.** Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.
- HELLER, Milton. **Resistência democrática: a repressão no Paraná.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura do Paraná, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBORN, R. (Org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HOLLANDA, Chico Buarque de. **Chico Buarque.** São Paulo: Polygram, 1978. Gravação sonora.
- HOLLANDA, Chico Buarque de. **Fica.** São Paulo: RGE, 1977. Gravação sonora.
- INTERNATIONAL Bank for Reconstruction and Development. **Development Report: poverty.** Washington, 1990.
- IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O Paraná reiventado.** Curitiba, 1989.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

- LIBARDI, Diocles. et al. Organizações e reivindicações camponesas. In: PAZ, F. (Org.). **Cenários de economia e política**. Curitiba: Prephacio, 1991.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História política do abastecimento: 1918-74**. Brasília: BINAGRI, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LINZ, Juan et al. Regimes autoritários. In: O'Donnel, Guillermo (Org.). **O estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.121-215.
- LOPREATO, Christina. **A semana trágica: a greve geral anarquista em 1917**. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.
- LUPION, Moysés. **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa**. Curitiba, 1957.
- LUPION, Moysés. **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa**. Curitiba, 1958.
- MAGALHÃES, Francisco de Borja Baptista de. **Da construção ao desmanche: análise do projeto paranaense de desenvolvimento**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) - Departamento Sociologia, Universidade São Paulo.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michelle. **O carnaval das imagens**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MENDONÇA, Sonia. A consolidação da República oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda et al. **Historia geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p.252-266.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NOSSO século. São Paulo: Abril Cultural, 1980. v.3, 9.

- OFFE, Claus. Algumas contradições do Estado social moderno. In: **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.
- OLIVEIRA, Luisa. **Democratização e institucionalização partidária: o processo político-partidário no Paraná: 1979-1990**. São Paulo, [199-]. Dissertação (Mestrado).
- OLIVEIRA, Maria Cecília. **O ensino primário no Paraná: 1853-1889**. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.
- PARANÁ. Governo. **Objetivos e metas do desenvolvimento**. Curitiba, 1973.
- PICCOLO, Helga. Revolução Federalista: a República em perigo? In: WESTPHALEN, C. M. (Org.). **Revolução Federalista**. Curitiba: SBPH, 1997. p.61-65.
- PIMENTEL, Paulo. **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa**. Curitiba, 1970.
- PINHEIRO MACHADO, Brasil. Entrevista. In: IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Sobre a política paranaense: entrevistas**. Curitiba, 1989. p.5-24.
- PORTELLI, Hugo. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RAGO, Margareth. **Do' caberé ao lar; a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. A memória do cotidiano na história do trabalho. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 8, n. 14/15, p.100-116, 1987.

- RIBEIRO, Luiz Carlos. **Memória, trabalho e resistência: Curitiba 1890-1920.** São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. O mandonismo local e o movimento republicano. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 3, n. 4, p.65-85, jun. 1982.
- ROCHA NETTO, Bento Munhoz. **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa.** Curitiba, 1954.
- SANTA ROSA, Vicente. **O sentido do tenentismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Pensar a Revolução fora da Revolução. In: WESTPHALEN, C. M. (Org.). **Revolução Federalista.** Curitiba: SBPH, 1997. p.79-82.
- SARTORI, Guillermo. **Partidos e sistemas partidários.** Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: EDUNB, 1982.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília: EDUNB, 1990.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária. In: LINHARES, Maria Yedda et al. **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1996. p.301-380.
- SOLA, Lourdes. Choque heterodoxo e transição democrática sem ruptura. In: **Transição política e econômica na Nova República.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. p.9-51.
- SOUZA, Pedro Parigot de. **Mensagem à Assembléia Legislativa.** Curitiba, 1973.
- THOMPSON, Edward. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Barcelona: Grijalbo, 1979.
- TORRES, João Camilo. **A propaganda política: natureza e limites.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1958.

- WEBER, Max. **Economía y sociedad**. 11.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- WEBER, Max. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pionira, 1967.

BIBLIOGRAFIA E FONTES RECOMENDADAS

Bibliografia

Em que pese, no conjunto do livro, a termos realizado uma série de citações de livros e artigos para o aprofundamento dos estudos relativos à **história política**, algumas obras merecem destaque.

Sobre **teoria política** (conceitos como Partido, Estado, Ideologia, Autoritarismo, Democracia, etc.) e sobre a **dinâmica da ação política**, recomendamos o *Dicionário de Política*, de Norberto BOBBIO.

Problemas estruturais do estado capitalista, de Claus OFFE (1974) analisa a **emergência do Estado de Bem-Estar**, além de realizar um debate teórico sobre as teorias de Estado.

Sobre as **especificidades dos estados latino-americanos**, o livro organizado por O'Donnel, intitulado *O estado autoritário e movimentos populares*, analisa a tradição autoritária deste continente, bem como os dois regimes ditatoriais por que passou o Brasil.

A respeito de temas como **mandonismo local, clientelismo, coronelismo** e outras práticas características da **política brasileira**, *Os donos do poder*, de Raimundo FAORO, é referência obrigatória.

História da civilização brasileira organizado por Boris FAUSTO é obra de referência geral sobre **história do Brasil**. O volume é subdividido em tomos. O tomo III, O Brasil republicano, contém três volumes: volume 1: *Estrutura de poder e economia (1889-1930)*, volume 2: *Sociedade e instituições (1930-1964)* e volume 3: *Sociedade e política (1930-1964)*. Nesses livros, pode-se encontrar ainda uma cronologia sumária sobre os principais acontecimentos da política brasileira nesse período.

Sobre **história geral do Paraná**, citamos o clássico livro *História do*

Paraná, de BALHANA, A. P. *et al.* (1969), ainda que não aborde os temas mais atuais; e, sobre a **história política do Paraná**, recomendamos *O Paraná Reiventado*, de autoria do IPARDES.

Finalmente, recomendamos toda a coleção da revista *História: Questões e Debates*, que traz, em diversos volumes, artigos sobre a **história do Paraná**.

Fontes

Como recomendação de fontes para a **história política do Paraná**, mencionamos, primeiramente, a documentação oficial. Desta, destacamos as *Mensagens do Governo à Assembléia Legislativa*. As prefeituras também possuem *Relatórios e Mensagens*, que podem servir às pesquisas de **história local**.

Os *Resultados eleitorais*, que servem de base para os estudos sobre **comportamento eleitoral**, encontram-se no Tribunal Regional Eleitoral (TRE); o IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social dispõe desse mesmo material, que além de estar informatizado, pode ser obtido pelo Correio.

Sobre a **repressão política**, citamos o acervo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sob guarda do Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), em Curitiba.

Outra fonte indispensável à **história política** é a imprensa. Citamos, como exemplo, os jornais *O Diário da Tarde*, *O Diário do Paraná*, *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, por se tratar de jornais com longo período de existência. Revistas como *Manchete*, *Panorama* e *O Cruzeiro* dão conta de evidenciar o **cotidiano da sociedade**; seus hábitos de consumo, moda, lazer e atividades econômicas são noticiados, ao lado de ilustrações interessantes para auxiliar o aluno a compreender o papel da imagem na formação das mentalidades coletivas.

A coleção *Nosso século*, da Abril Cultural, além de trazer informações sobre **movimentos culturais e políticos**, possui excelente repertório fotográfico, que também pode ser utilizado como fonte iconográfica. O mesmo se aplica para a Casa da Memória, em Curitiba, que possui um dos acervos de fotografias mais importantes do país.

Os museus históricos, monumentos e estátuas são documentos importantes para se entender como se produz a **história oficial**, seus heróis e seus grandes eventos.

Finalmente, recomendamos as canções populares de todos os períodos, pois nelas podem ser identificadas críticas, sátiras, elogios e inúmeras outras menções à **cultura política**. Cite-se, nesse aspecto, a coleção produzida pela *Revivendo Comércio de Discos*, com sede em Curitiba, que selecionou e gravou em CD as principais canções da MPB do século XX.

